DAIANE BISPO GONÇALVES

TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS COMO PROFISSIONAIS MULTITAREFAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE DOCUMENTOS

São João del-Rei

2024

DAIANE BISPO GONÇALVES

Texto apresentado à banca de defesa como requisito para a obtenção do título de Mestra em Letras -Discurso e Representação Social por meio do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei.

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Nádia Dolores Fernandes Biavati

São João del-Rei
Dezembro de 2024

UFSJ
Universidade Federal de São João del-Rei

Promel
Programa de Mestrado em Letras

Daiane Bispo Gonçalves

Tradutores Intérpretes de Libras como Profissionais Multitarefas: uma análise discursiva de documentos

Banca Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
NADIA DOLORES FERNANDES BIAVATI
Data: 03/01/2025 11:32:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Drª Nádia Dolores Fernandes Biavati – UFSJ
(Presidente/Orientadora)

gov.br Documento assinado digitalmente
RAFAEL SILVA GUILHERME
Data: 05/01/2025 22:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rafael Silva Guilherme – UFJF
(Titular Externo)

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO LUIZ ASSUNCAO
Data: 24/04/2025 11:10:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção - UFSJ
(Titular Interno)

Profª Drª Miriam de Paiva Vieira- Coordenadora do PPG em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Dezembro de 2024

UFSJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 06/05/2025

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 12/2025 - PROMEL (13.20)

(Nº do Protocolo: 23122.014625/2025-34)

(Assinado digitalmente em 06/05/2025 10:12)
MIRIAM DE PAIVA VIEIRA
COORDENADOR DE CURSO
PROMEL (13.20)
Matrícula: ###080#0

Visualize o documento original em https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/ informando seu número: **12**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **06/05/2025** e o código de verificação: **eb36cce947**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G635t

Gonçalves, Daiane Bispo .
TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS COMO PROFISSIONAIS MULTITAREFAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE DOCUMENTOS / Daiane Bispo Gonçalves ; orientadora Nádia Dolores Fernandes Biavati. -- São João del Rei, 2024.
121 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2024.

1. Análise do Discurso Francesa. 2. Condições de Produção do Discurso. 3. Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português. 4. Libras. 5. Identidade profissional. I. Dolores Fernandes Biavati, Nádia, orient. II. Título.

Ao meu pai João (*in memoriam*):- pai, eu consegui!
A todos que acreditaram em mim, até mesmo, quando eu mesma não acreditava.
Dentre eles, dedico à minha querida astronauta, Laís Rocha (*in memoriam*), que um dia olhou em meus olhos e disse: “eu acredito, sim, que você consegue.
E estarei lá para te assistir, mesmo que seja madrugada na China”. Só que tu levaste a sério demais essa questão de estar nas estrelas e decidiu assistir daí.

Uns confiam em carros e outros em cavalos,
mas nós faremos menção do nome do Senhor nosso Deu
Uns encurvam-se e caem, mas nós nos levantamos e es
de pé.
Salmos 20:7-8

AGRADECIMENTOS

Ao único Deus, Salvador nosso, mediante Jesus Cristo, Senhor nosso, seja glória, majestade, império e soberania, antes de todas as eras e, agora, e para todo sempre. Amém! Judas 1:25.

Deus, até aqui, o Senhor tem me sustentado e não poderia iniciar este agradecimento sem que a primeira palavra não fosse ao Senhor. Então, Deus, valeu, por tudo que fizeste por mim! Sua Graça e Misericórdia são a causa de eu estar aqui, pois cuidas de mim em todo tempo, até nos mínimos detalhes, tudo o que tenho, tudo o que sou e o que vier a ser, te entrego, só a Ti toda honra e Glória.

Como minha pesquisa é na área da análise do discurso, gastarei, a partir daqui, um pouco do que estudei e lutei para conseguir chegar aonde estou. Nela, temos um dispositivo de análise que o atravessamento do discurso sugere que as pessoas não são meros receptores passivos de informações, mas que interagem ativamente com os discursos que consomem, permitindo que esses discursos "atravessem" suas vidas e experiências, gerando novas compreensões e, às vezes, novas formas de resistência.

Mas, isso aqui não é para ser um agradecimento? Sim. E, é. Mas, neste momento, estou sendo atravessada por muitos sentimentos. Alegria por ter conseguido vencer esta etapa, medo (sim, medo) em pensar o que o futuro me reserva, dor por não ter presente algumas pessoas que para mim são tão caras.

A elaboração desta dissertação foi uma jornada desafiadora e enriquecedora, e não poderia ter chegado até aqui sem o apoio e a colaboração de inúmeras pessoas. Há tantos a agradecer que posso cometer o pecado de esquecer alguém.

À minha querida orientadora, **Profa. Nádia Biavati**, por sua orientação, paciência e incentivo ao longo de todo o processo. Sua expertise e conselhos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Não posso deixar de dizer que Deus foi muito generoso comigo ao me presentear como tua orientanda, você não apenas compartilhou seu conhecimento, mas também instigou em mim a curiosidade e a paixão pela pesquisa. A cada conversa, suas orientações foram como faróis que iluminaram meu caminho.

Ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei, viva a educação púb e gratuita.

À Profa. Dra. **Cleuzilaine Vieira,** por dedicar seu tempo e atenção ao meu texto para minha qualificação de mestrado. Agradeço profundamente pelas valiosas contribuições, sugestões e *feedbacks* que me ajudaram a aprimorar meu trabalho e pela oportunidade de compartilhar minhas ideias e receber orientações tão enriquecedoras.

À banca de defesa, os professores Prof. Dr. **Antônio Luiz Assunção** (UFSJ) e Prof. Dr. **Rafael Silva Guilherme** (UFJF), por aceitarem o convite, reservando um tempo para dedicar-se à leitura de minha dissertação, por me inspirarem a cada conversa. Estou verdadeiramente grata pela oportunidade de compartilhar minhas ideias e

receber orientações tão enriquecedoras. Espero poder incorporar suas recomendações e continuar avançando em minha pesquisa, buscando sempre a excelência.

Ao **Maquel,** na pessoa da **Tarcísia Martins**, pois foi através de você que aprendi a Libras e estou aqui hoje.

Aos meus queridos amigos do **SINAC** que em todo momento me apoiaram e ouviram minhas palestras, inúmeras vezes.

Aos queridos Tilsps- **Andréa, Pedro, Leonardo, Fábio, Jacy e Oswaldo,** que estiveram ao meu lado nesta jornada, agradeço pelas trocas de ideias, pelas horas de discussão e pelas risadas que tornaram os dias mais leves. Cada um de vocês deixou uma marca especial na minha trajetória e me lembrou da importância da colaboração e do companheirismo.

À minha família, que me apoiou incondicionalmente. Sua compreensão e amor foram o alicerce que me permitiram dedicar-me plenamente a esta pesquisa.

À Família Guilherme, aqui representada pelo João e Meire, meu amor por vocês não tem fim, obrigada. Sou grata por estarem presentes em tantos momentos que precisei, por chorarem com os meus choros, por sorrirem com os meus sorrisos e por sempre estarem ali quando precisei, até mesmo quando estávamos distantes, é a vocês, famílias, que dedico este trabalho - Ubuntu.

Ao mais que querido amigo **Rafael**, devo a você estar aqui hoje, meu grande incentivador a iniciar minha graduação, entrar no mestrado e não me deixar desistir e ainda entender quando, por meses, fiquei encavernada. Eu escreveria outra dissertação só para tentar agradecer mais, ainda assim não daria. Querido amigo, amo você!

Com gratidão profunda, olho para o futuro, levando comigo todas essas experiências e aprendizados. Este trabalho é um tributo a todos vocês.

Não pedirei desculpas pela ausência nestes últimos anos, pois foi necessário para vencer essa etapa de minha vida.

A todos que, direta ou indiretamente, estiveram presentes na construção desta pesquisa e na realização deste sonho.

RESUMO

A profissão do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português (TILSP) passou por mudanças nas 2 últimas décadas, deixando de colocar-se como um serviço voluntário e humanitário para se tornar atividade reconhecida, profissionalizada e sistematizada. Destacamos a trajetória profissional fortemente influenciada pelo contexto histórico e social. Nesse sentido, o presente estudo tem em vista destacar, por meio da Análise de Discurso, à luz de Pêcheux (1996, 2001) e Orlandi (2001), como as Condições de Produção do discurso impactam a identidade profissional e o papel do TILSP na sociedade, para analisar que discursos enviesados atravessam a (re)significação da Identidade do TILSP, enquanto profissional sistematizado nos anos 2000, desde a implementação da atividade profissional. Destacamos as legislações vigentes e identificamos como ocorre essa (re)significação da identidade do TILSP enquanto profissional, especialmente em relação à mudança de sua função de mero auxílio assistencialista, para a inclusão do surdo, por meio do exercício de prática profissional do tradutor de formação, sistematizada. São analisados, aos olhos discursivos e enunciativos, documentos de contratação do TILSP em Minas Gerais, o currículo do curso de formação em Bacharel em Letras Libras da UFSC, além de outros documentos sobre o TILSP, destacando algumas tensões e reivindicando o exercício profissional multitarefas que acaba assumindo o TILSP atual. Os resultados indicam que o assistencialismo e as tensões com o discurso de professor atribuído ao TILSP ainda atingem a profissionalização e o exercício da profissão do tradutor. O olhar ao TILSP repercute percepções da sociedade sobre o surdo e o capacitismo com que ainda é percebido, aspecto que resvala na profissão TILSP atual.

Palavras-Chave: Análise do Discurso Francesa. Condições de Produção do Discurso. Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português. Libras. Identidade profissional.

ABSTRACT

LIBRAS INTERPRETERS AS MULTITASKING PROFESSIONALS: A DISCURSIVE ANALYSIS OF DOCUMENTS

The profession of Sign Language Translator and Interpreter (TILSP) has been implemented since the 2000s, moving from a voluntary and humanitarian service to a recognized and professionalized activity. We highlight the professional trajectory strongly influenced by the historical and social context. In this sense, this study aims to highlight, through Discourse Analysis, in the light of Pêcheux (1996, 2001) and Orlandi (2001), how the Conditions of Production of the discourse impact on the professional identity and role of the TILSP in society, in order to analyze which biased discourses cross the (re)signification of the Identity of the TILSP, as a systematized professional in the 2000s, since the implementation of the professional activity. We highlight the legislation in force and identify how this (re)signification of the TILSP's identity as a professional occurs, especially in relation to the change in their role from mere assistance to the inclusion of the deaf, through the exercise of the professional practice of the trained translator, systematized. The discursive and enunciative documents used to hire TILSPs in Minas Gerais, the curriculum of UFSC's bachelor's degree course in Brazilian Sign Language, and other documents about TILSPs are analyzed, highlighting some tensions and claiming the multitasking professional practice that today's TILSPs end up assuming. The results indicate that welfare and tensions with the teacher discourse attributed to the TILSP still affect the professionalization and exercise of the translator's profession. The view of the TILSP reflects society's perceptions of the deaf and the ableism with which they are still perceived, an aspect that has an impact on the current TILSP profession.

Keywords: Analysis Discourse. Conditions of Discourse Production. Translator Interpreter of Libras-Portugue. Libras. Identidad.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Discurso em diálogos	32
IMAGEM 2	Processos Discursivos	36
IMAGEM 3	Oferta do curso – Bacharelado em Tradução	86
IMAGEM 4	Critério para Classificação 01	100
IMAGEM 5	Critério para Classificação 02	100
IMAGEM 6	Matriz curricular UFSC – Bacharelado	104
IMAGEM 7	Matriz curricular UFSC – Licenciatura	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Modelos de condições de produção em relação com os discursos	28
QUADRO 2	Habilidades e Competências do TILSP	58
QUADRO 3	Definições de Identidade Social	61
QUADRO 4	Regramentos inaugurais para a acessibilidade e para a implementação da profissão	79
QUADRO 5	Análise crítica das imagens 2 e 3	102
QUADRO 6	Processo Discursivo	106

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **15**

INTRODUÇÃO **20**

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS – SUJEITO E HISTÓRIA **27**

1.1 Condições de Produção do Discurso em Gestos de Interpretação **27**

1.2 O Tradutor Intérprete de Língua de Sinais: Sinais de uma Profissão que surge e se (Re)constrói **38**

1.2.1 Rastros de Silenciamento **40**

1.2.2 Pontos da Idade Moderna, no século XVI – A Primordialidade da Interação..... **42**

2 O TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS/PORTUGUÊS (TILSP) **50**

2.1 Marcas da Tradução e da Profissão de Tradutor **51**

2.2 Interpretação e Intérprete **53**

3 COMPETÊNCIAS TRADUTÓRIAS **53**

4 NOÇÕES DE IDENTIDADE **59**

4.1 A Construção da Identidade Social **60**

4.2 A Construção de uma Identidade Profissional **64**

4.3 Discursos sobre as Profissões **66**

4.3.1 Fluidez nas profissões **69**

4.4 Profissional Multitarefas/Mosaico **72**

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE: DESVELANDO A PROFISSÃO DO TILSP **74**

5.1 Análises: Notas sobre a Legislação..... **77**

5.1.1 Discursos nos/dos Regramentos **79**

5.2 Do “Ajudador de surdo”, do “tradutor” e da Uberização da Economia: os profissionais TILS e TILSP **86**

5.3 Identidade Profissional legitimada pela formação **93**

5.4 Os Editais de contratação **95**

CONSIDERAÇOES FINAIS **113**

REFERÊNCIAS **117**

LEGISLAÇÕES **120**

RESOLUÇÕES **121**

APRESENTAÇÃO

As pesquisas em Análise de Discurso não assumem o propósito da neutralidade, uma vez que indicam que o pesquisador reivindica o seu lugar de sujeito e identidade no mundo, tomado pela língua e pela pesquisa. A presente pesquisa integra, com isso, um conjunto de conhecimentos que assumo que compõem o meu lugar de sujeito no mundo e a identidade de tradutora de Libras, pesquisadora, que relata a experiência e o contato com a Libras. Peço licença, portanto, para trazer pontos importantes visando à compreensão da pesquisa.

Meu contato com surdo(a) remonta à minha infância, pois a casa dos meus pais se situa vizinha à casa de uma surda e, mesmo não sabendo a língua de sinais, nós nos entendíamos com o que achávamos ser uma linguagem rudimentar ou familiar. A Língua de sinais, como conhecemos hoje, só entrou em minha vida em 1998, quando dei início a um curso de Libras, com o propósito de começar um trabalho de evangelização com os surdos em Betim/MG. Naquela época, em Betim, quase não havia profissionais na área da Libras na interação com Surdos, instrutores nem Intérpretes, que vieram, posteriormente, de Belo Horizonte e de um Ministério de surdos -*Ephatá*[1], da Igreja Batista da Lagoinha.

Meu primeiro deslumbre com a Libras se deu antes do curso, foi em uma apresentação dos surdos do *Ephatá*. Antes do contato com minha vizinha, NUNCA havia conhecido outros surdos e nem sabia que existia uma língua para interagir com eles. Ao vê-los dançando e refletindo sobre assuntos complexos, senti uma mistura de emoções e um chamado, o que percebi como um chamado divino para aprender a Libras e levar, como cristã, a palavra de Deus para os surdos e a salvação deles.

Parafraseando uma passagem bíblica em Romanos, que diz:

> Porque toda pessoa surda que invocar o nome do Senhor será salva. Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? e como crerão

[1] O Ministério Ephatá, da Igreja da Lagoinha, em Belo Horizonte, é um grupo voltado para a inclusão e apoio a pessoas Surdas. O nome "Ephatá" vem do aramaico e significa "abra-se", uma referência ao desejo de abrir portas e oportunidades para que essas pessoas possam ouvir e vivenciar a mensagem do evangelho. Durante os cultos e eventos da igreja, o ministério oferece acessibilidade em Libras, além de promover atividades e encontros que incentivam a inclusão e a acessibilidade. O foco é garantir que todos, independentemente de suas limitações, possam participar plenamente da vida da igreja e ter acesso à mensagem de Cristo.

> naquele de quem não ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue em língua de sinais? (Romanos 10:13 e 14 – parafraseado pela autora).

Foi neste momento que entendi que precisava cumprir o “IDE”[2] e levar o amor de Deus aos surdos. Após sentir o chamado de Deus, e aceitar o convite do Pastor, àqueles que sentiram o chamado do Senhor, fui tocada por uma oração feita pelos surdos. Naquele momento, como muitos dos presentes, meus olhos ficarem vidrados, vendo um surdo sinalizando e orando por mim, mesmo que ali não entendesse a sinalização.

Iniciei o curso de Libras oferecido pelo *Ephatá* e, assim, comecei a atuar de forma voluntária na Igreja Batista Nova Canaã, em Betim, no Ministério Maquel (Mãos que Libertam)[3], de 1998 até 2015, quando precisei interromper meu voluntariado, por precisar me mudar para cidade de São João del Rei- MG, para assumir a vaga efetiva de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português (TILSP)[4], na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Portanto, a Libras me trouxe objetivo de vida e de trabalho.

Quando iniciei a minha jornada de formação, muitos surdos ainda estavam começando sua jornada escolar (muitos deles já adultos). Muitos eram (e são) oriundos de famílias carentes, no início dos anos 2000. Nosso trabalho, nesse período, foi dar assistência e apoio às famílias, atuando com acompanhamento escolar, consulta médica e entrevistas de emprego. Enfim, além do lado espiritual, na Igreja, também nos preocupávamos com o bem-estar do surdo. Assim como o Maquel, assumi um papel, assistencialista e maternalista.

O início de minha jornada foi marcado por estudo, por um coração cheio de vontade de servir, atuava como voluntária, tendo apenas curso básico e uma imersão na comunidade surda. Minha evolução na Libras empírica aconteceu por muito tempo. Dois anos após meu primeiro curso, tive a oportunidade de trabalhar

---

[2] A passagem de Marcos 16:15, em que Jesus diz: "Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura", é um mandato missionário que enfatiza a responsabilidade dos cristãos de compartilhar a mensagem do evangelho com todas as pessoas, sem distinção. Essa instrução ressalta a universalidade da mensagem de salvação, indicando que ela deve ser levada a todos os cantos do mundo e a todas as culturas, refletindo o amor inclusivo de Deus. Assim, os seguidores de Jesus são chamados a serem diligentes na evangelização, promovendo a fé e a esperança.

[3] Ministério Mãos que libertam conhecido como Maquel é, assim como Ephatá, um grupo voltado para a inclusão e apoio a pessoas Surdas, que tem como missão levar o amor de Deus e promover acessibilidade aos eventos da igreja.

[4] Ao nos referimos ao TILS, referenciaremos o Tradutor Intérprete de língua de sinais, não delimitando qual o par linguístico, mas o fazendo de maneira geral.
E ao nos referimos ao TILSP, delimitaremos o Tradutor intérprete do par linguístico Língua de Brasileira de sinais e português brasileiro, - nas modalidades oral e escrita.

como estagiária da Bolsa Primeiro Emprego da Prefeitura Municipal de Betim no Centro de Referência a Apoio Educação Inclusiva - Rafael Veneroso (CRAEI)[5]. Naquela realidade, eu atuava como TILSP, recebendo alunos surdos da Educação Básica e, lá, permaneci por 3 anos (2000-2003).

Ainda não sabendo o que iria cursar na graduação, fui colecionando cursos e vivências para aprimorar minha atuação como TILSP, aventurando-me no teatro, o que ajudou na desenvoltura para sinalizar. Ainda, atuei na capelania com o intuito de melhorar a abordagem e auxílio espiritual para o surdo. Fiz também o curso de acolhimento do Projeto Doutores da Alegria. Ao longo dos anos 1999-2014, dediquei meus esforços para atender a comunidade surda com esmero e amor.

Em 2010, me submeti e fui aprovada no Exame de Proficiência em Libras (Prolibras) para atuar com TILSP, exame que certificou milhares de TILSPs pelo Brasil, para atuarem como intérpretes e também para certificar instrutores e professores de Língua de sinais. Ainda em 2010, também me submeti à banca do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez-CAS - MG.

Vale, mesmo que sucintamente, explicar o que é o CAS e PROLIBRAS, pois, em nossa análise, retomaremos o assunto acerca do uso de ambas certificações. O CAS é uma instituição criada para promover a inclusão educacional de estudantes surdos, em Minas Gerais. Seu principal objetivo é capacitar professores e TILSP, assegurando que esses profissionais possuam as habilidades necessárias para atender às demandas educacionais da comunidade surda.

Na banca do CAS, são avaliadas competências[6] fundamentais para a atuação de TILSPs. As competências comunicativas são analisadas, focando na fluência e no domínio da Língua, além da habilidade de interagir com a comunidade surda. A avaliação das habilidades linguísticas considera a capacidade de compreender e expressar informações, de forma clara e precisa, nas línguas envolvidas. A transferência de significado entre a língua fonte e a língua-alvo é

---

[5] O CRAEI- Rafael Veneroso (Centro de Referência de Atendimento à Educação Inclusiva). em Betim, é um órgão que tem como objetivo promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e orientação a educadores e famílias. O centro busca adaptar práticas educativas e proporcionar formação para os profissionais da educação, garantindo um ambiente escolar mais inclusivo e acessível, onde todos os estudantes possam ter acesso a uma educação de qualidade e desenvolver seu potencial.

[6] Poderemos ver com mais clareza no capítulo sobre Competência tradutórias, apresentado por Hurtado (2005), como elas equivalem com o que é avaliado na banca do CAS. Nos Anexos, está a Declaração do CAS.

crucial, garantindo que não haja distorções no discurso. Além disso, as habilidades metodológicas são examinadas, avaliando a escolha do modo de interpretação mais adequado. Essas avaliações visam garantir a qualidade e a eficácia do atendimento educacional a estudantes surdos.

A proficiência em Libras — PROLIBRAS foi um programa nacional para a certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação em Língua de Sinais-Português que, entre os anos de 2006-2016, certificou mais de seis mil candidatos, conforme visto no portal do MEC[7]

Ambas certificações me deram a oportunidade de trabalhar na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio e Superior. Ainda faltava algo, pois, nesse período, minha formação era apenas Ensino Médio e, ainda assim, eu atuava em todas as esferas de ensino e prestava serviço de tradução e interpretação no grupo Fiat, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Explicando minha inserção no mundo da UFSJ, em 2013, concorri ao cargo de nível D – correspondente ao nível médio[8], para Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais (desta forma que o cargo é descrito no PCCTAE), visando compor o quadro permanente de servidores na UFSJ. Fui aprovada no concurso e tomei posse em 2014. Em 2016, concorri e fui aprovada no vestibular e realizei o meu desejo de ingressar no curso Bacharel de Letras Libras oferecido pela Universidade Federal de Santa Cataria (UFSC).

Detalhando um pouco mais, me identifiquei com a Análise do Discurso de base francesa, uma vez que ela propicia o falar sobre o TILSP, de um lugar que me atravessa, assim como essa teoria aborda a temática dos discursos que atravessam o sujeito, conforme veremos ao longo do texto.

---

[7] PROLIBRAS. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/prolibras-programa-nacional-para-a-certificacao-de-proficiencia-no-uso-e-ensino-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-e-para-a-certificacao-de-proficiencia-em-traducao-e-interpretacao-da-libras-lingua-portuguesa. Acesso em: 03 dez.2024.

[8]Como consta no PCCTAE: https://ufsj.edu.br/manualserv/pcctae_descricao_de_cargos.php#Tradutor_Interprete_Libras
Nível de Classificação: D
Requisito de qualificação para ingresso no cargo; Escolaridade: Médio completo + proficiência em LIBRAS.

Cabe lembrar algo importante: o enviesamento dos discursos, pois somos atravessados por eles. Mas, o que é ser atravessado por discursos? Veremos essa resposta à luz das teorias de Foucault (1969), Pêcheux (1996, 2001, 2010) e Orlandi (2001a, 2002, 2006, 2011). Segundo Foucault (1969), os discursos não são meras expressões individuais, mas sim construções sociais e históricas que moldam a compreensão da realidade. Isso significa que, ao escrever esta dissertação, não apenas expresso minhas experiências pessoais, mas também me incluo em um contexto mais amplo de discursos sobre surdez, inclusão e interação dos sujeitos.

Pêcheux (2010) complementa essa ideia ao afirmar que a formação discursiva se dá como uma forma de materialização ideológica, pois o sujeito é interpelado pela ideologia. Isso significa que não basta relatar minha trajetória e motivações para aprender Libras o que, mais tarde, me torna profissional na área. Entendo que, dessa maneira, sou atravessada por discursos que valorizam a inclusão, a acessibilidade, a importância da comunicação e, para além, o reconhecimento profissional de meus pares. Esses discursos influenciam minhas percepções e ações, moldando minha identidade como TILSP, pois a ideologia recruta indivíduos em sujeitos. Orlandi (2011), por sua vez, enfatiza a importância de compreender como os discursos se articulam e afetam os sujeitos. Além disso, destaca o trabalho do analista como um processo interpretativo.

O desenrolar desta pesquisa acontece entre buscas e retomadas da/na história, o que não só recupera fatos, ao traçar caminhos historicizados da profissão, mas também traça uma linha do tempo com um olhar crítico, no intuito de inserir traços da profissão como uma memória discursiva para o tratamento das informações sobre como se dá o reconhecimento TILSP como profissional. Desse modo, percebemos que não há como apenas seguir a linha do tempo de forma linear, abandonando o passado. Seguimos, por vezes, o acompanhamento do tempo como construção de acontecimentos não lineares, o que significa ir e voltar na história para compreendermos o resultado no presente e o quanto determinados aspectos influenciarão o futuro.

Para a organização do texto, apresento os capítulos que norteiam a pesquisa. No capítulo introdutório, apresentamos as considerações teóricas, destacando que Sujeito e História estabelecem o contexto da pesquisa, justificando a importância de entender a trajetória do TILSP e como as legislações e as

condições sociais influenciam no que entendemos ser identidade profissional. Apresento também o tema da pesquisa, os objetivos, a justificativa e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, "Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Português (TILSP)" aborda-se a trajetória do TILSP no Brasil, considerando a regulamentação da profissão e as legislações pertinentes. O capítulo utiliza aspectos das abordagens de Foucault, Pêcheux e Orlandi para discutir como os discursos influenciam a identidade e a percepção dos indivíduos. Traçamos um olhar analítico, ao tomar a formação acadêmica necessária, para a profissão, como um conjunto de discursos que dizem respeito às competências exigidas, desvelando o modo como se dá a construção da identidade do TILSP, considerando as influências sociais e históricas que são interpeladas pela ideologia dos discursos profissionais e que se materializam em discursos, contribuindo para a percepção do profissional como multifacetado ou multitarefas.

O capítulo metodológico desta dissertação adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, culminando com uma análise documental sob uma perspectiva discursiva. A pesquisa identifica elementos que problematizam a identidade profissional do (TILSP), considerando as tensões entre o papel voluntário e a sistematização da profissão.

O capítulo da análise se concentra na investigação dos discursos oficiais traçando cruzamentos com a historicidade da profissão do TILSP. Com isso, analisamos os documentos de contratação dos tradutores em Minas Gerais e o currículo de formação em Bacharel em Letras Libras da UFSC, identificando tensões e desafios na prática profissional. Na conclusão, apontamentos algumas provocações que surgiram ao logo da dissertação, no tratamento dos dados.

INTRODUÇÃO

Quando paramos para pensar na origem de algumas profissões, como: professor, mecânicos, médico, nos vêm à mente pessoas que escolheram exercer tal ofício e que se profissionalizaram, muitas vezes, como uma meta de vida. Mas, será que em todas as profissões essa escolha é tão visível? Tomamos como nosso objeto de estudo o profissional TILSP, que nem sempre escolhe, a princípio, estar nessa profissão, mas acaba por exercê-la por afinidade, por utilidade ou por

convocação, “porque sabe a língua — Língua Brasileira de Sinais mais ou menos”, nos ambientes sociais.

Entendemos que o TILS será aquele profissional qualificado que compreende e usa a Língua de Sinais e a língua falada de um país para exercer esta função o profissional deve estar “completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação” (Quadros, 2004, p.27) ou seja, por essa afirmação, enquadram-se todos os TILS, independente do país ou língua de origem.

Para nosso contexto de falantes da língua portuguesa, traremos o TILSP, que transita com o par linguístico: língua portuguesa-brasileira oral e, respectivamente, com a Língua Brasileira de Sinais . Esses profissionais, conforme o Decreto n° 5.626/2005, em seu artigo 17, devem possuir formação acadêmica específica em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras, sendo essas práticas as que mais se encaixam para satisfazer a comunidade surda e o mercado.

Por meio da profissão do Tradutor Intérprete de Línguas de Sinais e Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Português (doravante, respectivamente, TILS e TILSP e, na presente pesquisa, usaremos a terminologia TILSP, sendo ele nosso sujeito de pesquisa), buscando compreender como se dá a construção da identidade profissional e como podemos analisar essa constituição discursivizada em documentos oficiais como: documentos da Legislação Brasileira vigentes e editais de contratação, identificando as condições de produção e os efeitos de sentido nos dizeres circulantes, além de problematizarmos determinadas opções silenciadas em tais documentos.

Esta pesquisa assume um caráter interdisciplinar e transversal, uma vez que atravessa diferentes campos do conhecimento, como a história, a sociologia e, principalmente, as questões discursivas. Ao investigar a construção da identidade profissional do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português (TILSP), o estudo dialoga com a historicidade que moldou a profissão, conforme apontado por Le Goff (2003) em suas reflexões sobre memória e história, e com as dinâmicas sociais que a influenciaram, tal como discutido por Dubar (2000) em suas análises sobre identidade e profissionalização.

A Análise do Discurso, enquanto eixo central permite desvelar como os sentidos sobre a profissão são produzidos, circulam e se transformam, articulando-se com as condições históricas e sociais que a atravessam, conforme fundamentado por Pêcheux (1997) e Orlandi (2001). Dessa forma, não nos limitamos a uma única área, mas expandimos a uma rede de saberes que interconectam passado, presente e as múltiplas vozes que compõem o discurso sobre o TILSP, corroborando com a perspectiva de Foucault (1969) sobre a interligação entre discurso e poder.

O objeto de pesquisa da presente dissertação diz respeito ao funcionamento dos discursos sobre a profissão do TILSP, além de apresentar como é discursivizado, nos regramentos, o lugar que esse profissional ocupa. Em contraponto, problematizamos o que chamamos de território possível para as atividades e práticas que esse trabalhador deveria ocupar, de forma consonante à sua formação acadêmica. Por isso, buscamos analisar os discursos oficiais vigentes e identificar como acontece a (re)significação da Identidade do TILSP, enquanto profissional, considerando a historicidade que cerca o surdo em seus impasses e características.

Ser TILSP nem sempre consiste (ou consistiu) em se profissionalizar. Há um silenciamento sobre a tradução de sinais que avança, para além do espaço de sinalização. O silenciamento circula nos espaços sociais que, por vezes, apoiam a tradução nessa língua de sinais, ainda que nem sempre venha de uma formação sistematizada. Tal fato demonstra que essa profissão se efetiva em um jogo de discursos, como prática e convivência, sem organização ou documentos, pelo menos no início, até por volta dos anos 2000 e, ainda hoje, nos espaços do voluntariado. Desse modo, o silêncio, que por muito tempo circulou o surdo, se confundia com a surdez social, sob a afirmação de que era necessária a formação para interpretar e traduzir falas para o surdo.

Sustentamos haver uma linha tênue entre a identidade do voluntário, construída socialmente pela necessidade e a identidade sistematizada do profissional, que se configura como uma peculiaridade que influencia o discurso do profissional e a profissão TILSP. Citamos Lima (2006) que relata a origem da profissão:

> Os(as) intérpretes de línguas de sinais têm sido formados na prática, no Brasil; eles(as) escolhem essa profissão ou são escolhidos por ela (Delisle

> e Woodsworth, trad. 1995). Pela necessidade de comunicação das pessoas surdas, familiares, amigos e colegas de escola, mesmo com mínimos conhecimentos sobre a Língua de Sinais, são levados a desempenhar essa atividade. (Lima, 2006, p.36).

Essa condição nos convoca ao olhar discursivo e enunciativo em relação à profissão, por haver falas, historicidades e silêncios nos discursos que a cercam. Sob uma perspectiva enunciativa, recorremos a Guimarães (2002) e Dalmaschio (2013), verificando que a legitimação profissional se dá por meio de um processo de nomeação, que entendemos fazer parte do reconhecimento do profissional TILSP. Desse modo, a partir de sua formação e das formações nominais que cercam os dizeres da (e sobre) a profissão em questão, propusemos nossa análise.

Estudar os discursos sobre o profissional TILSP envolve, também, pensar em relação ao modo como compreendemos a língua e a linguagem. Tomamos língua não só como um sistema de signos, mas como um conjunto de estratégias para a interação. Nesse sentido, a língua reivindica o percurso ao discurso, a ideia de palavra em movimento (Orlandi, 2006) e segue o que a autora aponta como objeto de pesquisa e de observação à linguagem, permeada pela ideologia.

A linguagem é indissociável da ideologia, e se constitui em faceta da materialidade do discurso, pela língua. Desse modo, a ideia é compreender o uso da língua não isoladamente, mas considerando a historicidade dos fatos, o que os estudos enunciativos de Dias (2018) tomam como referencial histórico, pois estamos sempre buscando sentido dos dizeres, pelo dito e pelo não dito. Assim, há a observação da produção dos sentidos, para percebermos a língua como percurso, como discurso.

> Quanto ao fato de eu afirmar que compreender é saber que o sentido pode ser outro, desde muito cedo, quando se aprende análise de discurso, isso vai-se impondo. A incompletude, a divisão, o político, o inconsciente, a ideologia, as diferenças são uma constante para quem aprende análise de discurso. Daí a teorizar a leitura e afirmar que o sentido pode ser outro é só um passo. (Orlandi, 2006, p. 2).

Ainda acerca da historicidade envolvida no percurso, indicamos a Análise do Discurso (AD) como uma alternativa teórica para alçarmos sentidos à materialidade da língua e aos discursos que cercam a profissão. No que corresponde aos dados linguísticos, a AD considera o saber e o percurso histórico, a fim de compreender os deslocamentos que trouxeram luz aos sentidos possíveis em uma perspectiva discursiva; de maneira que os discursos se tornam constituídos pela memória, materializados no dizer.

A partir disso, temos Le Goff (2003) que nos ajudará a compreender o funcionamento da memória, em um panorama discursivo. Nele, também vemos a memória como algo intrínseco à identidade, sendo construída individual e/ou coletivamente:

> A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje na febre e na angústia. (Le Goff, 2003, p.477)

Para nós, revisitar a historicidade significa recuperar o referencial histórico como parte de um conjunto de dizeres captados pela memória, construído como um conjunto de práticas discursivas. A partir do recolhimento das memórias/histórias de uma sociedade, de um povo, nos é possível compreender, com mais clareza, seu comportamento, ações e evolução. Ainda em Le Goff (2003):

> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva ou social sirva para libertação e não para servidão dos homens. (Le Goff, 2003, p.477).

Destacamos o olhar aos estudos discursivos considerando o dito que, para estudiosos como Pêcheux (1996, 2001) e Orlandi (2001a), tomam os sujeitos em seu processo de negociação com o mundo.

Chamamos atenção para o não-dizer também, cientes de que os sujeitos optam por sentidos, ainda que não conscientes, na relação com o dizer (e vice-versa), embora o conjunto de escolhas não se mostre explicitamente. Essas condições do dizer e do não-dizer pertencem também às escolhas profissionais, aos dizeres sobre elas, à identidade do TILSP, aspectos que nos interessam. No estudo desse percurso da profissão do TILSP, questionamos: o que certos documentos legais dizem e não dizem (ou deixam de dizer) sobre a profissão? Quais são as implicações discursivas desses documentos e suas relações com a formação dos dizeres sobre a profissão?

Os gêneros discursivos analisados foram editais, currículo, projeto pedagógico, regramentos/legislação que são tomados como materialidades que constituem e refletem os discursos sobre a profissão do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português (TILSP). A análise, ancorada na perspectiva da Análise

do Discurso de linha francesa, busca desvelar os efeitos de sentido produzidos nesses documentos, considerando as condições de produção que os atravessam.

Ao selecionar trechos específicos desses gêneros, observamos como os discursos oficiais e institucionais (re)significam a identidade profissional do TILSP, oscilando entre a tradição assistencialista e a sistematização da profissão, evidenciando tensões e contradições que marcam a historicidade e a memória discursiva dessa atividade. Dessa forma, a pesquisa visa compreender como esses textos, enquanto dispositivos de poder e saber contribuem para a construção e legitimação da identidade profissional do TILSP, ao mesmo tempo em que revelam silenciamentos e opacidades que permeiam sua trajetória.

A escolha por trechos, em vez de uma análise integral dos documentos, justifica-se pela necessidade de focalizar os pontos nodais que evidenciam as tensões e contradições discursivas em torno da identidade profissional do TILSP.

Nosso estudo se desenvolverá a partir do olhar para os seguintes documentos: Editais de contratação de TILSP's pela SEE/MG dos anos 2014, 2016; Currículo dos Cursos de graduação Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC) de Licenciatura e Bacharelado (currículo 20202) e as legislações voltadas ao reconhecimento e manutenção da Libras que são Lei nº 10.436/2002, Decreto n.º 5.626/2005, Portaria Normativa MEC 20/2010, Lei n.º 12.319/2010, Lei nº 13.146/2015.

Ressaltamos que não foram analisados a fundo o currículo do Letras libras, nós nos atentamos ao objetivo de cada curso, qual perfil do formando em Licenciatura e do bacharelado, considerando os objetivos da pesquisa. Assim, os trechos analisados funcionam como indícios discursivos que revelam os processos de (re)significação da profissão, sem pretender esgotar a totalidade dos documentos.

Será que os documentos escolhidos nos dizem tudo sobre a profissão do TILSP? Nos estudos discursivos franceses, para Pêcheux (2001), o não-dito só pode ser alcançado através do que ele chama de "exterior específico", que, posteriormente, é denominado como as Condições de Produção do Discurso. Desse modo, documentos e condições de produção nos interessam. Para Pêcheux, o não-dito se dá como a definição de uma "ausência específica daquilo que está presente em outro lugar" (Pêcheux,1997, p. 149).

Orlandi (2001a, 2002) aprofunda, simultaneamente, a especificidade de algumas modalidades do não-dizer, como aquele que deriva da própria instância da linguagem — o denominado pressuposto — que se dá em um contexto (o subentendido).

Para o texto de qualificação, optamos pela construção do referencial teórico que está estruturado nas questões voltadas para as condições de produção dos discursos sobre o TILSP, também, pela Análise de Discurso, atravessada pela historicidade e pelas ideologias que nos chamam a compreender a profissão. Entendemos que os discursos sobre a profissão do TILSP estão cercados de opacidade e historicidade, que valem a pena serem exploradas.

Conforme Orlandi (2006), tomamos a Análise de Discurso como uma abordagem que é fruto de diferentes formas de significar a linguagem, observando a palavra em um correr de aspectos, ancorados pela historicidade e pela memória. Ela trata dos dizeres em seu percurso, compreendendo os sentidos circulantes na língua; relacionando a linguagem à sua exterioridade, ou seja, compreendemos seus atravessamentos, pois o repetível ao nível do discurso é histórico e não necessariamente formal.

Tomamos o “Discurso como palavra em movimento” (Orlando, 2020) e podemos pluralizar os discursos, por serem várias as formações que cercam os dizeres sobre a profissão do TILSP, nesses atravessamentos históricos: as condições econômicas, a necessidade de inclusão, as dificuldades de aceitação da diversidade. Em seguida, na segunda parte desse texto, traçamos uma análise preliminar, observando que a palavra depende das condições de produção, que definimos no traçado da historicidade que cerca a profissão, a partir da qual, trazemos o nosso olhar.

Após o exposto, vale salientar que esta pesquisa concebe como **objetivo geral:** analisar legislações vigentes do TILSP e identificar como acontece a (re)significação da Identidade como profissional, face ao fato recorrente do TILSP ser tratado como “aquele que ajuda”, em postura assistencialista para inclusão do surdo.

Acerca dos **objetivos específicos,** pretende-se identificar e analisar, como ponto de partida, a historicidade do TILS, com aspectos importantes até chegar aos discursos que tornam o TILSP profissionalizado e, baseadas nisso, nos

debruçamos em uma apresentação e análise de regramentos e documentos, para prosseguirmos, da forma como se segue:

a) Abordar o contexto sócio histórico da implantação da profissão do TILSP em seus aspectos discursivos;

b) Investigar como se dão os processos de construção da identidade dos profissionais TILSP, a partir do nosso olhar à historicidade da profissão;

d) Identificar e analisar o Hibridismo na identidade do TILSP como profissional multifacetado/mosaico a partir de sua historicidade, tomada em documentos, regramentos e dizeres em mídias sociais sobre a profissão.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de trazer uma reflexão acerca de uma pseudo-visibilidade voltada para o TILSP que, por vezes, é concebida pela sociedade e os sujeitos que a constituem, tomando o profissional tradutor como aquele que "quebra o galho" com a função de comunicador ao surdo em eventos sociais, exercício, muitas vezes, marcado como voluntário, do tradutor que "ajuda" e torna a linguagem acessível aos surdos. No entanto, há um contrassenso que parece marcar a profissão, pois, como já afirmamos, para a realização, é necessária a formação exigida para o exercício, abordada em documentos. Passemos, a seguir, às condições de produção, sob o olhar da historicidade, frisamos, indissociado do âmbito discursivo da profissão.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS — SUJEITO E HISTÓRIA

1.1 Condições de Produção do discurso em Gestos de Interpretação

Na Análise de Discurso, as condições de produção se referem ao contexto social, histórico, político e cultural que afeta a produção e a recepção do discurso, ou seja, Orlandi (2020) sintetiza esse impacto como o que "compreende fundamentalmente os sujeitos e a situação" (Orlandi, 2012, p. 30).

Alguns exemplos de condições de produção que, para Pêcheux (1997), são consideradas "circunstâncias", incluem:

QUADRO 1 — Modelos de condições de produção em relação com os discursos

Modelos	Descrição
Meios de Comunicação	tipo de mídia ou plataforma utilizada para veicular o discurso, como jornais, televisão, internet etc, marcando o modo de dizer desses meios.
Poder e hierarquia	a posição do falante na sociedade em posições de sujeito marcadas pelas relações de poder com o público-alvo.
Ideologia	as crenças e valores que orientam a produção do discurso, como a política, a religião, a moral etc.
Tempo e lugar	a data e o local da produção do discurso, que podem influenciar, de maneira atemporal e independente do espaço, na forma como o acontecimento é interpretado.
Intenções do falante	o objetivo ou a motivação por trás da produção do discurso.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Esses são exemplos genéricos para que, em gestos de interpretação, possamos analisar as condições de produção do discurso, que variam amplamente, dependendo de situações específicas.

Dessa forma, podemos pensar que todo discurso tem uma relação com a história e que, por sua vez, é materializado na ideologia em um *looping,* pois essa materialização é atravessada pela ideologia e se funde ao discurso, materializando-se na língua, formando, assim, a tríade: língua-discurso-ideologia, conforme aponta Pêcheux (1975), no raciocínio clássico da teoria, de que “não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.”

Nosso contato com a obra de Foucault, *Arqueologia do saber* (1969), nos proporcionou compreender que é necessário irmos às origens, ou seja, garimpar informações acerca da história da língua de sinais e do TILSP, pensando no fazer do arqueólogo que é multidimensional, envolvendo pesquisas e “escavações”, para, assim, compreendermos a noção arqueológica de discurso:

> A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive, suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são; nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. O problema dela é, pelo contrário, **definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los**. Ela não vai, em progressão lenta, do campo confuso da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é doxologia, mas uma análise diferencial das modalidades de discurso (Foucault, 1969, p. 157, grifo nosso).

Em Azevedo (2013, p. 149), percebemos a importância de Michel Foucault e de Michel Pêcheux para a análise discursiva, tomando a noção de acontecimento, pois "o que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez que os **acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos".** (grifos nossos)

Para compreendermos/definirmos o discurso em sua especificidade, é necessário frisarmos o que Foucault (1969) revela sobre formação discursiva, ao discutir que os dizeres se dão com o conjunto de coisas escolhidas para serem ditas, "o que pode ser dito", quem pode falar, as formas que o discurso pode assumir e os temas que são considerados relevantes ou legítimos.

No que diz respeito à formação discursiva de Foucault, de acordo com Maziére (2007), a linguagem, a partir do pensamento moderno, passa a ser considerada elemento estruturador da relação do homem com o real. A AD nos aponta a ilusão contida na ideia de que o homem é o sujeito da história construída por ele mesmo. Desse modo, somos atravessados pelos discursos, tomamos e somos tomados pelos dizeres.

Pêcheux (2010) conceitua a formação discursiva como uma forma de materialização ideológica, pois o sujeito é interpelado pela ideologia e, naturalmente, atravessado pelos dizeres que versam sobre a palavra que precisa estar acessível a todos, no caso, também aos surdos. Desse modo, a língua opera com a materialização das instâncias dos dizeres permitidos às diversas esferas da sociedade uma forma de lidar com as lutas desiguais de poder.

No que tange os conceitos da Análise do discurso, percebe-se, segundo Soares (2018), que os mesmos estão alocados na obra de Michel Foucault intitulada de “A arqueologia do saber”, de 1969. Desse modo, Foucault chega a definir que a formação discursiva não é uma maneira que há entre textos enunciados, mas sim, uma forma de dispersão que viabiliza a detecção de regularidades enunciadas no próprio texto.

Considerando a formação discursiva, sob a perspectiva de Pêcheux e Michel Foucault, a compreensão do funcionamento das práticas discursivas é importante, uma vez que elas se dão em entrelaçamento com as relações de poder. Esses teóricos enfatizam que os discursos não são meramente expressões individuais, mas sim construções sociais e históricas que moldam nossa compreensão da realidade. A formação discursiva engloba conjuntos de regras, normas e convenções que determinam o que pode ser dito, por quem e em que contexto, influenciando diretamente as formas de pensar e agir dos sujeitos. Ao analisa-la, é possível desvendar os mecanismos pelos quais o poder se manifesta e se perpetua nas práticas linguísticas e discursivas.

Focault (1970) a formação discursiva se dá orientada pela formação ideológica. Nos estudos discursivos, acredita-se que a ideologia recruta os indivíduos em sujeitos e isso carrega implicações, que significam que, nós somos formados sobre um conjunto de regras que governam o dizer na sociedade. Ao atuar no mundo, optamos por ser e estar na profissão, seguindo regras do dizer e como dizer nessas práticas. Ao fazer tradução, os sujeitos, ideologicamente interpelados, atuam seguindo um conjunto de dizeres permitidos e o fazem, seja a partir de formação profissional e regras sistematizadas, seja pela atuação leiga solicitada ou voluntária de querer contribuir com os espaços sociais no qual os surdos requerem interação, dada a emergência que esses surdos têm da intercompreensão no diálogo com os ouvintes.

Os sujeitos, portanto, assumem, identidades e afazeres pelo discurso. Os indivíduos TILSP são recrutados como sujeitos que operam com a tradução e interpretação. No entanto, não sabemos o quanto estamos dependentes da máquina discursiva, o quanto estamos assujeitados às condições do discurso (Pêcheux, 2015), aos aparelhos ideológicos de estado- AIE de Althusser (1980) quer sejam o Estado, a família, a escola, o governo, (e em seu desdobramento, a formação profissional). Para o olhar authusseriano, pensando em sua tese central

acerca o funcionamento da ideologia, ela “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Althusser,1980, p. 77) posto que somos assujeitados a essa máquina discursiva que nos faz operar por regramentos.

Nos estudos pecheutianos, vemos um sujeito não significado pela gramática, mas em muito assujeitado, de modo que ele não irá produzir o discurso, porque já o recebeu e cabe a nós o significarmos, segundo Orlandi (2020)

> As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram, no entanto, significam em nós e para nós. (Orlandi, 2020, p.18)

Para ilustrarmos, visualizemos numa ferrovia e numa locomotiva. A fim de exemplificar o dizer de Orlandi (2020), podemos pensar em um discurso já-dito (representado pela locomotiva), a seguir, podemos conceber um sujeito que reproduz o discurso (os vagões), porém se esquece que determinado discurso advém de outros discursos, provém de já-dito(s), de uma conjuntura social, nesse caso, representada pela ferrovia. Ou seja, a locomotiva (discurso) imprime a força/movimento e os vagões (dizeres) reproduzem essa força, sendo incapazes de recriar um movimento, sem o auxílio da locomotiva. Pensando no Discurso, ele já foi constituído em algum lugar e nós o replicamos, significamos e ressignificamos, através das condições de produção e das formações discursivas. Nesse ponto, vagão e trilhos da ferrovia se reinventam, podem passar em outros lugares, em tempos diversos, com pessoas diversas, transportando elementos diferentes. É o discurso, com os já ditos, que estão em ordens diferentes, em condições que se (re)organizam.

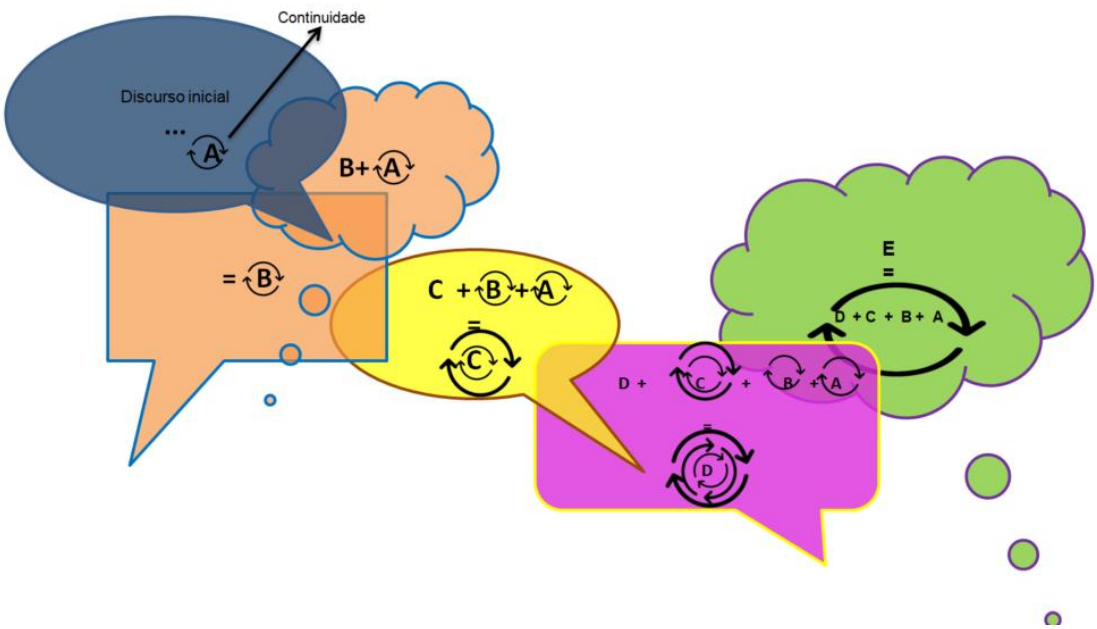
Foucault (2013) enfatiza a importância de entender as continuidades e os retornos que moldam o desenvolvimento do pensamento, revelando que as ideias não surgem isoladamente, mas estão interligadas em uma rede complexa de influências e contextos onde a “história das ideias é, então, a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (Foucault 2013, p.168).

Essa perspectiva corrobora a noção de continuidade do discurso, ao sugerir que as transformações nas ideias e nos saberes são frequentemente

marcadas por reencontros e revisitações de conceitos anteriores, mostrando que a evolução do pensamento é um processo dinâmico que se retroalimenta e se reconfigura ao longo da história.

Seguindo o mesmo raciocino podemos ainda ter outro exemplo:

IMAGEM 1 - Discurso em diálogos



Fonte: Elaborada pela autora 2024.

> Se prosseguirmos com a análise do discurso político – que serve aqui apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos – veremos que, por outro lado, ele deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele "orquestra" os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o "espera". (Pêcheux, 1969, p. 77)

Os discursos em diálogo corroboram com discursos que já existem, e no caso da presente pesquisa, observamos que os discursos sobre profissões são a base inaugural sobre a qual outros discursos se constroem, a seta que aponta para

a continuidade sugere que as novas ideias (como B + A) são influenciadas pelo discurso inaugural, o que enfatiza que as novas criações não são totalmente originais, mas são variações ou combinações de pensamentos já existentes, na/pela interação dos discursos. Os diferentes balões de fala (C, D, E) mostram como as ideias se entrelaçam, se transformam e se influenciam mutuamente.

Cada nova combinação de ideias (como C + B + A), é uma nova interpretação ou aplicação do que já foi dito. Os círculos indicam que os discursos não apenas progridem linearmente, mas também se retroalimentam, criando um ciclo de influência contínua, que reflete a perspectiva de que o discurso está sempre em evolução, mas ainda enraizado em algo pré-existente. Essencialmente, essa imagem ilustra a noção de que novas ideias são construídas sobre as fundações de pensamentos anteriores, reforçando o conceito de que "não se cria do nada", mas, sim, a partir de um diálogo contínuo com o que já foi dito.

Na Análise de Discurso, as condições de produção são aceitas para entender como o discurso é produzido e como ele influencia e é influenciado pelo contexto social e histórico. Além disso, as condições de produção do discurso são importantes para identificarmos se há mecanismos de controle - o poder em sua manifestação -, refletindo, muitas vezes, em práticas de dominação. Desse modo, estamos sujeitos a normas sociais, bem como precisamos compreender como as normas linguísticas e discursivas alcançam a produção de sentidos para o discurso.

> Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (Pêcheux, 1990, p.18).

Ilustrando a prática de dominação do discurso e como um sujeito influência o outro com seu dizer, cada balão de diálogo representa uma voz; porém, se olharmos com cuidado, podemos perceber como um discurso se sobrepõe a outro, influenciando, assim, a produção do próximo discurso. A interpretação do discurso ocorre quando recebemos e processamos a mensagem. Cada cor pode simbolizar diferentes interpretações, dependendo da condição de produção, sendo o contexto cultural, social e histórico do receptor.

Os discursos não são estáticos; eles são reproduzidos em novas situações e contextos, que podem ocorrer através da comunicação oral, escrita e digital, sendo compartilhadas, adaptadas e transformadas ao longo do tempo.

Assim sendo, temos um fluxo dinâmico da comunicação, em que os discursos são constantemente gerados, interpretados e (re)contextualizados, ressaltando a riqueza e complexidade da interação humana.

Os surdos, enquanto não detentores das normas do dizer convencional, estão sujeitos às lutas e tensões para serem compreendidos, para interagir e isso os torna também sujeitos aos discursos que circulam. Na sociedade, há uma relação de forças que se dá pelo convencional, por filiações e ideologias. Como observamos na imagem 1, há alguém ou algo que produz o discurso que, em seguida, é interpretado e (re)produzido, formando, assim, um interdiscurso.

Ainda nesse movimento de produção e (re)produção, há os gestos de interpretação do discurso que são ações acompanhadas, que complementam ou modificam o modo como nos filiamos a determinados valores e aceitamos os regramentos. Além disso, os gestos de interpretação, conforme explica Orlandi (2020), também são influenciados pelas condições de produção do discurso, incluindo o contexto social e histórico. São os gestos de interpretação que nos permitem perceber as relações de poder e dominação, que circulam no estabelecimento dos documentos. Portanto, há a direção para as normas, conforme os gestos de interpretação no processo de produção, segundo o que assevera Orlandi (2007):

> Se, como tenho dito com insistência, ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção. (Orlandi, 2007, p.22).

Ainda em Orlandi, percebemos que o processo de interpretação produz sentidos:

> A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (Orlandi, 2007, p.9)

É nesse movimento de “significar”, juntamente ao fato de a “interpretação estar presente em toda e qualquer manifestação da linguagem”, que podemos perceber deslizamentos de sentidos no que diz respeito aos discursos.

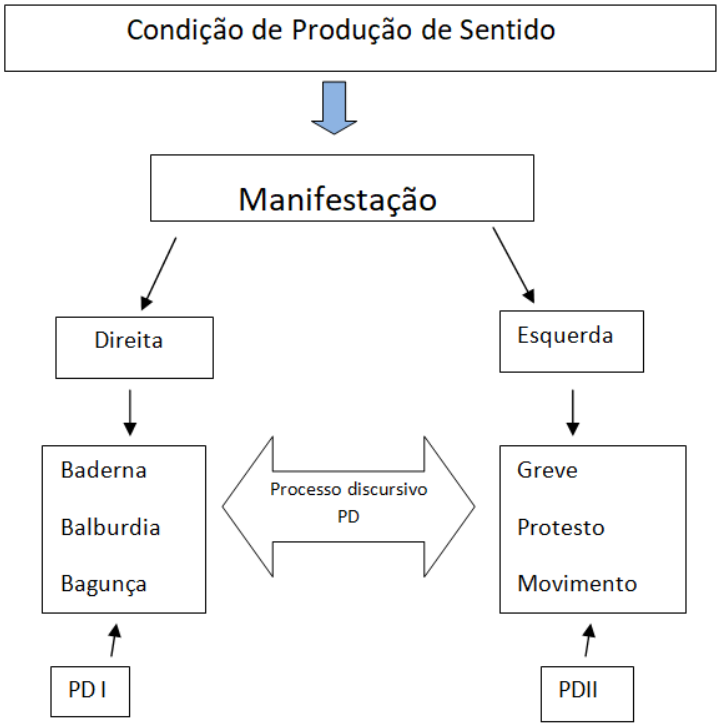
Desse modo, se considerarmos os regramentos que acompanham a historicidade do TILSP, percebemos minúcias que rememoram a história do TILSP em seu lugar social de profissão, o processo de profissionalização e as nuances sobre como se deu a passagem de uma tarefa (ou contribuição) que se produziu no campo social e passou a ser sistematizada; ou seja, pela formação discursiva, decide-se de onde veio e aonde se quer chegar com os discursos sobre/da profissão.

Nesse caso, é importante identificar o lugar pelo qual o discurso vem para conseguirmos entender qual efeito está circulando, como Pêcheux (1969) ilustra:

> Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado', etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política. (Pêcheux, 1969, p.77)

Assim, o TILSP, no processo de tradução, em seus dizeres, atua num conjunto de forças que (re)(des)velam o que dizem os ouvintes para os surdos. Ao falarmos de Discurso, pensamos em sentidos e posições, em gestos de interpretação que fazem emergir significações nas relações de forças, a partir do lugar que os sujeitos ocupam. Por isso, discursos se dão como efeitos de sentido entre os interlocutores. Cabe, portanto, considerar as Condições de Produção (CPs), que seriam o lugar de onde se falam os interlocutores, as posições, os regramentos sociais e resultam, assim, nos Processos Discursivos (PDs) sobre a profissão do TILSP. Pensemos, então, nos efeitos de sentido que circulam em "manifestação", a partir do olhar dos interlocutores que se posicionam:

IMAGEM 2 - Processos Discursivos



Fonte: Elaborada pela autora. (2024)

Como observamos na imagem 2, ao colocarmos sentido no processo discursivo I (PD I), percebemos os elementos da nomeação, sendo uma manifestação compreendida como baderna ou como reivindicação, conforme posição assumida, seja direita ou esquerda. Para ilustrarmos a “manifestação”, no contexto político, de direita e esquerda, obtemos o resultado de que, para um lado, recebe-se o sentido de baderna e balbúrdia e, para outro, temos lutas de classes, luta por direitos. Com isso, observamos os processos discursivos em ação.

Sendo assim, podemos entender que há processos de profissionalização nomeados como “missão”, ligados, por exemplo, ao gesto de interpretação sobre ensinar, que atribui à profissão de professor uma suposta tarefa divina, conforme descreve Biavati (2009). Esse juízo de valor pode ser relacionado, popularmente, por essa formação discursiva de que o professor tem “dom” e carrega uma “missão”.

Essa entrada ideológica do discurso religioso, explicado pela autora, cria a noção de que a profissão do professor é atravessada mais pela caracterização do “possuir dom” do que para a formação necessária voltada para profissionalização, para a capacitação e para o conhecimento, aspectos que precisam realmente nortear o agir

profissional de trabalhar com ensino. As formações ideológicas se ligam a gestos de interpretação que se filiam a discursos e, para Pêcheux, influenciam no lugar de onde se fala e, ao mesmo tempo, aos efeitos de sentido.

O sentido de manifestação está, muitas vezes, ligado às condições de produção do discurso (CPD), marcando uma ideologia do sujeito que enuncia, estabelecendo os sentidos que podem e devem emergir naquele momento sócio-histórico e naquele espaço discursivo de protesto.

Aplicamos isso ao TILSP de maneira que observemos o que será determinante para o discurso: o lugar de onde se fala. Nesse caso, do lugar em que estamos, nos pautamos pela tentativa de validar a formação específica do TILSP e seu reconhecimento profissional pela formação, pelo estabelecimento de elementos que o capacitam como profissional. Há, por outro lado, uma ordem do discurso[9] que ainda caminha pela informalidade, do "prestar favor" ao surdo, à igreja, do "voluntário", "quebra-galho" aos espaços sociais. É uma construção enunciativa que gera tensões, conforme se mudam os significados.

Pensando-se a partir do marco legal da profissão do TILSP, existe o sentimento de pertença e igualdade no grupo no que se refere a ser profissional, uma vez que essa pertença compartilha regramentos e elementos que trazem segurança, tanto para quem traduz, quanto para o surdo, pois os símbolos, as marcas da língua são compartilhados, sem dúvidas, permitindo lacunas.

Para compreender em que condições de produção se operam as tensões dos discursos que marcam os TILSP, daremos seguimento, nas próximas seções, à constituição de uma linha temporal/contextual para entendermos onde e quando o TILSP aparece e como se dá essa formação discursiva ancorada na sua construção histórica, enquanto identidade e profissão, até os dias atuais.

---

[9] Foucault (2010) argumenta que a ordem do discurso é um mecanismo de controle que estabelece limites e interdições sobre o que é considerado aceitável ou verdadeiro, refere-se ao conjunto de regras e práticas que regulam a produção, circulação e recepção dos discursos em uma sociedade, essa ordem não é apenas uma estrutura formal, mas um sistema complexo que determina o que pode ser dito, por quem, em que contextos e com que efeitos. Assim, a ordem do discurso não apenas organiza o conhecimento, mas também exerce um papel fundamental na constituição dos sujeitos e na regulação das práticas sociais.

1.2 O Tradutor Intérprete de Língua de sinais: Sinais de uma profissão que surge e se (re)constrói

Toda produção de discurso passa também pela historicidade. Com olhar de pesquisador, sem o afastamento da profissão, na condição de tradutora, apresentamos o TILS, tratando de lapsos de tempo e fatos importantes para a consolidação da profissão, em acontecimentos discursivos. Para isso, dividimos a história em três momentos cruciais, sendo: o primeiro, a história do surdo, a construção da língua de sinais e o reconhecimento da pessoa surda; o segundo, a essencialidade da comunicação (quem o fará?); e, por fim, o terceiro, a legitimação, o reconhecimento do TILS pela legislação e, a posteriori, pela formação.

Nesse recorte histórico (e discursivo), compreenderemos o caminho percorrido pelo TILS como um gesto de interpretação, até que ele se torne e seja visto como profissional. Por serem discursos vigentes que fazem os profissionais, na história, se tornam o que foram e o que são. Le Goff (2013), em seu último livro intitulado “A história deve ser dividida em pedaços?”, nos diz: “A história, como o tempo que é sua matéria, inicialmente parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças” (Le Goff, 2013, p.07).

Dessa forma, como a história é feita de mudanças, veremos o caminho percorrido pelo TILSP até sua (re)significação como profissional, considerando os recortes de tempo, em um sentido geral, acompanhando seu desenrolar e entendendo, ainda, que cada período tem uma significação particular.

> O recorte do tempo em períodos é necessário à história, quer seja ela considerada no **sentido geral** de estudo da evolução das sociedades ou no de tipo particular de saber e de ensino, ou ainda no sentido de simples **desenrolar do tempo**. Entretanto, essa divisão **não é um mero fato cronológico**, **mas expressa também a ideia de passagem, de ponto de viragem ou até mesmo de retratação** em relação à sociedade e aos valores do período precedente. Por conseguinte, **os períodos têm uma significação particular; em sua própria sucessão, na continuidade temporal ou, ao contrário, nas rupturas que essa sucessão evoca, eles constituem um objeto de reflexão essencial para o historiador**. (Le Goff, 2013, p.12 grifo nosso).

Pela língua, criamos sentidos, inauguramos o acontecimento da surdez como não ligado à fala, que pode ser substituído pelo gesto de interpretação para o tradutor. Para além do historiador, o analista também toma as significações particulares, as rupturas e o que as sucessões evocam, pois, tomemos rastros da

História, em um primeiro momento: ainda na Idade Média, tratamos da construção da Língua de sinais (LS) e o processo de reconhecimento da pessoa surda historicamente, quando ocorre a valorização da LS, como forma de comunicação, que aflui da preocupação dos dirigentes da Igreja Católica, em uma época em que se confessar era de suma importância (pois os surdos precisariam ter uma língua inteligível) (Honora, 2014).

A construção da identidade profissional do TILS se mistura com a origem da própria Língua de Sinais, tendo seu início na igreja. O serviço de interpretação, nesse começo, tinha como base um caráter humanitário, assistencialista e voluntário; surgiu pela voz, com intuito de garantir direitos para aqueles que eram vistos como menos favorecidos; uma vez que a maior limitação para a pessoa surda é a comunicação, o TILS aparece como agente facilitador na comunicação entre os surdos e a sociedade.

> Certamente, o papel fundamental das instituições religiosas protestantes é a formação de um grande número de ouvintes fluentes nessa língua, além de afirmarem sistematicamente a surdez em termos de “cultura”, algo sem paralelo com demais instituições sociais. Nesse processo, são agentes com trajetória religiosa protestante que passara a desempenhar o papel de mediação como intérpretes, intelectuais, ativistas políticos e profissionais vinculados à libras. O que contribuiu definitivamente para a consolidação dessa língua em termos nacionais, bem como o engendramento do discurso que afirma a surdez como particularidade cultural (SILVA, 2024, p. 14).

Para continuarmos esse panorama histórico, do surdo e da LS, é importante contextualizar sua caminhada desde a antiguidade, passando pela idade média, moderna e dias atuais e, nessa empreitada, evidenciamos o que relatam Strobel (2010) e outros autores, a seguir.

Se tomarmos a historicidade da pessoa surda e do modo como ela era vista, remontando à Roma antiga (476 d. C), podemos afirmar que os surdos eram condenados à morte (jogados no Rio Tevere), alguns conseguiam sair ou eram resgatados por familiares; outros, eram castigados, enfeitiçados, abandonados ou mortos. O fim daqueles surdos que se salvassem seria viver uma vida de servidão em moinhos de trigo para senhores ouvintes. Egito e Pérsia**,** de forma contraditória, na mesma época, acreditavam que os surdos eram enviados dos deuses, por pensarem que eles conseguiam comunicar-se em segredo com a divindade, porém, ainda assim, constituíam um povo que ficava recluso, por terem uma comunicação diferente.

> Inicia a história na antigüidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: "A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (BERTHIER, 1984, p.165)

Desse modo, a história da pessoa surda se mistura com silenciamentos da palavra e da vida. Nesse sentido, precisamos compreender que, para além da morte, os surdos se submeteram aos silenciamentos, ao longo da História Ocidental. Isso implica que observemos as repercussões discursivas desse processo. Sendo assim, nos dedicamos, a seguir, aos silenciamentos histórico-discursivos.

1.2.1 Rastros de silenciamento

Segundo Orlandi (2011), o silêncio também significa, não é apenas uma questão de ausência de informação ou de omissão, mas um processo ativo de construção de sentido, que objetiva impor determinadas visões de mundo. Portanto, prevalecem os dizeres do ouvinte. Para autora, a Análise de Discurso é uma ferramenta importante para identificar e demonstrar os processos de silenciamento presentes nos discursos sociais. “Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é”* (Orlandi, 2011, p.31, grifos nossos.).

Desse modo, manifestamos que a identidade do TILS se constitui pela luta contra esse silenciamento literal e discursivo, em meio às condições de produção do discurso surdo. Em tensão a isso, as condições de produção nos revelam a identidade do surdo, acompanhada pelo silenciamento, pois havia o forte argumento de que era um indivíduo doente.

O silenciamento acompanhava a não manifestação em qualquer circunstância, que denominamos silenciamento literal refere-se à exclusão de vozes e metafórico que por sua vez, relaciona-se com a ideologia subjacente que permeia o discurso. Aqui, não se trata apenas de não ouvir, mas de não reconhecer as implicações e os pressupostos que sustentam a comunicação.

> Ou seja, é próprio do discurso autoritário fixar o ouvinte na posição de ouvinte e o locutor na posição de locutor. Negar isso não é negar a possibilidade de ser ouvinte, é não aceitar a estagnação nesse papel, nessa posição. (Orlandi, 1983, p.33)

Havia a negação de direitos para a pessoa surda, sob a alegação de doença. Com isso, não contemplamos a existência do tradutor e tampouco do intérprete em marcos históricos convencionais. Para Aristóteles, “a linguagem é que dá ao indivíduo a condição de humano”, ou seja, nas condições de surdo, se o indivíduo não ouve e não fala, não pensa e, consequentemente, não é humano e nem se encaixava nos padrões da normalidade (Honora, 2014).

Considerando outros rastros de historicidade, na Grécia, do período do cristianismo, os surdos eram proibidos de receber a comunhão, pelo fato de não conseguirem confessar seus pecados, “havia também decretos bíblicos que proibiam o casamento de duas pessoas surdas, menos os que recebiam favor do Papa (Lacerda; Santos, 2013, p.67).

Até o momento da História Clássica, conseguimos observar o que seria uma “*política do silêncio”,* tornando, assim, o silenciamento vigente, como aponta Orlandi (2011):

> Aí entra toda a questão do “tomar a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc. Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil I para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher, só para citar alguns terrenos já explorados por mim. (Orlandi, 2011, p.29).

Nesse caso, falamos da pessoa surda que, ao longo da história, foi silenciada através da opressão, ou seja, foi dominada; porém, o foco de nosso objeto de pesquisa não é o sujeito surdo. Mas o surdo, como um personagem que será pouco visto/ reconhecido; e, ao TILS, é reservado o papel de quem traz a palavra e o entendimento ao surdo. Podemos dizer, então, que pela palavra traduzida, é papel do TILS leva-la ao surdo, transformando esse indivíduo em sujeito que, talvez, pudesse se posicionar perante todos que o aceitassem.

1.2.2 Pontos da Idade Moderna, no século XVI — A primordialidade da interação

Refletindo, por meio dos gestos de interpretação, sobre a historicidade, lembramos que, pelos estudos do médico e filósofo Girolamo Cardano (1501-1576), a habilidade racional do surdo foi reconhecida, porém, ainda assim, questionada por muitos (vale lembrar que o olhar científico, naquele momento, privilegiava o corpo “normal”). Tais estudos foram importantes no sentido de inaugurar o olhar, voltado para o discurso de que seria necessário “adaptar” o surdo ao mundo, fosse para interagir, para chefiar negócios ou, ainda, para receber heranças e perpetuar a família. O discurso da “normalidade” se torna, então, mais próximo do surdo (Lacerda; Santos, 2013).

Na Itália, nessa época, o monge beneditino Ponce de León, a convite da igreja católica, foi o precursor a tentar suprir a ausência comunicacional (oral) dos surdos, iniciando com os irmãos Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família espanhola (Lacerda; Santos, 2013, p. 67).

Nessa época, chama a atenção a sistematização de um alfabeto manual, quando Ponce de León usava como metodologia a datilologia, criada por ele e dois surdos, alcançando o processo de escrita e oralização e de cidadania. “Francisco Velasco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlanger e Pedro Velasco se tornou padre, com a permissão do Papa” (Lacerda; Santos, 2013, p.67). Anos mais tarde, León (1579 – 1632) também educou outro membro surdo da família Velasco.

> Muitos senhores feudais mandavam seus filhos para serem educados pelos monges que faziam o trabalho de preceptores, para que adquirissem a fala e, assim, terem direito à herança da família. (Honora, 2014, p 51).

Na França, pelos esforços do Abade Charles-Michel de L'Épée (1712 – 1789), foi fundada a primeira escola para surdos. O religioso ficou conhecido como o pai dos surdos, utilizando a gramática francesa com sinais metódicos e o alfabeto manual. L’Épée veio de uma família abastada com um pai arquiteto, que o incentivou a cursar Direito, dando-lhe condições para estudar e ampliar conhecimentos (Lacerda; Santos, 2013).

> l'Epée foi o primeiro a vislumbrar na linguagem mímica ainda imperfeita deles, meios mais seguros e simples de comunicação e uma mais direta e clara tradução de pensamento. E ele fez com que seus tesouros escondidos florescessem – verdade, flexibilidade, a riqueza de um idioma que pertence a todas as nações, de fato, a toda a humanidade, um idioma que admiravelmente resolve o problema de uma linguagem universal a qual os acadêmicos em toda parte têm buscado por séculos em vão. A partir do simples argumento que os surdos podem ser instruídos com o auxílio de gestos da maneira como instruímos outras pessoas usando os sons da voz, e que ambos os grupos podem aprender linguagem escrita, o incansável l'Epée criou um novo mundo, toda uma geração (BERTHIER,1984, p.179).

Por vocação, antes disso, ele seguiu a vida como clérigo; dessa forma, dedicou todo seu trabalho à caridade, à filantropia, arcando com os custos da escola dos surdos, com sua própria fortuna (Carvalho, 2012). Abade faleceu em 1789, deixando um legado de 21 escolas para surdos, não só na França, mas em outros países da Europa.

Em 1855, o professor surdo, E. Huet, foi convidado, pelo Imperador Dom Pedro II, a vir ao Brasil, com intuito de fundar a primeira Escola para surdos, cujo nome era “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”; atualmente, conhecido por Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O professor foi convidado a trazer o método da Língua de Sinais Francesa para os surdos brasileiros que, no futuro, se tornaria a Língua Brasileira de Sinais, que conhecemos hoje. Após a inauguração do conhecido e atual INES, vários outros institutos e escolas foram inaugurados em todo o país (Góes & Campos, 2018) e (Almeida & Almeida, 2012).

Ao mesmo tempo, a história da pessoa surda se dá em simbiose ao processo educacional e ao movimento social surdo. Nesse ponto, ressaltamos as conquistas sociais e linguísticas dos surdos, que vêm ganhando força e se desdobrando até a atualidade.

Discursivizando o olhar para o surdo, percebemos que a historicidade se dá com a identidade cercada pela discussão de que ele precisa interagir socialmente; assim, há o esforço técnico de adaptação do surdo, mais uma vez, à sociedade não surda. Após o reconhecimento da condição do surdo em ser capaz de interagir, de aprender “normalmente”, inicia-se uma discussão para delinear a melhor forma de ensiná-los e de eles aprenderem. O Monge Ponce de León acreditava na metodologia da datilologia (alfabeto manual), escrita e oralização, L’Épée (1712-

1789) combinava língua de sinais e gramática francesa sinalizada, método denominado de “Sinais metódicos” (Góes & Campos, 2018).

Em 1758, através do Padre alemão Samuel Heinicke, foi fundada a primeira escola de oralismo, em oposição à utilização da língua de sinais. Dando um salto para o século XIX, o americano Thomas Hopkins Gallaudet foi acolhido pelo abade Sicard, que o apresentou ao método de Língua de Sinais; impressionado com essa forma de ensino, Gallaudet voltou ao continente norte-americano, acompanhado por um professor surdo. Anos mais tarde, em 1864, o filho Edward Gallaudet criou a Universidade Gallaudet com autorização do então presidente Abraham Lincoln funda a primeira Universidade nacional para surdos, hoje, conhecida como *Gallaudet University* (Strobel, 2010).

Há uma história de luta e de resistência, pois a comunidade surda[10] batalhou muito até ter o direito de comunicar-se, utilizando sua primeira língua (L1) - a língua de sinais -. Nesse ponto, a história passa por uma mudança, em 1870. Alexander Graham Bell, o inventor do telefone, criticava os métodos de uso da língua de sinais, pois acreditava que não favorecia a intelectualidade do surdo (Lacerda; Santos, 2013).

> Entre os anos 1870 e 1890, o Alexander Grahan Bell publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, alegando que são os fatores o isolamento dos surdos com a sociedade. Ele era contra a língua de sinais argumentando que a mesma não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos (Strobel, 2010, p.25).

Interessante é observar como houve a inserção do mundo do surdo em um processo de sistematização da língua surda. Chamamos atenção para um marco na história do surdo no mundo, em 1880, quando ocorreu o II Congresso Internacional de surdo-mudez de Milão, realizado na Itália, em que foi discutido qual seria o melhor método de ensino para as pessoas surdas. Graham Bell, sendo uma das pessoas com maior influência no evento, votou favoravelmente à proibição da língua de sinais (Lacerda & Santos, 2013, p.69).

---

[10] Ao falarmos acerca do que se entende por comunidade surda, não se fala apenas da pessoa surda, mas de todo meio que a envolve, como nos aponta Magnani (2007), a “[...] presença de relações face a face, seja por contigüidade espacial, (no trabalho, no bairro, na instituição) ou por afinidade de propósitos, crenças e modos de vida compartilhados. O que vincula os membros de uma comunidade seria o reconhecimento desses vínculos e a possibilidade de checar a sua inclusão. Portanto, mais do que organizações sociais concretas, esses termos designam, neste caso, dois tipos ideais de interação e podem ser encontrados em diferentes arranjos” (Magnani, 2007, p.6). Ou seja, ouvintes e surdos ligados pela língua, afinidades, militância.

Lacerda e Santos (2013) apontam fatos considerados curiosos no Congresso de Milão:

a) Organização realizada por ouvintes defensores do oralismo puro;

b) Professores surdos não tiveram o direito ao voto, sendo proibidos de participarem do evento (voltado para a discussão sobre a chamada surdo-mudez);

c) A partir de uma votação, foi decidido que o método oral era o mais adequado para ensinar a pessoa surda, tendo uma proibição oficial da língua de sinais;

d) Os especialistas daquele momento eram ouvintes e acreditavam no método Oral (Oralismo), como sendo o mais adequado para a educação do surdo.

Entendemos tais fatos como acontecimentos discursivos que, mais uma vez, silenciam o surdo. A realização do Congresso gerou retrocesso para os surdos no mundo, influenciando também as ideias no Brasil. Somente em 1950, no Instituto Nacional de Educação dos Surdos INES[11], o que havia sido resolvido durante o Congresso fora desconsiderado, impulsionando, assim, outras mudanças a acontecerem. Por fim, entre idas e vindas, houve um olhar voltado para o discurso de segregação e de sujeição dos surdos. Sá (2004) comenta:

> Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersa-los, para que não criassem guetos. (Sá, 2004, p. 15)

Dando um salto no tempo para falar das mudanças, abordamos outro acontecimento discursivo que nos chama atenção, diante da historicidade que atravessa os discursos sobre e dos surdos, nos anos 1960, nos EUA. Nesse período, a Língua de Sinais Americana (ASL) recebe um *status* linguístico, através do linguista e pesquisador William Stokoe. Com seus estudos iniciados em 1960, ele comprova que a LS atende a todos os critérios linguísticos e que possui a genuinidade de uma língua (Strobel, 2010). Dessa maneira, foi necessário atentar para o *status* de comprovação de sistematização da língua. Nessa perspectiva, vieram outros pesquisadores brasileiros para endossar e perpetuar os estudos

[11] Fundado em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, localizado no bairro das Laranjeiras. No primeiro momento, carregou o nome de Imperial de Surdos-Mudos, porém mais tarde passou a ser chamar Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Disponível em: https://www.libras.com.br/ines. Acesso em: 29 jul. 2024.

acerca Libras como: Brito (1995), Quadros & Karnopp (2004), Ferreira-Santos (2018) e Felipe (2013).

Contribuindo com a legitimação da pessoa surda, por meio do poder legislativo. Nessa parte da história, da qual frisamos pontos importantes, aparece um personagem ainda não discutido a fundo: o TILSP. É, portanto, aqui, sistematizada a identidade, a figura do tradutor que sai do anonimato, sendo visto como ajudador do surdo e só, bem depois, reconhecido como profissional.

A partir dessa lógica do processo de interação de surdos/com surdos e com o mundo, começa a (des)invisibilidade dos TILSP, ainda não atuantes como profissionais, mas sim como filantropos da comunidade surda. Nesse caso, cabem a valorização do ver e dar vez e voz como acontecimentos importantes.

Em relação aos discursos, percebemos significações que povoam os dizeres sobre o TILSP pois nos chamam atenção os mecanismos de nomeação, uma vez que não há, simplesmente, a passagem rápida das tarefas do “ajudador de surdo” para a profissão sistematizada do TILSP. Precisamos recuperar esses pontos de historicidade, voltando nosso olhar para alguns elementos que firmam a nossa perspectiva sobre o discurso acerca da profissão, quando não havia, ainda, necessariamente, um discurso sistematizado do/para um profissional de tradução: era o silenciamento do surdo e o abafamento do “ajudador de surdos”. Chegou-se a um ponto que seria necessário sistematizar a profissão do TILSP.

Souza (2014) nos apresenta um “deslocamento” no que diz respeito à construção e representação do “ser” TILSP, esse “fato está atrelado a diversos fatores sociais, políticos e educacionais vigentes.” (pp. 27-28).

> O próprio fato de utilizarmos a sigla TILSP (tradutores e intérpretes de LIBRAS/Português) em detrimento de ILS (Intérprete de Língua de Sinais) ou TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais) reflete um posicionamento típico da atualidade. Acreditamos que a sigla ILS e TILS mascara uma concepção de que os surdos sempre estão ocupando posições sociais hierarquicamente inferiores. Nesse sentido, vale abordar algumas razões conceituais que justificam nossa preferência pela terminologia TILSP.
>
> As terminologias ILS e TILS têm sido amplamente utilizadas, sobretudo, nos estudos acadêmicos. Acreditamos que essas nomenclaturas constroem uma concepção de que o público alvo da interpretação será sempre os surdos, ou seja, a língua de chegada será sempre a língua de sinais. Isso poderia ser verdade há alguns anos atrás. No entanto, os surdos estão adentrando os espaços de produção de conhecimento como pesquisadores e professores, o que tem invertido o fluxo da interpretação. A partir do momento em que começa a ocorrer essa inversão no processo de interpretação, ou seja, a língua de chegada sendo o

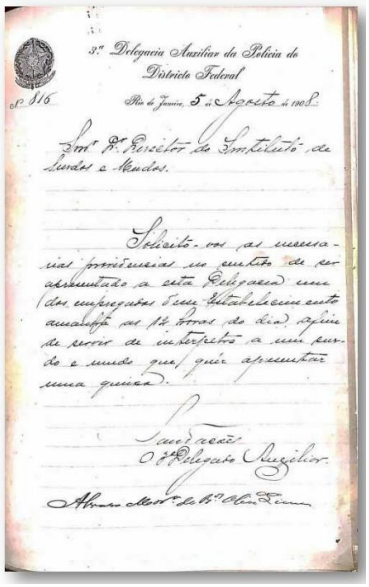
> português e o público alvo as pessoas ouvintes necessitamos considerar esse processo de mudança. (Souza, 2014, p. 27-28)

Nessa relação de mediação surdo-tradutor, enfatizamos o começo do que seria, historicamente, o serviço do TILSP onde temos os primeiros relatos dos trabalhos como TILS no Brasil sendo em 1907 devido à solicitação da 3ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal, que solicitou ao INES a presença de um professor para atuar como intérprete em um interrogatório.

Como podemos constatar:

> 3.ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal
> N. 80 Em 19 de Janeiro de 1907.
> ... Dr. Diretor do Instituto de Surdos e Mudos.
> Solicito-vos as necessarias providências, no sentido de que um dos professores desse estabelecimento, compareça no dia 22 do corrente, as 12 horas do dia, na Delegacia da 9ª Circunscripção Urbana, sita a rua do Commandante Mmauryti, antiga do Porto, afim de servir como interprete ao interrogatório de um surdo e mudo.
> Saudações
> O 9º Delegado Auxiliar (Rocha, 2009, p. 146)

> 3.ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal
> N. 816 Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1908.
> ... Dr. Diretor do Instituto de Surdos e Mudos.
> Solicito-vos as necessarias providências no sentido de ser apresentado a esta Delegacia um dos empregados desse Estabelecimento amanhã as 12 horas do dia afim de servir de interprete a um surdo e mudo que quer apresentar uma queixa.
> Saudações
> O Delegado Auxiliar (Rocha, 2016, p. 249)


3.ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal
Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1908.
N.º 816
Sr. Dr. Director do Instituto de Surdos e Mudos.
Solicito-vos as necessarias providencias no sentido de ser apresentado a esta Delegacia um dos empregados desse Estabelecimento amanhã as 12 horas do dia afim de servir de interprete a um surdo e mudo que quer apresentar uma queixa.
Saudações
O 2º Delegado Auxiliar.

(Revista acervo INES 2016, p. 249)

> Apesar dos desafios historiográficos para a interpretação de língua de sinais, é necessário ressaltar a importância do Acervo Histórico do INES. Esse espaço institucional tem se configurado como uma importante fonte para pesquisas sobre a história da surdez e da educação de surdos no Brasil. (Witchs e Morais, 2021, p.6)

Com a inserção do surdo nos espaços, houve a potencializarão das ações do TILS, iniciou-se de forma voluntária, religiosa e foi se constituindo da informalidade, por volta da década de 1980 (Lacerda; Gurgel, 2011); Ambos, surdo e TILS, passam a ser vistos de maneira gradual, mas não simultânea e, muito lentamente, surge a legislação outrora atuante em ações isoladas e sem respaldo legal ou documental.

Enquanto havia uma voz de voluntariado que cercava (e por vezes cerca) a profissão do TILS, como aquele que tinha a “missão” de introduzir o surdo no mundo dos ouvintes, surgia a emergência de um mundo que suscitava a sistematização das práticas, das tarefas, dos alfabetos, buscando envolver e proporcionar a participação cidadã do surdo nos processos sociais, nos eventos discursivos. Há, portanto, uma tensão entre os discursos que cercam a profissão: o do voluntariado e o da sistematização da profissão. E tal tensão ainda prevalece, em muito, no tratamento da profissão.

Na década de 1990, inicia-se a tentativa de dar uma formação específica aos TILSP, através da Federação Nacional de Educação dos Surdos (FENEIS). Posteriormente, foram surgindo outras estratégias e direções, bem como cursos de aperfeiçoamento e bancas para certificações de proficiência em língua de sinais e graduação específica na área de tradução e interpretação para a formação de profissionais (Lacerda e Gurgel, 2011).

Podemos, então, afirmar que houve um aparecimento da profissão, devido as emergências de lidar com a situação de inserção do surdo nos espaços sociais. Assim, toda a história do aparecimento da profissão do TILSP, em que o intérprete assume “a voz” com as mãos, produz-se em um caminho dos dizeres com um papel importante que dá visibilidade ao surdo, atuando como um agente multiplicador da língua de sinais, juntamente aos professores surdos. Quadros (2003) nos apresenta fatos históricos e significativos acerca da constituição da profissão do TILSP, que valida a inserção desse “ajudador do surdo”, nos espaços religiosos. Vejamos.

Quadros (2003) comenta que, na Suécia, existiam as seguintes condições: no final do século XIX, há a presença de TILS em trabalhos religiosos; no final da década de 1930, o Parlamento cria cargos de conselheiros para surdos; com o fim década de 1940, mais de 20 pessoas assumem como Intérpretes e, em 1968, o Parlamento decide que os surdos teriam acesso ao profissional Intérprete e que haveria curso/treinamento para intérpretes. Fica instituído, então, que os conselhos municipais deveriam ter um intérprete (Quadros, 2003).

Percebe-se a preocupação com a institucionalização e com a documentação da profissão do intérprete nos espaços públicos, que ele, enquanto profissional, passa a ocupar.

Dessarte, nos Estados Unidos, foi fundada a Organização Nacional de intérprete para surdos, atualmente conhecida como *Register of Interpreters for the Deaf* (RID), responsável por selecionar e registrar intérpretes mediante avaliação (Quadros, 2003).

No Brasil, nos anos de 1980, há a inserção de intérpretes em trabalhos religiosos; em 1988, acontece o I Encontro Nacional de Intérpretes, organizado pela FENEIS e Intercâmbio com TILSP's do Brasil, além da discussão sobre o código de Ética profissional. A partir dos anos 1990, são criadas unidades de Intérpretes ligadas a FENEIS; no ano de 1992, há o II Encontro Nacional de Intérpretes, organizado pela FENEIS e, na sequência, entre os anos de 1993 a 1994, são iniciados os encontros estaduais.

Em 2000, amplia-se a discussão entre os intérpretes, através do site: www.intrepretels.hpg.com.br. Há, assim, a implantação do Marco legal, a Lei Federal nº 10.436/02, homologada, que reconhece a Língua de sinais como língua. A esse respeito, Quadros (2003) elucida:

> No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal. (Quadros 2003, p.15).

Refletindo acerca da Lei 10.436/02 que foi um marco para a comunidade usuária da Libras porém não para o reconhecimento e formação dos TILSP, pois, ela não cita a profissão. Reconhece a língua que é o instrumento de trabalho do TILSP

Não desmerecendo todo movimento ocorrido antes do ano de 2002, como já visto no início do capítulo 1 até aqui, testemunhamos, aqui, conforme descrito por Quadros (2003) o que podemos chamar de marco temporal, em que temos um novo ponto de referência na história da Libras, com duas intepretações possíveis: a) histórica, inaugurando um pensamento, acontecimento ou era; b) jurídica que, a partir de um regramento, passará a valer o que foi exposto por ela.

Concomitantemente, há o marco legal que pode ser compreendido como o marco inaugural, descrito em Orlandi (2001), na obra *Discurso fundador* — a formação do país e a construção da identidade nacional. A pesquisadora explora, com outros autores, como os discursos moldam a identidade nacional do ser brasileiro, o que nos leva a compreender elementos determinantes da historicidade como marco, projeção de dizeres que se manifestam como discurso inaugural/fundador para Análise do Discurso.

À luz de Orlandi (2001), acontecimentos são passíveis de se constituírem em discurso fundador, seja para tornar situações memoráveis, investindo em possibilidades para trazer implicações significativas aos dizeres, datas, fatos, relações. Percebe-se, portanto, o marco legal como importante para um discurso inaugural (Dias, 2005), em que se prioriza e se constitui uma memória discursiva para a sistematização da profissão do tradutor intérprete. Há, sem dúvida, outros momentos na história em que veremos o TILS; porém, nesta pesquisa, visamos considerar como marcos fundamentais aqueles que evidenciam o início do reconhecimento e visibilidade da atividade de tradução e interpretação como técnica, profissional, sistematizada e não apenas assistencial.

De modo a contemplar o objetivo da presente pesquisa, na seção, a seguir, elucidaremos a trajetória do TILSP, à luz dos regramentos e como o profissional intérprete de Libras é tratado no Brasil.

2 O TRADUTOR - INTÉRPRETE DE LINGUA DE SINAIS/ PORTUGUÊS-TILSP

O TILSP, tardiamente reconhecido e regulamentado mediante a Lei n.º 12.319/2010 —, apesar de já atuar há anos como tal, não tinha, ainda, sua atividade reconhecida como laboral, foi tão somente após a promulgação da lei que houve a sua inserção na Classificação Brasileira de Ocupações.

> Art. 2 º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Ou seja, além de estar imerso na comunidade surda, o TILSP deve ter suas competências e, como ponto principal da caracterização do seu trabalho, o TILSP é "uma pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais" (Quadros 2004, p. 07).

Para Quadros (2004), além de proficiência em Libras e em Língua Portuguesa, o profissional exerce a profissão de traduzir/interpretar, em tempo real (interpretação simultânea) ou com um pequeno lapso de tempo (interpretação consecutiva), uma língua alvo para uma língua fonte, podendo ser de uma língua de sinais para uma língua oral (vocal) ou vice-versa, ou então, para outra língua sinalizada.

Ainda em Quadros (2004), o TILSP deve ter domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, além de ter um bom relacionamento com a comunidade surda, facilitando sua atuação. Esse domínio, na área de tradução e interpretação, é chamado: "Competência Linguística e Tradutória" e é de suma importância para um TILSP, pois, a partir dele, é possível diferenciar o usuário da Língua de sinais e o TILSP (Quadros 2004, p. 59).

Para continuarmos, torna-se necessário trazer a definição de tradutor, interpretação e intérprete, entendendo tais definições com elementos que indicam os efeitos de sentido sobre a profissão. Cabe, também, entendermos as noções de Competências Tradutórias (CT), definições que servirão para nossa análise, a posteriori. De qualquer modo, é preciso compreender o que é identidade e identidade profissional, hoje, por estarem intimamente ligadas ao discurso da e sobre a profissão.

2.1 Marcas da Tradução e da profissão de Tradutor

O processo de tradução é apresentado por Bordenave como "uma atividade humana realizada por estratégias mentais empregadas na tarefa de transferir significados de um código linguístico para outro" (Bordenave *apud* Barbosa, 2004, p.11). Rosenthal (1976) acrescenta a esse respeito:

> O próprio ato da tradução consiste em transferir uma comunicação determinada, expressa em um idioma definido, de tal maneira que ela surja de modo idêntico em outro. Considerando as distintas condições fundamentais entre os idiomas pretendidos, será necessário adaptá-las de tal forma que na tradução 'surja o eco do da expressão original'. (Rosenthal, 1976, p.21).

Porém, há de se tomar cuidado para não mantermos a crença de que traduzir é apenas transferir de um texto para outro. Pagano (2000) chama atenção para o fato de que traduzir requer mais compromisso do tradutor.

> A idéia (sic) de que a tradução não representa uma arte nem um dom, sem muita explicação ou análise, [...] preferimos pensar a tradução como uma atividade que requer diversos conhecimentos e habilidades do tradutor, que precisa estar sempre se qualificando e aprimorando, **acreditamos que a formação do tradutor e sua qualificação contínua sejam procedimentos essenciais para o exercício ético e adequado dessa profissão**. (Pagano, 2000, p.27. Grifos nossos)

Pagura (2015) ainda define a atividade e habilidade necessárias para atuar com tal, vejamos:

> dominar muito bem as duas línguas envolvidas no processo, com os diversos componentes culturais pertinentes a ambas — do texto de partida e do texto de chegada — as comunidades linguísticas, embora ao tradutor baste o domínio da língua em sua variante escrita. (Pagura,2015, p.184).

O tradutor se debruça em livros, dicionários, materiais de referência, conhecimentos culturais do país onde o texto se originou, para traduzir da maneira mais próxima possível ao idioma de destino.

Para entendermos a próxima subseção, nos ancoramos em Pereira (2008)

> Se a língua meta estiver na modalidade escrita trata-se de uma tradução; se estiver na modalidade vocal (também chamada de oral) ou sinalizada (presenciais ou de interação imediata), o termo utilizado é interpretação. (Pereira, 2008, p.136).

Essa diferenciação das modalidades se apresenta respaldada por grandes teóricos como Nida e Taber, (1969), em *The Theory and Practice of Translation*. Leiden; Brill, Pym, (2010), em *Exploring Translation Theorie*s. Oxon: Routledge, Venuti, L. (1995). The Translator's Invisibility. London: Routledge. Esses autores, entre outros, discutem a diferença entre tradução e interpretação, considerando as características das modalidades escrita e oral, aspectos que podem ser amplamente aplicados às línguas de sinais.

2.2 Interpretação e Intérprete

Dada a noção de que interpretar não é traduzir, Pagura (2015) deixa clara a ação do intérprete, uma vez que sua área de atuação contempla as línguas orais.

> O intérprete, no entanto, tem de ter excelente domínio das formas de expressão oral de ambos os idiomas. Não seria arriscado dizer ainda que o intérprete terá de ter maior domínio das línguas, do assunto, da cultura-fonte e da cultura-alvo do que o tradutor. (Pagura, 2015, p.186)

Ao falarmos de tradução, tratamos de texto escrito e interpretação, sendo uma atividade cognitiva, tendo como produto, geralmente, a passagem de uma língua oral (doravante, LO) para outra; de uma LO para uma língua de sinais ou vice-versa; é o que podemos afirmar acerca da interpretação.

Apontando as ações que cercam os dizeres sobre a profissão, o intérprete deve ficar atento às nuances da fala em tempo real, questão essa apresentada por Pagura (2015):

> O intérprete, por outro lado, recebe toda a mensagem original em forma oral e precisa ter total domínio da variante oral da língua de partida, percebendo sutilezas de pronúncia, nuances de entonação e sendo perfeitamente capaz de compreender diferentes variantes regionais do idioma estrangeiro (Pagura, 2015, p.184)

Não há auxilio de dicionários ou de outros materiais complementares, ainda é esperado que o intérprete tenha habilidades de escuta, especialmente para interpretação simultânea. Tanto para o t radutor, quanto para o intérprete, é de suma importância que se mantenha uma qualificação contínua.

Revisitando Pagura (2000), podemos entender que o ato de traduzir/interpretar não é uma arte ou um dom, ou “missão voluntária”, mas para exercer tal atividade com competência torna-se necessário estar “sempre se aprimorando e qualificando.”. Esse é, especificamente, o ponto de nossa pesquisa: não basta apenas dizer que o é, ou que “quer ajudar os surdos”, tornar-se intérprete requer capacitação, legitimação e validação através da formação e dos regramentos, sobre os quais veremos os desdobramentos, nas próximas seções.

3 COMPETÊNCIAS TRADUTÓRIAS

Tratando das especificidades, tomemos os discursos sobre a profissão do TILS, imputando-lhes características. Pagura (2003) nos apresenta que os primeiros Intérpretes de línguas orais não tinham formação ou treinamento específico para atuarem como tal, sendo sua formação totalmente americana, vejamos:

> Os primeiros intérpretes atuantes em Nuremberg, na ONU e na CECA foram formados na prática. Nos meios profissionais, diz-se que esses intérpretes foram "formados" pelo método "sink or swim", expressão em inglês que significa literalmente "afogue-se ou nade", e que se refere ao fato de que os intérpretes simultâneos eram colocados na cabine para interpretar sem que recebessem previamente qualquer treinamento formal. (Pagura, 2003, p.2016)

Essa forma de tradução possibilitou diferenças entre os TILS e TILSP's, devido ao contexto e à forma que se deu o início da atividade desses profissionais. Constituindo discursos, apenas anos mais tarde, começam a ser discutidas quais competências os TILS deveriam ter para, então, serem considerados tradutores e intérpretes de línguas orais ou de sinais. As discussões sobre as competências dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais , em comparação com os intérpretes orais, começaram a ganhar destaque a partir dos anos 1990, especialmente em contextos acadêmicos e profissionais relacionados à inclusão de pessoas surdas (Rodrigues, 2018).

Em relação à legitimação de um discurso profissional, acerca da tradução, há várias discussões sobre o que são as competências tradutórias. A esse respeito, Rodrigues (2018) discute:

> Embora encontremos definições elaboradas de competência tradutória na literatura especializada dos Estudos da Tradução, muitos são os autores que adotam o termo sem explicitar o que de fato entendem como competência. A despeito disso, podemos defender, com base em diferentes abordagens da competência tradutória, que ela não é: (i) uma habilidade inata ou uma aptidão natural; (ii) a junção de competências linguísticas e/ou comunicativas; (iii) o simples agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes; muito menos (iv) o mero treinamento técnico para o exercício de uma atividade profissional (Rodrigues, 2018, p.291)

Hurtado (2005, p.27) afirma que "a competência tradutória difere da competência bilíngue". Sendo assim, o conhecimento nos dois idiomas é só parte de um tradutor e não o seu todo, que abrange competência tradutória, linguística, habilidades culturais, dentre outros.

Ou seja, a habilidade de uma pessoa em usar duas línguas, de forma fluente e eficaz (um bilíngue pode se comunicar e entender contextos em ambas as línguas), não garante a competência necessária para traduzir textos com precisão e sensibilidade.

O que seria competência tradutória abrange não apenas o conhecimento bilíngue; além do que foi citado acima, temos: técnicas de pesquisa, domínio de áreas específicas e capacidades de revisão; incluindo a sensibilidade linguística e a empatia para captar nuances e intenções do texto original. Assim, um tradutor eficaz deve integrar essas diversas competências para produzir traduções de alta qualidade (Rodriguês, 2018).

Acerca do TILSP, tomamos a atividade de traduzir de forma ainda mais complexa, pois os códigos envolvidos são de modalidades distintas, sendo a Libras da modalidade viso espacial e o português, da modalidade oral-auditiva.

Destaca-se que a tradução é uma forma de comunicação interlingual e intercultural, portanto, requer um alto nível de competência em ambos os idiomas envolvidos, assim como uma compreensão profunda da cultura e dos valores sociais e políticos dos falantes desses idiomas. Vejamos essa discussão colocada por Jakobson (2003):

> A superstição generalizada na Rússia, de que uma faca caída pressagia um convidado e um garfo caído uma convidada, é determinada pelo gênero masculino de nož ("faca") e pelo gênero feminino de vilka (“garfo”) em russo. (Jakobson, 2003, p.70)

No processo de tradução, em Português, conhecemos essa superstição como “Caiu uma colher, vai chegar uma mulher. Caiu um garfo, chegará um macho.” O elemento da faca foi substituído pela colher apenas para rimar com a palavra mulher, mas, ainda que não ocorresse tal substituição, a faca seria bem empregada, pois na língua portuguesa também há uma palavra do gênero feminino. Porém, em Libras, a superstição perde completamente o sentido, pois os talheres se tratam de sinais com neutralidade de gênero. A atividade discursiva do TILS envolve, portanto, mais que compreensão e a passagem de uma língua para a outra, pois o tradutor é convidado a trazer o processo discursivo e a produção de efeitos de sentido.

Nessa direção, Jakobson (2003) destaca a importância da habilidade de adaptar a mensagem ao contexto e ao público-alvo, mantendo a intenção original do autor.

> O pintor russo Repin se desconcertava de ver o pecado representado como uma mulher pelos artistas alemães: ele não se dava conta de que "pecado" é feminino em alemão (die Sünde), mas, masculino em russo. (Jakobson, 2003, p.70).

A ausência de Competências Tradutórias pode trazer uma interpretação equivocada, imputando um pensamento machista às obras do artista, por exemplo, desconsiderando o fato de que há referências somente às questões linguísticas, se referindo ao gênero gramatical das palavras representadas na obra. Essas competências permeiam as relações humanas, através da atividade linguística que envolve grupos de culturas distintas, nos quais traduções equivocadas podem causar desconfortos indesejáveis.

Podemos citar, como um outro exemplo, a visita do ex-presidente americano Jimmy Carter à Polônia, em 1977[12]. Em seu discurso oficial, o governante diz: "Eu desejo os poloneses carnalmente", porém a intenção de Carter era "conhecer os desejos dos poloneses para o futuro". Em um outro momento, o presidente diz *"I left the United States this morning"*, que foi traduzido como: *"*Deixei os Estados Unidos esta manhã" e seu intérprete, em seguida, trouxe a seguinte frase: "Deixei os Estados Unidos para nunca mais voltar". Aqui, se destaca a importância da tradução como atividade discursiva, que explora a historicidade e a temporalidade dos fatos: Como um presidente, em visita, afirmaria que nunca mais voltaria para o próprio país naquela situação?

Ao buscar no texto "Competência Tradutória e Formação por Competências", de Hurtado (2007), encontramos a CT não como conhecimento declarativo "um saber o quê, porém como um conhecimento operacional, um saber como", nos possibilitando identificar habilidades ou capacidades que devem ser desenvolvidas pelo tradutor para poder realizar uma tradução/interpretação[13] eficaz.

Seguem, nesse ponto, cinco sub-competências e componentes psicofisiológicos para o tradutor, aspectos ainda necessários para a tradução:

---

[12] Este e outros fatos voltados às traduções/interpretações equivocados são encontrados no site da BBC Culture, cujo título da matéria é: "Os maiores erros de tradução de todos os tempos", disponível em: https://www.bbc.com/culture/article/20150202-the-greatest-mistranslations-ever

[13] Apesar de Hurtado pesquisar as competências tradutórias voltadas para as línguas orais, essa teoria também é aplicável aos TILS/TILSP'S.

- **Subcompetência bilíngue**. Conhecimentos essencialmente operacionais, necessários para a comunicação em duas línguas. São conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos;
- **Subcompetência extralinguística**. Conhecimentos essencialmente declarativos, implícitos e explícitos, sobre o mundo em geral e em áreas específicas. São conhecimentos biculturais, enciclopédicos e temáticos, textuais e léxico-gramaticais;
- **Subcompetência de conhecimentos sobre tradução**. Conhecimentos essencialmente declarativos, implícitos e explícitos, sobre os princípios que regem a tradução e sobre os aspectos profissionais;
- **Subcompetência instrumental**. Conhecimentos essencialmente operacionais relativos à utilização das fontes de documentação e às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à tradução (dicionários de todo tipo, enciclopédias, gramáticas, suportes à redação, textos paralelos, corpora eletrônicos, mecanismos de pesquisa, etc.);
- **Subcompetência estratégica**. Conhecimentos operacionais permitindo a eficácia do processo de tradução e a resolução dos problemas encontrados. Trata-se de uma subcompetência chave que possui um impacto sobre todas as outras, relacionando-as, uma vez que ela monitora o processo de tradução. Essa subcompetência permite planejar o processo e elaborar o projeto de tradução (escolha do método exigido), avaliar o processo e os resultados parciais obtidos em função do objetivo final pretendido, ativar as diferentes subcompetências a fim de compensar certas lacunas, e identificar os problemas de tradução e aplicar os procedimentos para resolvê-los. (Hurtado, 2007, p. 24-25)

Santos (2020) também nos apresenta o que pode ser entendido como CT : conhecimentos e habilidades que se esperam de um TILSP. Vale lembrar que, quando conhecemos as competências tradutórias, conseguimos saber em que medida acontece a produção de sentidos sobre a tradução, o modo como a identidade profissional se delineia, ancorada em fatores linguísticos, discursivos e contextuais. Há, portanto, uma dinâmica da profissão do tradutor, que indica os caminhos traçados no exercício, como a construção de sentidos que perduram para a profissão.

QUADRO 2 - Habilidades e Competências do TILSP

CATEGORIAS	INDICADORES
Competência para transferência	Habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte. Habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo apropriadamente do ponto de vista do estilo.
Competência na área	Conhecimento do conteúdo da mensagem recebida para ser interpretada.
Competência técnica	Posicionamento do intérprete, quanto a sua localização no espaço, no ato da interpretação. Uso de equipamentos (microfones e fones de ouvido).
Competência linguística	Habilidade no uso das línguas envolvidas no processo de interpretação. Habilidade para compreender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances. Habilidade para expressar corretamente, de forma fluente e clara, a mesma informação na língua-alvo. Habilidade para distinguir as ideias principais das ideias secundárias e delimitar os elos que determinam a coesão do discurso.
Competência metodológica	Habilidade em usar os modos de interpretação simultâneo e consecutivo. Habilidade para escolher o modo apropriado de interpretação diante das circunstâncias Habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário. Habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso
Competência bicultural	Conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas. Conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes das línguas envolvidas e das diferenças entre as culturas linguísticas

Fonte: Santos (2020)

Essas competências, acima indicadas, são importantes porque auxiliam o tradutor a avaliar as demandas e limitações de cada projeto de tradução, escolhendo, assim, a melhor abordagem para cada situação. Fazem parte de uma rede de sentidos apropriados para a tradução, de um conjunto de discursos apropriados para o domínio das habilidades de traduzir.

A seguir, para destacar os discursos sobre a profissão do TILSP, traçamos algumas características acerca da identidade, uma vez que a profissão doTILSP, hoje, se dá na fluidez das ações centradas no traduzir e no agir para/sobre a surdez. Destaca-se por um hibridismo próprio da historicidade e das marcas que atravessam esse profissional.

4 NOÇÕES DE IDENTIDADE

Para analisarmos o hibridismo da profissão, delineamos os traços do surgimento e da historicidade, “a ideologia que recruta os indivíduos em sujeitos”; assim, é importante compreendermos os mecanismos discursivos que permeiam a identidade da profissão. Nesse intento, observamos as tensões entre os discursos sobre voluntariado e a sistematização da profissão TILSP, conforme destacamos quando trouxemos esses discursos na historicidade da profissão. Dubar (2000) observa a identidade do ponto de vista da noção de complexidade e de ambiguidade, apresentando uma visão do conceito de identidade que agrupa as diversas abordagens da noção em três grandes posições: a essencialista, a nominalista e a das formas identitárias.

O autor ainda destaca que a identidade é constituída por uma continuidade temporal que permite aos indivíduos conhecerem a si próprios e se identificarem, ao longo de toda a vida. Dubar (2000) ressalta que cada indivíduo é singular, podendo afirmar que “o ser humano é” e que estará diante de uma identidade para si.

A identidade possibilita, assim, a percepção de que os indivíduos são, ao mesmo tempo, determinados por forças individuais e sociais. Essas forças se mostram na relação consigo e na relação com os outros, o que permite que sejam construídos mutuamente. Desse modo, se pela AD de origem francesa, somos

indivíduos recrutados como sujeitos, a identidade surge como um fenômeno complexo e multifacetado. Ela é um construto social e individual, multifacetado, que se estende ao longo da vida dos indivíduos.

Há uma sequência de elementos que circundam cada pessoa no desenvolvimento de sua identidade, de modo que a interação se dá como um processo formador dos discursos e da identidade dos sujeitos. O indivíduo utiliza "o processo de pensamento e observação simultâneos" (Erickson, 1972, p.21) e desenvolve, progressivamente, a "identificação psicossocial (…) de pessoas cujos valores tradicionais fazem com que o homem se desenvolva em termos do seu crescimento" (Erickson, 1968, p.61). Dessa forma, os indivíduos procuram compreender a si mesmos e, também, por meio dos outros.

4.1 A Construção da Identidade Social

Os Estudos Culturais nos trazem dados importantes sobre a identidade: ela é o resultado de uma relação dialética permanente entre o indivíduo, os outros e suas vivências. A formação da identidade resultará, pois, de um processo de construção que nos representa e que deve integrar esses elementos.

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 1992, p. 13)

Dessa afirmação, surge o questionamento: Como se constroem as formas identitárias? É a questão que, de imediato, se coloca e, por meio dela, traçamos, aqui, algumas ponderações, observando determinados estudos culturais.

A identidade não é estática, na realidade, ela é dinâmica e, além disso, presume-se que nunca estará completamente finalizada. Essa ideia corrobora com Dubar (1998) que afirma que, além das "formas identitárias poderem se construir (mas podem também ser destruídas) [elas também podem] se reconstruir ao longo da vida". Constantemente em negociação, as identidades se integram no processo mais vasto de interação com os outros, pelo que demandam ser negociadas "com os outros que as devem reconhecer para que elas existam plenamente". Isso

significa que as identidades também se constituem no discurso e compõem discursos como marcas de si e no modo de delinear as vivências.

É interessante encontrar a resposta para tal questão, uma vez que se compreende que a identidade de cada indivíduo é o que o permite se reconhecer, enquanto o que é, ao longo dos tempos, mas é também fruto das interações que são estabelecidas com outros indivíduos, permitindo, a cada um, construir sua imagem, uma ideia de como ver o outro e a possibilidade de integração a um determinado grupo.

QUADRO 3 - Definições de Identidade Social

AUTOR	DEFINIÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL
Ruano-Borbalan (1998, p.2)	a identidade se “estabelece sobre critérios de relações e de interações sociais” e que “os estudos contemporâneos nos lembram todos, com insistências, de que a imagem e a autoestima, as identidades comunitárias ou políticas se elaboram nas interações entre os indivíduos, os grupos e as suas ideologias”
Dubar (1997, p.118)	ao falar de definição geral de identidade diz que esta “não é ‘transmitida’ por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem”.

Tap P. (1998, p.67)	ao tentar precisar os elementos que constituem a identidade relembra que “o primeiro lugar de aprendizagem das identificações e da apropriação de identidades múltiplas” é a família dizendo ainda que esta primeira experiência de interação é relevante dado que será a partir dela que “seremos chamados mais tarde a reproduzir em múltiplos contextos (escola, grupos de pares, relações amorosas, nova família, meios profissionais)” nas relações que estabelecemos com os outros e que nos permitem construir a nossa identidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Há a necessidade de se verificar a construção da identidade inserida num processo mais vasto de interações com os outros, pois é algo que ultrapassa as afirmações que diferentes autores fazem sobre o processo de construção da identidade, conforme pode ser observado no Quadro 04. A seguir, mostramos uma pequena varredura sobre as noções de identidade.

Observamos, com as noções acima, que há a existência de um campo de incerteza, o qual exige uma pesquisa constante, porque “a identidade nunca é dada, é sempre construída e (re) construída” (Dubar, 2005, p. 135) e, por ter uma dinâmica própria, utiliza certas ferramentas para (re)construí-la, permanentemente. Desse modo, concordamos com Tap (1998), expondo aqui particularidades do olhar desse autor em relação à identidade.

Em Tap (1998), há apresentação de seis traços validados na construção da identidade, que podem ajudar-nos a compreendermos as marcas da identidade do TILS em plena (re) construção, a saber:

1) continuidade — ao longo do tempo, permanecemos o mesmo (sendo essa permanência relativa);

2) autorrelação — representações individuais de si e dos outros ou um comportamento que remete à ideia de unidade, podendo ser renomeado como coerência;

3) singularidade — diferente da autorrelação, onde nos comportamos para fazer parte de uma unidade, nesse terceiro traço, o sentimento é de ser original, se diferindo dos demais;

4) diversidade — identidade multifacetada ou, ao contrário, uma ruptura, uma dispersão de si;

5) somos o que fazemos — refere-se à ideia de autorrealização, por meio da ação;

6) autoestima — visão positiva de si, senso de valor pessoal.

Desse modo, a identidade pressupõe unidade e diferença, e cada uma dessas características é importante para a formação dos indivíduos, mas todas estão associadas a elementos de continuidade e de dispersão que integram a identidade (Biavati, 2009), que permitirão ao indivíduo se conhecer e se identificar com os outros, ao longo da vida. Os traços mencionados por Tap (1998) são recorrentes e indicam, ao mesmo tempo, a busca da aceitação ou de originalidade em todas as esferas da vida, seja familiar, pessoal ou profissional.

> Ainsi, l'identité constitue un effort constant pour gérer la continuité dans le changement, ce qui n'est pas toujours facile. De même, l'ancrage dans le passé peut entrer en contra- diction avec les projets que je peux vouloir développer. (Tap,1997 p.58)
>
> Assim, a identidade constitui um esforço constante para administrar a continuidade na mudança, o que nem sempre é fácil. Da mesma forma, estar ancorado no passado pode entrar em conflito com os projetos que planejo desenvolver. (Tap,1997 p.58, tradução livre).

Ou seja, construímos nossa identidade ancorada na historicidade e, com o TILS, esse processo não é diferente, pois há o esforço de tomar presente, passado e futuro, permitindo que traços se mudem e se fixem e as ações da profissão permaneçam. A identidade, portanto, se dá como um acordo social que se fixa e se modifica para comportar traços.

Assim sendo, fica um questionamento que, provavelmente, não conseguiremos responder somente nesta pesquisa: quando, de fato, o TILSP será reconhecido e sua formação será validada pelas instituições? Será que os traços multifacetados de tensão entre a identidade do “ajudador voluntário” e a profissão sistematizada, atualmente exigida na profissão, são dados identitários que travam esse reconhecimento social da profissão?

4.2 A Construção de uma identidade profissional

Freidson (1973) apresenta elementos teóricos importantes para a análise das profissões, que entendemos serem marcas que atravessam os discursos sobre as profissões. O autor propõe que se considere a divisão do trabalho como um processo de interação social, cujo funcionamento é limitado por uma moldura: a organização social.

E, ao enfatizar que a profissão é um princípio ocupacional de organização do trabalho, o teórico afirma que o espaço analítico, estruturado dessa maneira, pode ser delineado em seis proposições:

> **(1) o *princípio ocupacional*** de organização do trabalho materializa-se no exercício de autoridade sobre o próprio trabalho pelos membros das ocupações, com o apoio do Estado, que aprova licenças e jurisdições exclusivas – opondo-se ao **(2) *princípio administrativo*** de controle sobre o trabalho exercido por organizações burocráticas;
> o princípio ocupacional de organização do trabalho supõe *autoridade imputada ao expert*, uma vez que um trabalhador só pode controlar o seu trabalho se os outros estão persuadidos de que só ele é competente para o fazer; **(3) a autoridade do *expert*** é estabelecida por *processos sociais e políticos*, tal como a autoridade administrativa, mas o que é mais importante no princípio ocupacional é a autonomia na direção do trabalho, autonomia comum a profissionais assalariados e independentes; **(4) o conhecimento** é parte essencial do princípio ocupacional, mas o conhecimento em si não confere especiais poderes: só a *exclusividade*, traduzida no controle sobre o recrutamento, a formação e realização do trabalho de criar, divulgar e aplicar conhecimento, confere poder aos que o possuem; **(5) o conhecimento abstrato**, aprendido em ***instituições formais de educação* superior,** constitui a principal condição no processo de reivindicação de privilégios; é o *Estado* que garante aos profissionais o direito exclusivo de usar e avaliar um certo corpo de conhecimento e saber-fazer e **(6)** as profissões transportam uma ***dimensão ideológica***, conjunto de crenças sobre qual a melhor maneira de resolver os problemas. (Freidson, 1973 *apud* Rodrigues, 1997, p. 50-51, grifos nossos).

Voltando o nosso olhar para os estudos discursivos, nessa dimensão ideológica, Althusser (1985, p.89) afirma que “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas”. Em Pêcheux (1969), na obra *Análise automática do discurso* já estava posto que essa prática seria social e política e que “não existiria prática senão sob uma ideologia” (p.89), ou seja, refere-se às estruturas e processos, por meio dos quais os discursos são moldados, mantendo e reproduzindo relações de poder existentes.

Para nós, o TILSP se encaixa nesses enunciados, sobretudo quando o autor afirma que "[...] o conhecimento é parte essencial do princípio ocupacional, mas o conhecimento em si não confere especiais poderes [...] (Rodrigues, 1997, p. 50-51), se parássemos na primeira sentença já nos bastaria, pois o que uma categoria inteira almeja, vai além do reconhecimento, antes, corresponde a uma validação do esforço para ser o melhor profissional para o cliente, no caso desta pesquisa, o surdo.

Barbosa (1999) suscita essa perspectiva ao colocar como questão a divisão do trabalho que, de acordo com seus postulados, aparece como uma unidade coesa, um corpo pronto, determinado, que só permite negociações no seu interior, mas que não pode, em si, ser objeto da ação humana. O autor, no processo de compreensão das profissões, acreditar que esses cargos conseguem determinadas posições na sociedade por controlarem uma *expertise*[14] (nomeia o conjunto de práticas que compõem a identidade multifacetada e desejável do trabalhador). Ao mesmo tempo, reafirma a vigência, naquele momento (e nos tempos atuais), dos discursos sobre qualidade profissional.

A expertise nomeia elementos que sinalizam e compõem o que é considerado superior, que é algo compreensível, um passo correto para entendê-la; contudo, levar adiante esse argumento para associar a superioridade da *expertise* ao seu caráter científico, é um passo em direção a becos sem saída. No caso, a *expertise,* no que diz respeito ao profissional tradutor intérprete, sinaliza a identidade do profissional que valoriza as competências tradutórias, linguísticas e culturais, tanto da língua de partida, quanto de chegada.

Como apontado por Rodrigues (2018):

> Independente da abordagem ou do enfoque posto sobre o conceito e/ou o estudo da competência tradutória em toda a sua complexidade, heterogeneidade e diversidade, temos que considerar de antemão que ela seria um **saber especializado, um tipo de *expertise***, composto por diferentes elementos, os quais de maneira integrada e indissociável **qualificariam, distinguiriam** e singularizariam o(s) indivíduo(s) tradutor(es)/intérprete(s) em relação aos demais. (Rodrigues, 2018, p.289-90, grifos nossos).

[14] Rodrigues (2020) nos apresenta sucintamente o que seria expertise em seu minicurso: Competência Tradutória e Modalidade de Língua: a singularidade da formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. Neste, a proposta é discutir acerca da singularidade da formação de tradutores e de intérpretes que atuam de/entre/para línguas de sinais. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hav0GO2K7tk&t=710s.

Dessa forma, o conceito de profissão compreende que um sujeito é interpelado por discursos da eficiência: o resultado da articulação entre um conhecimento adquirido (nesse caso, o saber especializado e produzido sobre o seu trabalho e o reconhecimento social, que o qualifica e o distingue) e a identidade profissional da utilidade da atividade que ele desempenha.

Considerando as reflexões de Lacerda e Santos (2013) e Honora (2014), vimos na historicidade do TILSP aspectos que apontam para uma ordem do discurso que se ancora em traços missionários (vocação), religiosos e voluntários, os quais historicamente permeiam a figura docente.

Essa construção discursiva, conforme destaca Orlandi (2011**),** "não é neutra, mas atravessada por relações de poder que produzem e regulam sentidos", posicionando o professor como um sujeito cuja atuação é frequentemente associada a uma "missão" ou "vocação" , em vez de uma profissão técnica e especializada. Essa subjetivação da identidade profissional do TILSP aos discursos documentais — como leis, normas e diretrizes educacionais — reforça uma identidade multifacetada, que oscila entre o assistencialismo e a profissionalização, ao mesmo tempo em que silencia outras formas de atuação que não se alinham com essa narrativa hegemônica.

Assim, o TILSP é interpelado a assumir um lugar discursivo que, embora o reconheça socialmente, também o limita a um conjunto de expectativas e práticas que perpetuam sua identidade como um sujeito "assistencialista" e "voluntário", em detrimento de uma visão mais ampla e crítica de sua profissionalização.

4.3 Discursos sobre as profissões

Considerando o estudo das profissões e a identidade do tradutor-intérprete de LIBRAS, é necessário, primeiramente, entender o processo pelo qual as identidades contribuem para a construção dos indivíduos como profissionais. Segundo Santos (2011), a abordagem da pesquisa sobre o conceito de identidade profissional parte de concepções psicossociologias que constroem as identidades pessoais e sociais dos sujeitos e se estende ao seu contexto social, com especial ênfase ao contexto profissional.

O uso atual do conceito de profissão reflete em uma sensação palpável de familiaridade e subsequente facilidade de compreensão. No entanto, ao analisá-lo, mais profundamente, surgem dificuldades e ambiguidades quanto ao rigor terminológico, por isso, vale lembrar que há também o termo ocupação. De fato, a noção de ocupação envolve um conjunto complexo de pressupostos sobre as profissões, por vezes, até concorrentes (Santos, 2011).

Embora as profissões possam ser rastreadas até o século XVII ou, em alguns casos, com origens anteriores, as primeiras tentativas de sistematizar o estudo das profissões começaram no século XX. Esse fato reflete, em parte, a crescente importância das Ciências Sociais nesse século. Para Abbot (1998 apud Rodrigues, 2002), o olhar para profissões é resultado de uma série de mudanças (i) estruturais — conforme os padrões de produção e economia mundiais — e (ii) relacionais — no que diz respeito aos aspectos relacionais entre os indivíduos e os seus espaços profissionais.

Sob essa perspectiva, podemos perceber a ascensão da profissão do TILS, conforme os aspectos relacionais, pois, a partir da relação surdo com o mundo, é vista a necessidade de um agente que mediasse essa comunicação, uma vez que a maior barreira entre os indivíduos surdos e o mundo é a interacional/comunicacional.

É interessante observar, nas características profissionais, a diferença entre ocupação e profissão. No estudo apresentado ainda no início do século XX por Flexner (1915, p.2), há a distinção de seis características comuns a todas as profissões no contexto dos Estados Unidos da América, nomeadamente: (i) a ocupação lida com operações intelectuais associadas a um elevado grau de responsabilidade pessoal; (ii) o seu material subjacente provém de conhecimentos científicos e teóricos; (iii) a sua aplicabilidade terá uma finalidade socialmente útil e altamente prática; (iv) a profissão é transmitida e desenvolvida no contexto da educação formal; (v) a profissão tende a se auto-organizar em associações; (vi) A finalidade da profissão e seus respectivos elementos devem ser altruístas com responsabilidade moral. Nessa historicidade, chama atenção o sexto item, que retrata a relação entre discurso profissional com “altruísmo” que, discursivamente, pode ser associado à dimensão da profissão com seu caráter “missionário”, de doação, muito próximo ao voluntariado, de onde surgiu a profissão do TILSP.

Uma série de modelos teóricos e abordagens empíricas que remetem à questão: “O que é uma profissão?” surgiram, de forma diacrônica, para definir “tipos ideais” de profissões. Consideramos, portanto, que, quanto mais formalizada, sistematizada, for a ocupação, mais ela se dá como profissão, ou seja, mais é reconhecida, cercada de discursos em funcionamento no neoliberalismo atual. Isso, no entanto, não significa capital econômico, e sim capital cultural.

Não há um consenso definitivo das várias correntes teóricas sobre as relações entre discurso e profissão, a não ser o fato de que elas precisam ser eficientes e suficientes para o capitalismo. Essa afirmação permite tecer um determinado ponto de vista, consoante ao contexto espaço-temporal e cultural dominante, formando conceitos, mais ou menos, operacionais, conforme as condições descritas.

Para sociólogos como Durkheim (1960), os grupos profissionais incluem todas as atividades econômicas e todas as categorias de trabalhadores (patrões, autônomos, assalariados). Para Carr-Saunders (1982), uma profissão é distinta de uma ocupação e se destina a todos os trabalhadores profissionais, organizados em associações legalmente reconhecidas (Durkheim, 1960 *apud* Rodrigues, 2002).

Para Parsons (2010), as profissões devem se adequar ao modelo liberal dominante, no qual se destacam como organizações administrativas autônomas (governos) e corporações ordinárias (ocupações). Como no caso do TILSP, quando o profissional se adequa à organização e/ou à instituição, sendo reconhecido e, acerca da profissão, há os discursos que regem (ou tentam) o labor e o profissional ideal, como vimos anteriormente.

Do ponto de vista de Durkheim (1960), o sistema profissional tem um papel social regulador do sistema social mais abrangente e deve ser sustentado de maneira jurídica por meio do Estado. Verifica-se a elaboração de uma legitimação social das pessoas, enquanto inseridas em um grupo de referência, com responsabilidade econômica e social, do que de um processo de legitimação de uma atividade econômica e social.

Do ponto de vista de Carr-Saunders (1982), a dinâmica profissional fornece respaldo à especificidade das atividades desenvolvidas, assim como à competência do profissional. Com isso, a presença de órgãos reguladores da atividade profissional garante e executa uma função dupla: a de segurança dos seus componentes associados e a inspeção da atividade prática profissional.

Pode-se dizer que, acerca de nossa pesquisa, há discursos que cercam a profissão do TILS e que, nesse entremeio, resvala o conflito entre o social e o laboral. Entendemos que o conflito é um elemento estruturante das relações humanas que, no mundo do trabalho, se assemelha a um processo social que se coloca sobre o poder e insere os trabalhadores em uma lógica interativa, com um contexto social.

Nas teorias funcionalistas[15], o conflito não é significativo, assim como os sistemas de interação humana não recebem muita importância em contextos profissionais. De fato, qualquer dissonância na produtividade da atividade profissional é vista como algo que perturba o equilíbrio de um sistema que, como um corpo biológico, deveria ser harmonioso e estável.

4.3.1 Fluidez nas profissões

Em um importante texto, no campo da sociologia econômica, Zelizer (2012) utilizou o termo “trabalho relacional” para explicar o esforço constante que caracteriza a vida social.

Essa condição ajuda a responder a duas questões principais: Como os indivíduos na vida social (re)configuram suas relações para realizar atividades que consideram necessárias à vida econômica? E como continuam seu trabalho de tecer, reestruturar e diferenciar importantes relações sociais?

Nos Estudos das Práticas Educacionais, Nóvoa (1995) defende, ainda nos anos 1990, que a formação deve ser encarada como um processo de reflexão sobre a prática educativa, procurando desconstruir a noção de formação, enquanto currículo ou acumulação técnica. “Produzir profissionais” demanda produzir discursos sobre sua profissão e seu enquadramento no mundo capitalista. Esse processo chama atenção para o (re)enquadramento permanente das identidades pessoais e profissionais.

Consideramos que a identidade profissional é produzida pela socialização de diferentes naturezas, incluindo a socialização prospectiva (antes da entrada na formação profissional), a formação inicial e os percursos profissionais globais

[15] Em geral, as teorias funcionalistas enfatizam a importância de entender as funções e propósitos dos fenômenos sociais, culturais, linguísticos e psicológicos em seus respectivos contextos.

(Dubar, 2005). Percebe-se, assim, uma rede de discursos que perpassam a formação e a atividade profissional.

O sociólogo polonês Bauman (2001) debate sobre o acontecimento da identidade do ponto de vista da pós-modernidade, ou como o mesmo prefere chamar, modernidade líquida. Ao conceber e analisar a composição da identidade nesse contexto — o reconhecimento de um mundo em transição entre o que se entendia por tradição, mas ao mesmo tempo mergulhado em mudanças complexas e aceleradas em todos os aspectos da vida humana — destaca-se o impacto da incerteza e, consequentemente, a fluidez dos eventos humanos e sociais que afetam a identidade de assuntos.

O autor usa “fluidez” ou “liquidez” como termos metafóricos para referir-se à vitalidade de nosso estágio atual, enfatizando que, diferentemente dos sólidos, “o fluido não está vinculado a nenhuma forma, e está sempre pronto” [e disposto] a mudá-la” (Bauman, 2001, p. 8). Em relação às profissões, tais metáforas são perfeitamente cabíveis.

No contexto da sociedade líquido-moderna, tudo é considerado constante e instável, sem resistência e firmeza, no qual também são incluídas as relações humanas. As instituições, as relações, bem como os compromissos podem ser facilmente desfeitos. E, dentro dessa concepção, encontramos a definição de sociedade líquido-moderna como aquela:

> [...] em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e a da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. (Bauman, 2009, p.7)

No que se refere ao ambiente educacional, Costa (2011), ao analisar a obra de Bauman (2009), pontua que o autor não só teve preocupações relacionadas às análises sociológicas, mas também pontuou a relação da educação com a transição do mundo em condições mais seguras e estáveis, onde se tinha uma modernidade sólida, para um momento de instabilidade, da modernidade líquida. Desse modo, passamos a perceber o olhar das profissões, observando a passagem das certezas para as incertezas.

Bauman (2005) faz uma relação entre a modernidade atual (a qual classifica como líquida e fluída) e os aspectos relacionados com a identidade, realizando, assim, uma reflexão sobre a construção identitária, apresentando uma estrutura

teórica que percorre a questão do pertencimento. Acreditamos que a ideia de pertencimento passa pelo discurso, a aceitação das rupturas e dos impasses por meio das mudanças e das resistências, considerando especialmente, a fluidez das profissões atuais.

Não obstante, mesmo na vivência de uma liquidez contemporânea, os indivíduos demandam e requerem o pertencimento, isso é, a criação de vínculos com aqueles que encontram identificação, além da necessidade de manter afiliações que possibilitem vivenciar o sentimento de pertencimento, de possuir referencias, mesmo em uma sociedade caracterizada pelo pluralismo de valores e escolhas. Desse modo, além do pertencimento, os TILSP e surdo preconizam os vínculos voltados para o pertencimento.

Bauman (2005) busca em Dencik (2001) a referência para explicar as questões relacionadas às filiações sociais, que podem ser herdadas, ou não, mas que contribuem para definir a identidade do indivíduo e estão, cada vez mais, sendo consideradas menos relevantes, principalmente em países mais desenvolvidos. Em contrapartida, o autor também pontua que os indivíduos estão procurando identificar ou criar novos grupos, nos quais o pertencimento possa ser vivido o que, de certa maneira, contribui para a criação de uma identidade. Dessa forma, Bauman (2005) conclui:

> [...] quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso. (Bauman, 2005, p. 30).

Levando em conta as noções de pertencimento, aceitação e busca de atendimento às necessidades sociais, percebemos que a identidade pode ser percebida como uma elaboração contínua e que, de maneira permanente, vai se transformando**:**

> [...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (Bauamn, 2005, p. 21-22).

A identidade fluida se dá com o desdobramento da modernidade líquida. Trazer essa afirmação, significa que estamos em um ambiente paradoxal, que

mistura hábitos tradicionais e valores inovadores, no qual o discurso se funde à identidade, cujos pilares surgem de dúvidas relacionadas à possibilidade de identificação em uma sociedade líquida, formada por pluralismos. As dúvidas se dão como em reflexos; assim, questionamos: quais seriam as alternativas adequadas, no que se refere às relações que se constituem e se desfazem de maneira instantânea? Acreditamos que devemos aceitar as tensões que atravessam a profissão TILSP, mas, ao mesmo tempo, trabalhar para que a sistematização da profissão alcance o pertencimento às demandas sociais e profissionais. A seguir, nos propusemos a observar, mais detalhadamente, em que sentido se requer o profissional que atenda às demandas variadas.

4.4 Profissional multi tarefas/mosaico

Tratando dos discursos sobre as profissões, observamos que a identidade vai sendo transformada e se torna fluida. Quando se perde de vista a identidade profissional, acredita-se que também se perde o nós, uma vez que a criação de vínculos e a necessidade de manter afiliações que possibilitem vivenciar o sentimento de pertencimento. Pensemos então na construção de um profissional como um mosaico (Rocha, 2003), referindo-se a alguém com habilidades e experiências diversificadas, combinando conhecimentos e competências de diferentes áreas para criar uma carreira única e multifacetada.

Biavati (2009), baseando-se no autor em questão, descreve o profissional professor como mosaico. Acreditamos que o profissional tradutor intérprete de libras também assume essa condição de profissional mosaico, refletindo a subjetividade e identidade multifacetada, ou seja, repleta de multitarefas. Orlandi (1998a) afirma haver a continuidade e a descontinuidade no movimento do percurso histórico-cultural e, nesse sentido, ressalta a ideia de que a identidade profissional é composta por uma variedade de elementos e influências, refletindo e produzindo uma subjetividade fragmentada. Isso significa, para nós, que a identidade do profissional não é uniforme, mas sim formada por diferentes aspectos, experiências e perspectivas que se combinam para moldar sua atuação sendo “unidade e dispersão. É nesse sentido de fragmentação que caminham a constituição e o fazer/ser” (Biavati, 2009, p.17)

Observando a vertente anglo-americana, dos estudos crítico-discursivos, lembramos que os conceitos de discurso, tomados como substantivo comum e

substantivo abstrato, propostos por Fairclough (2001, p. 32 *apud* Biavati, 2009, p.27) são tomados no fazer social. Essas condições do discurso se fazem pela perspectiva do substantivo abstrato, que se efetiva no dia a dia, nas práticas e relações sociais que se constituem na profissão, se estabelecem, são refletivas e modificadas e estão em contínua movimentação.

As ideias sobre a profissão são reinventadas e produzidas para que o sujeito reconheça que ele se constitui pela sua formação histórico social, advinda de valores e princípios, formados especialmente no histórico e na cultura familiar. Em busca de compreender os discursos sobre a profissão do professor, Biavati (2009) afirma que o fazer profissional tem início dentro da instituição, uma vez que é nela e sobre ela que se criam afirmações possíveis sobre uma área, possibilitando a organização e embasando o que se quer afirmar sobre determinado assunto.

A ideia de mosaico, atrelada à profissão, se refere às condições de produção do discurso profissional e se liga às instabilidades e possibilidades. Acredita-se que, para além do professor-mosaico (Rocha, 2003), tem-se a formação profissional do TILSP, que se efetiva em sua prática, ancorada na tradição, muitas vezes de “ajudador/ ajudante do surdo”, ao mesmo tempo em que equilibra, concomitantemente, a tradição e a inovação que operam na formação do discurso sobre a profissão por esse profissional.

Para Dias (1996, p. 25 *apud* Biavati, 2009, p.34) “os sentidos são ressignificados no discurso, é porque os sujeitos se inscrevem na história”. Dessa maneira, a “forma linguística torna-se sentido, signo, enquanto a historicidade é constitutiva da espessura semântica da linguagem” (Dias, 1996, p. 25 *apud* Biavati, 2009, p.34). Veremos, portanto, que existe “”um processo sócio-histórico que se reflete na linguagem” (Biavati, 2009, p.34). Ainda, segundo a autora, operando com a formulação, o acontecimento discursivo, na historicidade da profissão, se dá nessa mistura de tradição, em memória, e inovação, operada pelas ideologias que interpelam os sujeitos profissionais:

> A formulação, portanto, carrega marcas da historicidade, e o texto seria o produto do possível, trazendo, também, as marcas do sujeito interpelado pela história, pelas ideologias, pelo pré-construído. Essas marcas remetem ao sujeito interpelado pelo capitalismo, pelas forças do dizer, pela memória, pelo “outro [...] ao mesmo tempo pelo sujeito oprimido, fragmentado, que é explorado pelo trabalho. Há um contínuo que se ressignifica no processo sócio-histórico. Portanto, a formulação marca o discurso como constitutivo de uma memória, de sentido(s), da história (Biavati, 2009, p. 34).

Sendo assim, caminhamos para análise, destacando o modo como os documentos se delineiam e apontando aspectos sobre a profissão do TILSP.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE: DESVELANDO A PROFISSÃO DO TILSP

A presente pesquisa decorreu do caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com foco na análise documental, sob uma perspectiva discursiva, identificando elementos suscetíveis a ponderações à luz da Análise de Discurso. O percurso toma a identidade profissional do TILS, validada e legitimada, problematizando as tensões que envolvem o discurso sobre/da profissão, palpáveis pela dimensão dos discursos voltados para a tradição e inovação como constituintes de uma memória ou decorrentes dela.

Voltamos, assim, nosso olhar para analisar em que medida o papel do profissional voluntário se dá em dissonância com a sistematização e as características dessas tensões que resvalam nos regramentos da profissão, documentos de contratação e currículo de formação acadêmica.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986). O trabalho de análise é ancorado no olhar discursivo aos documentos e se inicia com a coleta desses materiais, não sendo um trabalho aleatório e mecânico, mas, com ele, à medida que as informações são colhidas, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (Laville; Dione, 1999).

❖ Procedimentos

Optou-se por abordar os seguintes passos:

- Definir os documentos que serão analisados;
- Definir claramente os conceitos e termos a serem analisados nos documentos (identificar as categorias que servirão de amparo para análise);

- Ler e interpretar os diferentes significados dos documentos escritos;
- Fazer uma relação entre a interpretação realizada, conceitos e termos definidos na pesquisa;
- Reelaborar (ou confirmar) os conceitos e termos definidos para análise à luz da interpretação realizada (nesse caso, à luz da Análise de Discurso).

Sobre a Análise de Discurso, no percurso analítico dos documentos, ressaltamos que não se concebe apenas na interpretação, mas trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação, os aspectos da memória discursiva da profissão do TILSP, uma vez que trouxemos à baila, inicialmente, os vieses que marcam a historicidade da profissão, desde quando havia o silenciamento maior do surdo, mas surge a figura do TILSP como “a voz” do surdo.

Na análise, não procuramos um sentido verdadeiro por uma “chave” de interpretação. Não há tal ferramenta, mas sim um conjunto de ações como: método, construção de um dispositivo teórico e analítico, com descrição e interpretação. Não há verdade oculta atrás do texto (Roure, 2002, p. 189).

Para compreendermos o funcionamento do discurso, isso é, para explicitarmos as regularidades ou as tensões nos documentos, é preciso fazer entender a relação com a exterioridade. Desse modo, é importante compreendermos a sua historicidade, pois o repetível, a nível do discurso, é histórico e não formal (Orlandi, 1996, p. 28-29); ao passo que é preciso passar pela historicidade para produzirmos o olhar voltado para a memória. Por isso, nos capítulos anteriores, trouxemos rastros da memória sobre a profissão do TILS.

Ao tratar das relações com a exterioridade, no processo interpretativo, fizemos o percurso de trazer lastros da profissão, sua historicidade e sua relação com a formação da identidade profissional que trouxemos, no texto dissertativo, nas partes antecedentes à análise.

Diante da questão que trata da identidade do TILSP, suas regularidades e tensões, trouxemos elementos que, como condições de produção do discurso sobre a profissão, entendemos como norteadoras de uma construção da identidade

profissional do TILS, que é marcada pelo efeito de sentidos que se dão entre o voluntário “ajudador” e o estudo resultante de uma trajetória sistematizada na graduação, ou pós-graduação, pois o profissional se apropriará dos conteúdos específicos, da regulamentação profissional, seguirá um código de ética, assim como se apropriará da tarefa profissional em seu exercício (Araújo, 2013). Portanto, torna-se necessário discutir a influência da tradição, ou seja, dos sentimentos de ação voluntariada e de caridade que poderão povoar, em alguns momentos, esses documentos.

Os documentos analisados foram:[16]

- Editais de contratação de TILSP’s pela SEE/MG dos anos, 2014, 2016; SEE/MG- Resolução Nº 2.680/2014, Resolução Nº 3.118/2016;
- Currículo 20202 dos Cursos Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC) de Licenciatura e Bacharelado;
- Legislações vigentes: Lei nº 10.436/2002, Decreto n.º 5.626/2005, Portaria Normativa MEC 20/2010, Lei n.º 12.319/2010, Lei nº 13.146/2015.

Ainda que existam muitas outras possibilidades de análises de outros documentos, legislação, códigos de ética, optou por analisar somente estes para o momento, refletindo a seguintes questões, antes do ano de 2014 não era exigido curso específico para o cargo de Tradutor interprete de língua de sinais, a partir deste ano passa ser exigido, porém uma formação diferente do que se espera para o perfil profissional do cargo, só no ano de 2016 que aparece pela primeira vez a

[16] Documentos complementares:
LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**.-Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências ,**DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.-** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000- CAP IV- Art 14 e CAP V- Arts 17º e 18º, **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010**.-Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS,**MENSAGEM Nº 532, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010** – Referente aos artigos **Arts. 3º e 8º** – da Lei nº 12.319/2010, **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). -CAP IV, Art 28 - § 2º, **Editais para designação para provimentos de cargos**: -SEE/MG- Resolução Nº 2.680/2014, SEE/MG- Resolução Nº 3.118/2016 e **Matriz curricular UFSC- Bacharelado e Licenciatura (UFSC).**

exigência de formação especifica corroborando com o perfil do cargo. Com relações as legislações as apresentadas são a base até o momento do inicio de nossa pesquisa.

5.1 Análises: notas sobre a legislação

Em nossa aposta, centrada nos estudos discursivos dos dizeres que atravessam a profissionalização do TILSP e as tensões que marcam essa identidade profissional, não deixamos de mencionar os elementos que traçaram as condições de produção dos discursos da referida profissão, por isso o nosso destaque à historicidade, aos estudos discursivos e sobre identidade, na primeira metade do presente texto.

Evocamos esse traçado do percurso histórico de visibilidade do TILS no mundo e, em seguida no Brasil, com recorte para o contexto da legislação brasileira, atrelado ao reconhecimento da Libras. Com um início empírico, duas questões serviram como “pano de fundo” para o desenrolar desta análise. Assim, questionamos, mais uma vez: Quais traços discursivos são trazidos para essa construção identitária do profissional TILSP, como se dá a construção da identidade social e profissional do Tradutor Intérprete de língua de sinais /Português (TILSP), a partir da significação e (re)significação de sua profissão em documentos?

Ainda, à posteriori, como se dá a legitimação/validação do profissional, não só pelo laborativo voluntário do “ajudador do surdo”, mas, também, por sua formação acadêmica?

Mantemos o foco no Brasil e no TILSP, compreendendo que a maior conquista da comunidade surda foi o reconhecimento da língua como forma de comunicação em 2002, através da Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.

Desse modo, tratando das condições de produção dos discursos sobre a profissão, em pouco mais de 20 anos, após o reconhecimento da Libras como língua, os TILSP’s passaram a ser vistos e reconhecidos como profissionais. A referida Legislação não disserta sobre o profissional especificamente, mas ao discutir a Libras, possibilita problematizar o TILSP, uma vez que a Língua de Sinais é seu instrumento de trabalho.

Mais tarde, pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Libras é

regulamentada para difusão e acesso das pessoas surdas à Educação, não somente a educação, mas, na saúde também. Aliás, o decreto não fala sobre a educação, ele fala mais da formação dos profissionais que irão trabalhar com a Libras

. O documento, além de garantir o direito à acessibilidade da pessoa surda, garante o acesso das pessoas surdas ao profissional tradutor, direito, conforme o "Capitulo IV — do uso e difusão da LIBRAS e da língua portuguesa para acesso das pessoas surdas".

Como podemos ver a seguir:

> CAPÍTULO IV
>
> DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO
>
> Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.
>
> § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput,** as instituições federais de ensino devem:
>
> I - promover cursos de formação de professores para:
>
> a) o ensino e uso da Libras;
>
> **b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e**
>
> c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
>
> II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
>
> III - prover as escolas com:
>
> a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
>
> **b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa**;
>
> c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
>
> d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; (Decreto n. º5.626/05)

Como discurso fundador não enunciado, mas subentendido (Orlandi, 2001) consideramos que houve sim, conforme a documentação analisada, um discurso fundador que sustenta e sistematiza a atuação profissional do TILSP e que, nesse caso, enuncia o acesso do surdo ao profissional. O discurso ainda indica o que é operacional e, nele, permanecem os requisitos ou algo para garantir os direitos do surdo, ancorados na/pela documentação. Por isso, vemos as alíneas a, b e c enunciadas na discussão acerca da legitimação/reconhecimento da profissão do TILSP como necessárias para a formação do surdo.

A análise, desse modo, se debruça e segue as demais legislações brasileiras relacionadas ao surdo e TILSP, editais de contratação desses profissionais, na rede de ensino do Estado de Minas Gerais (como veremos), e no currículo de graduação específico para o TILSP. Percebe-se um discurso documental que, oficialmente, inaugura o olhar à efetivação de cuidados para com o surdo. Nos demais tópico s a seguir, temos o intuito de verificar onde, e se há, um possível silenciamento e/ou esquecimento, que, nesta pesquisa, serão entendidos como não validação ou não legitimação do profissional com formação específica.

5.1.1 Discursos nos/ dos regramentos

Metodologicamente, escolhemos tomar o recorte temporal estabelecido entre os anos 2000 – 2015, voltando o nosso olhar para o texto, não com intuito jurídico, porém trazendo os discursos sobre e para a profissão, “nas letras das leis”, investigando de qual forma o TILSP é retratado por elas.

Para tanto, traçamos uma linha temporal com as legislações relevantes para o TILSP até o momento, sendo elas:

QUADRO 4 - Regramentos inaugurais para a acessibilidade e para a implementação da profissão

Leis, Decreto e Normativas	Condições de produção desses regramentos
Lei n.º 10.098/2000 **<u>Lei da acessibilidade</u>**	Assegura e estabelece normas e critérios, é a Lei que viabiliza que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas ou sensoriais, possam acessar espaços públicos, edificações, transportes e serviços.
Lei nº 10.436/2002	É um marco legal, pois reconhece a Libras como língua de instrução da pessoa surda sendo ela fundamental para a promoção da inclusão e dos direitos das pessoas surdas no Brasil, garantindo acesso à educação e à comunicação em sua língua natural.
Decreto **n.º 5.626/2005**	Mencionada na seção anterior, esse decreto é essencialmente aquele que regulamenta a Lei de Libras (Lei 10.436/2002) e visa garantir principalmente os direitos das pessoas surdas à educação e à inclusão social e aqui começamos a falar acerca da formação do TILSP

Portaria Normativa MEC 20/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais — Libras e aponta a necessidade da Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa — Prolibras.
Lei n.º 12.319/2010 que passou por nova redação em 2023 passando ser Lei nº 14.704/2023	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Em sua nova redação enquanto a Lei nº 12.319/2010 estabeleceu as bases para a profissão do TILSP, a Lei nº 14.704/2023 aprofunda esses fundamentos, aumentando as exigências de qualificação e proteção ao profissional, além de incluir o guia-intérprete como um papel regulamentado.
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária, reforçando o compromisso do Estado em assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas condições, possam participar plenamente da vida social, econômica e cultural do país.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A Lei n.º 10.098/2000 (local em que, pela primeira vez, o Intérprete de libras é mencionado de forma bem sucinta) afirma a importância do profissional no contexto da inclusão, embora a lei não enfoque especificamente no TILSP, ela reconhece que a comunicação acessível é um aspecto fundamental da acessibilidade, especulando que deva haver a inclusão da formação de profissionais, como intérpretes de Libras, para poderem atuar de maneira eficaz na mediação da comunicação.

Por sua vez, o Decreto n.º 5.626/2005 menciona o TILSP, definindo que esses profissionais desempenham um papel fundamental na mediação da comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, promovendo a acessibilidade. O documento ainda destaca a importância da formação e qualificação dos intérpretes de Libras, que devem possuir conhecimentos específicos sobre a língua e a cultura surda.

Na Lei nº 13.146/2015, o TILSP, é reconhecido como um recurso essencial para facilitar a comunicação e garantir que pessoas surdas tenham acesso a informações em diversos contextos, como: educação, saúde e serviços públicos.

Também, destaca a importância da formação e qualificação dos intérpretes, reconhecendo seu papel fundamental na mediação da comunicação. Dessa forma, a legislação tem em vista eliminar barreiras e promover a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

O quadro 5 resume as recentes condições de produção dos discursos sobre os surdos e traz à discussão da presença (ou não) da menção ao TILSP. Além disso, traz os, ainda recentes, regramentos implementados sobre acessibilidade à sistematização e à necessidade do TILSP, que alcança força para lutar pelo que toda comunidade surda almejava: a não invisibilidade. Com isso, nos anos 2000, implementou-se a lei de acessibilidade, que trata a eliminação das barreiras na acessibilidade e assegura o direito à comunicação.

Chamamos atenção para o sistema de regramentos que permitiu a implementação da profissão do TILSP, o que possibilitou a interação do surdo com a sociedade e, consequentemente, estabeleceu a base do discurso da profissão, instaurando o tratamento sistematizado para a identidade do TILSP, ancorando o tratamento mais formal da acessibilidade e estabelecendo, consequentemente, as bases para a identidade do TILSP.

Destacamos, por fim, que não basta mais a condição do “ajudador de surdos”, o “voluntário”, mas, sim, que há a necessidade, nesse lastro de quinze anos de documentação que levantamos, de estabelecer elementos que descrevem características de implementação e acesso, efetivando as marcas de um discurso inaugural para a profissão.

Para nossa surpresa, no decorrer desta pesquisa, como visto nos capítulos introdutórios, essa Lei[17] passa por uma nova redação em que, antes o veto que mais trazia questionamentos, é reelaborado e traz melhorias no que diz respeito ao requisito para o exercício da profissão, contemplando, conforme o artigo 3º, habilitação e curso superior na área.

> Art. 3º É autorizado o exercício da profissão por aqueles que tenham sido habilitados até a entrada em vigor desta Lei nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, Lei 14.704/2023).

[17] No que refere aos anos de 2010, a Lei nº 12.319 (Regulamenta a profissão TILSP) passou por uma nova redação, no ano de 2023, se tornado a Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023 que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Vale lembrar que houve um prazo de dez anos para que todos os TILSP's obtivessem certificação de proficiência, como mostrado no Decreto 5626/2005, que não foi negado na Lei nº 12.319/2010

Além disso, vemos no:

> Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:
> I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
> II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;
> III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa. (BRASIL, Lei 14.704/2023).

Dessa vez, temos o reconhecimento de uma formação específica para a categoria.

Por fim, no parágrafo único do artigo 4º:

> Parágrafo único. Será permitida, pelo período de 6 (seis) anos a partir da publicação desta Lei, a realização das atividades de que trata o art. 6º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, por profissionais com as formações previstas na redação original do art. 4º da referida Lei, adquiridas após a publicação desta Lei. (BRASIL, Lei 14.704/2023).

Assim, o que antes caracterizava um tempo apenas para a obtenção da proficiência (com o fim do prazo), agora, estabelece um novo período para cumprir o que está determinado no artigo 4º e em seus incisos.

Treze anos separam um regulamento do outro[18], se pensarmos que, antes deste período, já surgiram cursos superiores na área da tradução e interpretação e o quantitativo de pessoas graduadas já atingira uma cota expressiva.

O Quadro 04, elaborado acima, aponta os pormenores desses regramentos que impactam discursivamente a vida dos surdos e a dos tradutores intérpretes, indicando aspectos de uma memória discursiva que referenda os discursos que se tornam legítimos diante da acessibilidade, ou seja, que são instaurados e reconhecidos, enquanto ocupantes do espaço de regramento. Destaca-se, primeiramente, o acesso para o surdo para, depois, tomar as medidas necessárias, indicando discursivamente

[18] Acrescido da nota 13 - 2015 -Lei Nº 13.146 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

as referências para a profissão do TILSP, como se vê na Lei n.º 12.319/2010. Chamam atenção também os artigos que seguem, da Lei n.º 10.098/00:

> CAPÍTULO VII
> DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO
>
> Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
> Art. 18. **O Poder Público implementará a formação de profissionais** intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Regulamento (Lei n.º 10.098/00).

Como visto, abre-se uma porta por meio da qual é assegurado o direto de os tradutores transitarem entre os lugares, uma vez que, no artigo 17, pressupõe-se o tradutor como “alternativa técnica” para o surdo, no processo de “eliminação de barreiras”. Já no Art.18, o poder público, com posição ativa de sujeito da oração, afirma que “implementará a formação” de profissionais para atender ao público usuário do serviço. Se por um lado, o TILSP não é mencionado diretamente, por outro, inaugura-se um discurso de inserção dos sujeitos nos espaços públicos por meio da formação e de circulação dos profissionais para atenderem essa demanda.

Primeiramente, vemos que a Libras é oficializada como língua, através da Lei n.º 10.436/02; desse modo, cronologicamente, percebemos que há certa inversão de interesses, pois a lei do ano de 2000 garante que haverá acessibilidade e, só depois, em 2002, com a lei n. º10.436, há o reconhecimento da Libras como instrumento de interação com e para o sujeito surdo.

Em segundo lugar, já em 2005, o ponto alto foi a regulamentação da Lei nº 10.436/02, com ênfase para os artigos 17 – 18 do Decreto nº 5.626/05, que vão ao encontro do já-dito, recuperando a memória discursiva, no discurso oficial da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Esse, por sua vez, assegura a difusão da Libras nos espaços públicos e inicia a discussão do perfil profissional do TILSP, traçando alguns aspectos discursivos que nos interessam para a identidade da profissão, sendo atribuída como profissionais, tomados em seu saber técnico, indiretamente, para garantir o acesso e o espaço do surdo e dos TILSP.

A partir daqui, desencadeia-se a discussão respaldada pelo referido decreto sobre a caracterização identitária, reafirmando qual tipo de formação e competências do profissional TILSP, como veremos, logo abaixo. O Capítulo V, traz, também, a reafirmação de garantia para o surdo e a profissão do TILSP. Destaca-se o delineamento identitário do profissional que, sistematicamente, é: formado por cursos profissionais e de extensão universitária, com proficiência e fluência nas duas línguas.

> CAPÍTULO V
> DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA
>
> Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras — Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de **curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras — Língua Portuguesa.**
>
> Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
>
> I - cursos de educação profissional;
>
> II - cursos de extensão universitária; e
>
> III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.
>
> Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.
>
> Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:
>
> I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
>
> II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;
>
> III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos. (Decreto 5626/2005. grifos nosso).

Esse decreto traz, de forma clara e detalhada, o perfil de formação para o TILSP. Vale dizer que, até o momento de publicação desse decreto, não havia cursos superiores na área, sendo criados apenas anos mais tarde, tendo o curso de Letras Libras Bacharel, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como o pioneiro no Brasil. Nessa área, atualmente, há outras Instituições

de Ensino Superior (IES) que, hoje, ofertam cursos de formação superior na área de tradução.

Orlandi (2020) aponta os efeitos de sentidos que são resultados de relações; ou seja, um discurso é capaz de apontar outros que o sustentam. É o interdiscurso que se projeta, por propósitos e valores que se relacionam nos regramentos que elencamos, ainda que as práticas, por vezes, estejam instauradas de maneira meio desorganizada. O interdiscurso reflete, portanto, dizeres sobre a profissão, como: ter a formação sistematizada, ainda que se observem elementos que apontam para falhas que, talvez, indiquem o universo dos ouvintes interferindo no universo dos surdos, ainda que seja para tratar da instauração de um discurso oficial de acessibilidade aos surdos.

As leis, enquanto dispositivos discursivos e normativos, funcionam não apenas como reguladoras de condutas, mas também como produtoras de subjetividades, moldando a forma como os sujeitos se percebem e são percebidos no tecido social. No caso da profissão do (TILSP), as leis — como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 12.319/2010 — atuam como mecanismos que interpelam os sujeitos, conforme discutido por Althusser (1980), ao reconhecerem e legitimarem uma identidade profissional específica.

No âmbito do discurso de poder que o regramento exerce sobre o sujeito, é possível perceber não apenas o silenciamento, mas também um apagamento do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais-Português (TILSP) no que deveria ser o marco de reconhecimento de sua luta junto à comunidade surda que é a Lei Nº 10.436/2002. Como afirma Orlandi (2011), "o silêncio não fala, mas significa", evidenciando que a ausência do TILSP nos textos normativos não é mera omissão, mas uma forma de significação que reforça a marginalização desse profissional.

Há um apagamento discursivo, que longe de ser neutro, reflete as relações de poder que operam na construção dos sentidos sobre a profissão, relegando o TILSP a um lugar de invisibilidade mesmo em documentos que deveriam legitimá-lo. Assim, a não menção ao TILSP nesses regramentos não é um acaso, mas um gesto político que revela como os discursos oficiais podem, ao mesmo tempo, incluir e excluir, reconhecer e apagar, conforme as dinâmicas de poder que os sustentam.

5.2 Do “Ajudador de surdo”, do “tradutor” e da Uberização da Economia: os profissionais TILS e TILSP

Quanto mais sistematizada e fomentada pela profissionalização formal, melhor. O discurso oficial de formação é apoiado pela comunidade discursiva. Percebe-se que, cada vez mais, o profissional independente, hiper especializado é apoiado em discursos (Biavati, 2001) que favorecem essa formação. Desse modo, observemos as práticas das instituições que criam cursos, em seus quadros de formação, a graduação em Tradução e interpretação de língua de Sinais.

Vemos em Rodrigues (2018) a identidade do profissional que alcança sistematização por meio da formação profissional, capacitada, se delineando em várias instituições de Ensino Superior (IES), que ofertam o Bacharelado em tradução, sendo elas:

IMAGEM 3 — Oferta do curso-Bacharelado em Tradução

INSTITUIÇÃO	CURSO
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	**Letras Libras: Bacharelado*** **(Joinville/SC; Santa Rosa/RS; São Luís/MA; Ribeirão das Neves/MG; Manaus/AM; Fortaleza/CE).** MODALIDADE: Educação a Distância INÍCIO: 28/06/2008 VAGAS ANUAIS: 450 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 2.850 horas **Letras Libras: Bacharelado** **Campus Reitor David Ferreira Lima, Florianópolis/ SC.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 03/08/2009 VAGAS ANUAIS: 20 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres** CARGA HORÁRIA: 3.330 horas**
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	**Letras Libras: Bacharelado** **Campus Cidade Universitária, Rio de Janeiro/ RJ.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 30/10/2013 VAGAS ANUAIS: 30 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 2.920 horas**
Universidade Federal de Goiás (UFG)	**Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português: Bacharelado** **Campus Samambaia, Goiânia/ GO.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 06/03/2014 VAGAS ANUAIS: 30 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 3.200 horas**
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	**Letras Libras: Bacharelado em Tradução e Interpretação** **Campus de Goiabeiras, Vitória/ ES.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 01/04/2014 VAGAS ANUAIS: 20 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 2.840 horas**
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	**Graduação em Letras/Libras: Bacharelado** **Campus Paricarana, Boa Vista/ RR.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 18/08/2014 VAGAS ANUAIS: 30 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 2.580 horas
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	**Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa** **Campus de São Carlos, São Carlos/ SP.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 01/09/2014 VAGAS ANUAIS: 30 INTEGRALIZAÇÃO: 08 semestres CARGA HORÁRIA: 2.940 horas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Bacharelado em Letras: Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)** – ***linha de formação/ habilitação do Bacharelado em Letras*** **Campus do Vale, Porto Alegre/ RS.** MODALIDADE: Presencial INÍCIO: 12/08/2015 VAGAS ANUAIS: 117 (específicas para a habilitação: 30)*** INTEGRALIZAÇÃO: 09 semestres** CARGA HORÁRIA: 3.285 horas**

Fonte: Rodrigues (2018, p.200–201)

Observando as características dos cursos oferecidos, há de se pensar que o discurso da formação profissional prevalece sistematizado e legitimado em sete universidades federais brasileiras. Nesse propósito, cada uma apresenta em torno de 20 a 450 vagas anuais. Há, portanto, a preocupação em profissionalizar sujeitos que desejam ingressar na profissão.

No entanto, chamamos a atenção para as tensões desse discurso que legitima a formação e pertence a uma memória discursiva voltada para a inclusão pois, mesmo havendo IES ofertando cursos para formação em nível superior, na lei n.º 12.319/10, que regulamenta a profissão do TILSP, há um retrocesso ou uma contraposição a isso. No artigo 3º*,* dessa lei*,* é vetada a exigência de ensino superior para o profissional, o que, nesse ponto, demonstra certo silenciamento discursivo que causa o abafamento ao incentivo da profissionalização do TILSP em graduação. Talvez, isso se explique pelo fato de que a única graduação oferecida em Letras/LIBRAS, antes de 2010, tenha sido a da UFSC, conforme se vê nos dados de Rodrigues (2018), no quadro acima. A esse respeito, primeiramente, apresentamos os artigos da lei e, em seguida, o veto:

> Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.
> Art. 3º (VETADO)
> Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
> I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
> II - cursos de extensão universitária; e
> III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Quanto aos artigos vetados, lê-se: MENSAGEM Nº 532, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.

> **Arts. 3º e 8º**
> "Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.
> Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa:
> I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;
> II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei."
> "Art. 8º Norma específica estabelecerá a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais que cuidarão da aplicação da regulamentação da profissão, em especial da fiscalização do exercício profissional."
> Razões dos vetos
> "O projeto dispõe sobre o exercício da profissão do tradutor e intérprete de libras, considerando as necessidades da comunidade surda e os possíveis danos decorrentes da falta de regulamentação. Não obstante, ao

> impor a habilitação em curso superior específico e a criação de conselhos profissionais, os dispositivos impedem o exercício da atividade por profissionais de outras áreas, devidamente formados nos termos do art. 4º da proposta, violando o art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal."

Abre-se, no artigo 8º, certa imprecisão, ao se enfatizar "considerando as necessidades da comunidade surda", ainda que se destaquem os "danos decorrentes da falta de regulamentação". Paralelamente à formação em ensino universitário, há uma discussão sobre a importância de um curso de formação do TILSP básico, intermediário e avançado de Libras a serem oferecidos, que somariam a capacitação de 120h para o sujeito ingressante no curso. As tensões entre formação/não formação podem ser explicadas, inclusive, pela discussão sobre o que seria estar apto.

A competência mínima para o alunado constituiria em ser, minimamente, fluente em Libras e, dessa forma, poder transitar na comunidade surda, para atuar como um profissional. Chamamos a atenção para o fato de que são necessárias não só as competências linguísticas, mas também a tradutória, a convivência com surdos, o uso do arcabouço lexicográfico etc. Será que a formação de 120h proporciona que a identidade profissional se constitua adequadamente?

Essas competências ressaltam a importância do discurso sobre a profissão/ formação que exalta a convivência e a interação com o surdo e com a comunidade surda. Portanto, parece haver uma tensão que culmina com a nossa hipótese de que há um hibridismo entre o formal e o informal na profissão, presentes na identidade desse profissional pesquisado e na memória sobre essa profissão: não basta o domínio dos sinais e a fluência no uso do alfabeto de Libras para ser profissional TILSP, um argumento que continua vigente.

Há, assim, por vezes, o ofuscamento da necessidade da formação em graduação, mas há, ao mesmo tempo, a necessidade do domínio das competências. Essa compreensão nos leva a questionar: até que ponto o TILSP, com formação em nível médio, garante o domínio de tais competências, ao passo que ele pode adquiri-las também no convívio com os surdos? Essa pergunta remonta a uma memória discursiva que destaca a intercompreensão necessária à acessibilidade do surdo.

Em sua apresentação, em relação ao veto, através da Mensagem nº 532 de setembro de 2000, a Subchefia para Assuntos Jurídicos, afirmou:

> Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por **inconstitucionalidade** e **contrariedade ao interesse público**, o Projeto de Lei nº 325, de 2009 (nº 4.673/04 na Câmara dos Deputados), que "Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS". (grifo nosso).

Chamamos atenção para a dissonância entre o discurso da sistematização da profissão e o discurso do Decreto 5626/2005, que considera a implantação da Libras e o não apoio à implantação da profissão de Libras em 10.436/2002, uma vez que o, até então, projeto de lei 325, é visto enunciativamente com aspectos de "inconstitucionalidade e contrariedade do interesse público".

Tratando dessas formações nominais, "inconstitucionalidade" e "contrariedade", destacamos a importância desses convergentes "do interesse público", para que se construam os sentidos de que há, em destaque, importância de que o interesse público seja preservado.

Nesse ponto, os regramentos parecem caminhar entre a consideração não sistematizada do tradutor como o "ajudador" e o profissional com regras sistematizadas. Ao mesmo tempo, a partir de 2010, no período de pós-reconhecimento da Libras, aumentaram as ofertas de cursos do básico ao avançado, iniciando, assim, um mercado em expansão.

O mercado em expansão fomenta uma implicação para os profissionais TILSP: por vezes, a presença de profissionais para demandas específicas e o aparecimento do serviço, oferecido por palestras e atividades específicas, parece combinar com o serviço sob demanda, fazendo com que o tradutor passe a assumir características não empregatícias de trabalhador para trabalhador com vínculo, ocorrência presente na contemporaneidade (Santos, 2023). Tal fato combina com o que é denominado como uberização da economia que, de acordo com Santos (2023, p.89), "pode ser nomeado como 'uberização' que se trata de um neologismo que descreve a mercantilização total de uma atividade econômica baseada em serviços".

Na fluidez das práticas dessa identidade laboral, mostramos a caracterização entre trabalho formal sistematizado e o "quebra-galho" informal do profissional tradutor intérprete de Libras nos espaços que necessitam do TILSP. Seria, então, o trabalho do improviso? Temos, por um lado, como marca, o fomento e aceitação aos profissionais de habilitação em cursos específicos de nível médio,

fato que corrobora com a avaliação dada de “inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público” à formação do TILSP.

Por outro lado, há a Portaria Normativa do Ministério da Educação e Cultura 20/2010 que possibilita a certificação de todos os que teriam proficiência na língua e, em caráter providencial, oferta o exame de Proficiência em Libras (Prolibras).

Santos (2023) caracteriza o Prolibras como uma forma de entrada do profissional TILSP no mercado de trabalho:

> O Exame ProLibras, criado pelo governo federal brasileiro por meio do Decreto nº 5.626/052, teve como motivação principal oferecer à comunidade de tradutores e intérpretes do Brasil um Exame nacional, visando certificar Tradutores/Intérpretes de Libras-Português (TILSP) para atuação em diversos contextos, sobretudo o educacional. A atuação do TILSP foi, durante 10 anos (2005-2015), pautada apenas na obtenção da certificação outorgada pelo Exame ProLibras […] (Santos, 2023, p 81)

Vale lembrar que o Prolibras, ao mesmo tempo em que garante uma porta de entrada para o TILSP no mercado de trabalho, fomentava, por vezes, a não formação sistematizada desse profissional, pois, mesmo com instituições de graduação formando alunos com titulação conferida a Bacharéis em Tradução e Letras-Libras, ainda assim, por anos, o que validava o profissional TILSP era a certificação de proficiência do Prolibras.

Tínhamos, então, essa única ferramenta que cunhava o conhecimento empírico dos TILSP’s que atuavam antes dos anos 2000 até 2015, como podemos constatar no Capítulo V, do Decreto 5626/2005:

> Art. 18. Nos **próximos dez anos**, a partir da publicação deste Decreto, **a formação de tradutor e intérprete de Libras** - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
> I - cursos de educação profissional;
> II - cursos de extensão universitária; e
> III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.
> [...]
> Art. 19. Nos **próximos dez anos**, a partir da publicação deste Decreto, **caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras** - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:
> I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e **com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação,** para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;
> II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e **com aprovação em exame de proficiência,**

> **promovido pelo Ministério da Educação**, para atuação no ensino fundamental;
> [...]
> Art. 20. Nos próximos **dez anos,** a partir da publicação deste Decreto, o **Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa**. (BRASIL-decreto 5626/2005 grifos nosso)

Assim, vemos que, num período de dez anos, o que validava o conhecimento do TILSP era a certificação de Proficiência e, com isso, a autonomia para atuar em vários espaços.

> Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL- decreto 5626/2005)

Importante dizer que, anos mais tarde, este artigo foi revogado pela Lei nº 14.704, de 2023 em seu artigo 4º, como podemos ver abaixo:

Parte que foi revogada da Lei 12.319/2010:

> ~~Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.~~ (Revogado pela Lei nº 14.704, de 2023) (Lei 12.319/2010. Art 5º)

Texto que passa a vigorar a partir da lei 14.704/2023:

> Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:
> I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
> II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;
> III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa. (BRASIL, Lei 14.704/2023).

Nos anos 2021-2024, que essa pesquisa está acontecendo, o Prolibras já não está mais em vigor.

Nesse ponto, vale a empreitada do governo de criar um mecanicismo que avalie, identifique e certifique os TILSPs que não têm nenhum documento que os respaldassem para atuar como tais profissionais e, assim, remediar a situação da

falta de profissionais certificados. São ressonâncias que repercutem no perfil multitarefas da profissão, apontando, por um lado, a preocupação com o surdo, mas, por outro lado, o risco de trazer uma formação massiva e pouco eficiente para, de fato, trazer a acessibilidade ao surdo, como apresentado por Vilaça *et al*. (2018):

> Neste contexto, observa-se um paradoxo: por um lado, ao se exigir a formação em nível superior como pré-requisito, corre-se o risco de não se encontrar profissionais suficientes no mercado de trabalho e muitos surdos ficarem sem o direito ao acesso linguístico, já que não há oferta formativa suficiente no país; por outro lado, ao exigir apenas formação básica em nível médio e aprovação em um exame de proficiência em Libras (mas que não mede o grau de competência para atuar como intérprete de Libras-português em contextos diversos), corre-se o risco de profissionais não capacitados assumirem cargos de alto grau de complexidade, causando prejuízo aos surdos.(Vilaça *et al*., 2018, p.301)

A Lei nº 13.146/2015, legislação mais nova intitulada “Estatuto da pessoa com deficiência”, no Capítulo IV, inciso 2º, trata da formação do TILS, sem nenhuma novidade.

> I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)
> II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência) (Brasil 2015)

Como podemos constatar no discurso oficial, há a compreensão da necessidade de formação específica em tradução e interpretação, a fim de validar a importância de se dominar as competências tradutórias e linguísticas; porém, restringe apenas para os TILSP atuantes no nível superior, levantando um questionamento sobre a identidade “desejável”: uma identidade dos profissionais tradutores de línguas de sinais atuantes no ensino básico não precisaria também ser de nível superior devido à complexidade da função?

Vilaça *et al.* (2018) também apresentam um questionamento preocupante, voltado para as competências no atendimento da comunidade surda.

> Assim, considera- se que a Lei 13.146 permite que escolas de educação básica contratem TILSP que podem não apresentar a competência necessária, causando prejuízo aos surdos em idade escolar. Não se pode

> ignorar a complexidade da sala de aula de educação básica e, por isso, a formação mínima exigida nessa Lei pode não garantir que o TILSP contratado para a função tenha as competências necessárias para desenvolvê-la. (Vilaça et al. 2018, p. 302).

Santos (2023) corrobora com a discussão, demonstrando semelhante preocupação: “tantos TILSP sendo contratados sem a formação estipulada em legislação é a enorme contradição”, pois o ideal seria que todos os níveis de educação recebessem TILSP’s com formação específica.

Na fluidez entre formação sistematizada e não sistematizada, ao pensarmos que o TILSP está sujeito à legislação, refletimos sobre o sujeito assujeitado à máquina discursiva. Nesse caso, entendemos haver certa sujeição ao sistema, na qual as condições de produção favorecem, atualmente, a formação do graduado.

Em outras palavras, as CPD’S[19] indicam o destaque aos graduados, ainda que se considerem as formações em cursos de 120h. Salientamos, portanto, que o ideal seja a formação específica em graduação, conforme a Lei, porém é permitido o mínimo em relação ao ensino médio. De qualquer modo, para além da formação, destacamos a necessidade de o TILSP formar-se conforme as competências apregoadas como sendo importantes para a formação. De qualquer modo, há um deslizamento de sentidos sobre o que se espera do profissional (tensão entre o que se espera e o que, de fato, chega para o surdo) e o que a legislação impõe.

Entendemos que os deslizamentos de sentidos caminham entre o que se espera e o que se faz. No que diz respeito aos discursos sobre o TILSP, de um lado a necessidade da tradução e de profissionais que a façam, não importa o “como”; de outro, a preocupação com a formação de profissionais sustentada por legislação, aspecto não suficiente, dada a ressonância do TILSP como o “ajudador”, não importa como esse tradutor chegará para traduzir e inserir os surdos nas atividades sociais. Aprofundamos um pouco mais a respeito, a seguir.

5.3 Identidade Profissional legitimada pela formação

[19] CPD — Condições de produção do discurso, conforme Pêcheux (1997, p.74), nos apontam que as CPD’S são: “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”.

Traçando um preâmbulo a respeito da legitimação do TILSP pela formação, percebemos o hibridismo entre o “ajudador”, “tradutor quebra-galho” e o “profissional”, “formado e capacitado”, que carrega traços identitários do serviço, mesclados à atividade voluntária, que contrasta com a identidade do TILSP profissional, capacitada em graduação. Como já investigamos os traços da identidade contemporânea, vimos como podem se misturar, sendo que uma não exclui a outra.

Sobre essa fluidez, algo nos chama atenção: existem aqueles que se tornaram TILSP com o intuito de serem profissionais e, com isso, traduzem para receber pelos serviços prestados e há, também, outros que foram convidados a desenvolver o papel de tradutores e intérpretes porque sabiam língua de sinais.

Santos, C. (2005) afirma que

> A identidade assume-se, assim, não como uma coisa, mas como um processo onde o reconhecimento, a valorização, a confirmação ou desconfirmação dos outros nos impele a uma negociação interna (subjetiva) ou externa (objectiva) nas configurações identitárias que assumimos. (p. 127)

Há uma regularização que impacta as relações entre identidade social e profissional, se pensarmos que o conceito de profissão é multifacetado e que interfere na formação da identidade profissional, se tomarmos essa condição como uma construção social e interacional.

Para tratar dessa dualidade no movimento de identidade, chamamos atenção para os traços da identidade individual, que convergem valores e ações voltados para si (Santos, 2011). Tratamos, também, do que Santos (2011) nomeia como identidade coletiva, reconhecida como “identidade para si e para os outros”, pela alteridade, que se volta para os valores e ações concernentes à coletividade.

Reflitamos:

> Esta aparente dualidade é inseparável, uma vez que a identidade pessoal tem de ser reconhecida e confirmada pelos outros. Por outro lado, este processo não é estável, nem linear. Pelo contrário, apresenta-se complexo e dinâmico, na medida em que, em primeiro lugar, cada um de nós pode recusar esta identificação e definir-se de outra forma, e, em segundo lugar, sendo um processo construído socialmente, muda de acordo com as mutações sociais a que os grupos de referência e de pertença a que estamos ligados (constituindo-se como elementos marcantes no processo de negociação identitária) vão alterando as nossas expectativas e conjunto de valores que nos influenciam, propondo novas configurações identitárias. (Santos C., 2011, p.9)

Repercutindo a ideia de que a identidade do TILSP se dá por investidas dos hibridismos e das tensões, entre o exercício formal e informal, percebemos que os traços da profissão, que prevalecem na academia, se dão pelo valor à sistematização e documentação sobre essa formação. No entanto, prevalece nos espaços sociais (como igrejas e eventos, por exemplo) o apelo ao voluntário, ao ajudador. Portanto, justifica-se, pelo sistema econômico atual, o desenvolvimento da profissão voltado para a legitimação, uma vez que as profissões tendem à especialização.

Se o reconhecimento não basta por si só e precisa ser legitimado/validado, como se dará tal questão? Vimos que, em um mundo globalizado, onde a formação em graduação é valorizada para as atividades sociais de caráter especializado, quem não a tem precisa acumular os certificados que se apresentam em formato de papéis, mas não significam real capacidade para traduzir e realmente trazer acessibilidade aos surdos nos espaços.

Portanto, a prática e a capacitação tornaram-se as formas de atestar a competência de quem carrega tais documentos, obedece aos regramentos e adquire a legitimidade dada, a partir da normatização da profissão. Nesse ínterim, é necessário deixar certo questionamento a ser respondido: Quem não tem o papel não pode ser visto ou reconhecido? Sendo assim, tudo vivido (antes da profissionalização), antes do marco legal, Lei n.º 10.098/2000, Decreto n.º 5.626/2005 e Lei n.º 12.319/2010, está anulado? Decerto, não há resposta definitiva para a questão.

Entendemos que, com o avanço da política pública da inclusão, fortaleceu-se a visibilidade da pessoa surda, e isso corroborou as conquistas atuais e futuras de toda comunidade, portanto, há que se considerar que o discurso sobre inclusão e acessibilidade inaugurou o acontecimento dos regramentos, ainda que existam tensões que impactam nesses regramentos da profissão.

5.4 Os Editais de contratação

Trabalhando com os editais de contratação do TILSP, percebemos duas historicidades bem marcadas, que tomamos como contextos para a produção discursiva: i) origem e ii) condições de produção da pós-transição (o marco

legal). Desse modo, poderemos analisar, em um recorte, alguns editais para contratação de TILSP, com atuação na Educação Básica.

Com um olhar político sobre essa legitimação/validação, são chancelados, através dos regramentos, decreto 5626/2005 e da lei 12.319/ 2010, os discursos sobre como o sujeito profissional atuará, com traços de identidade que, acreditamos, ir além do que o documento dirá. A esse respeito, em Quadros (2014), vemos:

> Os cursos de licenciatura, destinados à formação de professores de língua de sinais e de bacharelado, que forma [...] tradutores e intérpretes de língua brasileira de sinais, visam suprir uma grande demanda de profissionais para atuar no ensino básico (Quadros, 2014, p.12.)

Atentamo-nos para o discurso da formação profissional como um traço importante para a identidade do TILSP, pois tal atravessamento discursivo acontece na Profissão do TILSP. Nessa direção, investigamos: ser TILSP é uma ocupação ou uma profissão? Para nós, o traço das palavras em movimento nos dá pistas sobre o que é um e outro, para além do dicionário, ainda que recorramos a ele. Até então, tratamos como profissão, mas a fluidez dessa identidade nos faz repensar esses dois termos que carregam uma significação, no mínimo, interessante.

Nossa indagação acerca do ofício do tradutor intérprete de língua de sinais/português que tentamos responder, a partir dos estudos discursivos e enunciativos se concentra em refletir sobre que significações atravessam a tarefa do TILSP, investigando: ser tradutor implica ter uma *Ocupação* ou uma *Profissão*?

Na busca dos sentidos, recorremos ao dicionário, às definições dos termos e, segundo o dicionário Houaiss, temos:

> ***Profissão-*** (...) atividade para qual um indivíduo se preparou e que exerce ou não (...)
> ***Ocupação-*** (...) ato de colocar(se) em (um cargo, emprego, função etc., que estava livre) preenchimento. (Houaiss, 2022, *online*).

Sabemos que, tanto os estudos enunciativos, quanto os discursivos tratam dos efeitos de interpretação. Mas consideramos o sentido circulante, recorrente, para observar os efeitos de sentido. É por meio, então, dessa significação dicionarizada que analisamos a presença e o reconhecimento do profissional (TILSP) na sociedade, com a tentativa de diferenciar o Profissional TILSP e o

TILSP que ocupa a função X, sabendo que uma expressão não anula a outra, porém a ordem enunciativa muda a produção de sentidos.

Pensando a partir do marco legal, concebemos a existência do sentimento de pertencimento e igualdade no grupo, no que se refere a ser profissional, porém não havia um reconhecimento político, nesse caso, a chancela legal foi deferida através da lei 12.319/2010, que regulamentou a profissão do TILSP e que, anos mais tarde, em 2023, teve uma nova redação, passando a ser Lei 14.704/2023.

Assim, como lei, trouxe atualizações importantes para a regulamentação do TILSP, no Brasil. Um dos principais pontos foi a inclusão do guia-intérprete, um profissional especializado em auxiliar pessoas surdo cegas, adaptando a comunicação, conforme as necessidades específicas dessa comunidade. Entre as mudanças, a lei estabelece que os tradutores e intérpretes de Libras e os guias-intérpretes devem ter formação técnica ou superior em Tradução e Interpretação em Libras.

Voltamos o nosso olhar para os estudos enunciativos visando explicar as razões enunciativas da articulação de um nome. Para tanto, fica clara a compreensão das referências históricas em atuação na relação com a pertinência enunciativa da unidade no enunciado (Dias, 2018). Nessa mesma forma de olhar, produzimos a primeira parte da presente dissertação, pois o referencial histórico e condições de produção dos discursos são noções que dialogam na concretização desse propósito.

Observando a materialidade linguística “ocupação” e “profissão”, citamos os estudos de Guimarães (2004) e Dias (2018), no tratamento necessário à formação das unidades nominais, pois ambos acreditam que há certa opacidade no funcionamento das relações linguísticas. De certo modo, isso implica em regularidades estruturais e significação construídas por meio de uma arquitetura advinda da materialidade. Logo, essas formas constituem-se por um presente do dizer que recorta rastros de memória, sendo postos em articulação. Nesse caso, a opacidade ofusca a produção de sentidos, nos dando pistas sobre o fator decisivo que diferencia, na prática, a ocupação da profissão: o TILSP ainda é chamado para “quebrar o galho na tradução”, seja por ocasião em que é pago, ou não.

As formas linguísticas *profissão* e *ocupação* nos convocam ao estudo enunciativo das articulações pois, segundo Dias (2018), vale lembrar o papel dos

estudos enunciativos. Dias (2018) confirma a necessidade de investigar as relações entre enunciação e formas linguísticas no estudo da nominalidade:

> O percurso investigativo apresentado em Enunciação e Relações Linguísticas tem o propósito de analisar as relações linguísticas a fim de verificar o papel da enunciação na configuração de suas unidades. Dessa forma, a nominalidade é estudada em três dimensões: articulações subnominais, intranominais e internominais, sendo as noções de domínio de mobilidade e de formação nominal categorias fundamentais para a determinação de uma proposta enunciativa sobre as formas em análise (Dias, 2018, p. 251).

Assim, segundo Guimarães (2002), a significação se instala entre o já significado, que o acionamento da língua evoca, e o que se mostra no presente da enunciação para significar. Dessa forma, percebe-se o funcionamento da temporalidade imprescindível para a determinação da produção de sentidos na constituição nominal.

O presente da enunciação, assim, tanto de ocupação quanto de profissão, é sempre significado por uma memória, pelo que se constitui em outros tempos e que significa uma forma de dizer sobre trabalho, sobre formação *versus* conhecimento prático e sobre interação com o surdo atualmente. Nessas condições, compreendemos que a fluidez da profissão se deve a uma memória, ainda recente, sobre a profissão institucionalizada, que impele os sujeitos aos resquícios dos discursos capacitistas que ainda envolvem a inclusão.

De acordo com Dias (2018), existe uma determinação materialista que atravessa a abordagem enunciativa dada ao funcionamento da articulação e é este deslocamento que contribui para uma reflexão diferenciada, em termos de descrição e de funcionamento, sobre as unidades nominais.

Também nos estudos enunciativos, Guimarães (2002) nos apresenta uma visão do político, que trabalha com a divisão do real, pois nos permite, citando Rancière (1995), diferenciar sentidos de branco e branco.

> O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (Guimarães, 2002, p.17)

Ou seja, o político, aqui, legitima a igualdade e o pertencimento do Profissional TILSP, mesmo que ele já esteja atuando como tal na história, há muito

tempo. Biavati (2020, p.761) aponta que “a ideia de político em nada toca na questão partidária, mas trabalha com a ideia de sujeitos que se organizam em seus lugares sociais”. As formações, nos dizeres, tendem a seguir a divisão do político. Além disso, a teoria da Semântica da Enunciação nos interessa no tratamento dos sentidos, por considerar que o político produz o real pela não neutralidade; isso significa que os discursos sobre as profissões são atravessados pelo referencial capitalista que demorou a considerar que a ocupação se convertesse em profissão, por estar alçada a valores e por determinadas ideologias que acompanham esse referencial do capital.

Se, por um lado, a sociedade ainda é interpelada pela ideologia de que a tarefa do TILSP se confunde com trabalho social, o discurso sobre a acessibilidade está sempre na corda bamba dos interesses capitalistas, que tendem a excluir (a favor do capital) e não incluir os sujeitos com as características dos surdos.

Nesse sentido, o político pode ser visto como um campo de lutas, em que diferentes sujeitos disputam o sentido das palavras e das ações. O sujeito, por sua vez, não é apenas um indivíduo empírico, mas uma posição assumida pelos falantes em relação ao discurso e às relações sociais, que podem, ainda, “evocar referenciais históricos de resistência e/ou de aceitação” (Biavati, Carvalho 2021, p.230), buscando influenciar o comportamento e as decisões dos outros.

Os sujeitos se constituem em identidade profissional, refletindo acerca do que se dá como essa “aceitação”, pensemos em uma validação/legitimação almejada pelo profissional TILSP e a (re)significação entre ocupação e profissão concebida nas mudanças e subjetividades, considerando os discursos que atravessam o político que produz o real capitalista, de cada vez mais especializar os sujeitos para as profissões.

A aceitação começa acontecer não só a partir do marco legal, mas quando a formação é reconhecida nas contratações do profissional. Vejamos, nos exemplos a seguir, os pré-requisitos de designação para investidura do cargo de Tradutor intérprete, no caso do Estado de Minas Gerais, na Educação Básica.

IMAGEM 4 — Critério para Classificação 01

2.1 – CARGO – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – AEE – Intérprete de Libras

REQUISITO INDISPENSÁVEL: ser ouvinte.

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO			
	Habilitação Escolaridade e Formação Especializada	**Comprovante**	**Símbolo de vencimento da designação**
1º	Licenciatura Plena em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS **ou** Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescida de Tecnólogo em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS **ou** Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescida de pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada de histórico escolar Certificado de pós-graduação	PEBD1A

Fonte: SEE/MG-Resolução Nº 2.680/2014

IMAGEM 5 — Critério para Classificação 02

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO		
	Formação Especializada	**Comprovante**
1º	➢ Bacharelado em Letras/Libras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais	➢ Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar
2º	➢ Tecnólogo em Comunicação Assistiva – Libras e Braille	➢ Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar
3º	➢ Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa (PROLIBRAS)	➢ Certificação de PROLIBRAS
4º	➢ Avaliação de Proficiência com resultado Apto para atuar como Intérprete de Libras, realizado pelo CAS/MG	➢ Comprovante de avaliação CAS/MG, com resultado Apto
5º	➢ Avaliação de Proficiência com resultado de autorização especial **sem restrição** para atuar como Intérprete de Libras, realizado pelo CAS/MG	➢ Comprovante de avaliação CAS/MG, com resultado de autorização especial sem restrição
6º	➢ Avaliação de Proficiência com resultado de autorização especial **com restrição** para atuar como Intérprete de Libras, realizado pelo CAS/MG	➢ Comprovante de avaliação CAS/MG, com resultado de autorização especial com restrição

Fonte: SEE/MG- Resolução Nº 3.118/2016.p20

Nos critérios de formação específica, item, prioridade 1ª, na imagem 01 da resolução n.º 2.680/2014, vemos que, para atuar no TILSP, a formação necessária é Licenciatura em Letras Libras ou em qualquer área de conhecimento, porém para ser

um profissional, é necessária uma formação em tradução e interpretação, que só aparece a partir da resolução SEE n.º 3.118/2016, na imagem 02, no item prioridade 1ª — Bacharelado em Letras/Libras, seguindo os demais itens como específicos da formação.

Resgatamos, aqui, uma passagem de Guimarães (2002, p.17) para analisar essa questão: “O acontecimento de linguagem, por se dar nos espaços de enunciação, é um acontecimento político”. Assim, a partir do momento em que a formação é reconhecida como o Bacharel especializado na área de tradução, ela se caracteriza como um acontecimento político, ou um acontecimento enunciativo, que produz sentidos.

Retomando a ideia de tentar diferenciar o profissional TILSP e o TILSP profissional, dando sentido à enunciação sobre a profissão, recorremos também a Guimarães (2002), que traz uma reflexão acerca do político, para a qual precisamos nos atentar:

> Ele não é nem o falso, nem o verdadeiro. Procuro assim, a seguir, caracterizá-lo fora destas concepções negativas, para que possamos tratar do político como fundamento das relações Sociais, no que tem importância central a linguagem. (Guimarães, 2002, p 16).

Considerando o acontecimento de linguagem da instauração da profissão ou do edital que, socialmente, formaliza a contratação do profissional, voltamos ao questionamento inicial da presente seção: nomeamos como profissional TILSP ou TILSP profissional, qual formação nominal seria mais adequada? Entendemos que a questão não é trazer uma ou outra resposta, mas sim considerar os efeitos de sentido, quando elaboramos as ponderações.

Ao compararmos as imagens 02 e 03, pensemos nas seguintes condições de produção, tendo como parâmetros: nível de formação; diversidade de formação; certificação e avaliações para contratação e, por fim, as discrepâncias nesse processo. Quanto a isso, em análise, podemos verificar mais detalhadamente na tabela abaixo:

Quadro 5 — Análise crítica das imagens 2 e 3

Aspecto	**Imagem 2-** Critério para Classificação 01	**Aspecto**	**Imagem 3-** Critério para Classificação 02
Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 2.680/2014	Licenciatura plena em Língua Brasileira de Sinais Libras.	Requisitos Possíveis de contratação constante no edital Resolução n.º 3.118/2016	Bacharelado em Letras/Libras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais.
Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 2.680/2014	Licenciatura plena em Letras/Libras com ênfase em Tecnologia em Libras.	Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 3.118/2016	Tecnologia em Comunicação Assistiva Libras e Braile.
Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 2.680/2014	Qualquer área de formação.	Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 3.118/2016	Certificação em Libras.
Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 2.680/2014		Requisitos Possíveis de contratação constante no edital n.º 3.118/2016	Avaliação de Proficiência em Libras (PROLIBRAS/CAS).
Possibilidades de Contratação de TILSP	Possibilidade Contratação de TILSP	Possibilidades de Contratação de TILSP	Possibilidade B
Nível de Formação para investidura no cargo Professor de educação básica-AEE-Intérprete de Libras no edital n.º 2.680/2014	Exige uma licenciatura plena, sendo um nível de formação superior, focada na educação.	Nível de Formação para investidura no cargo Professor de educação básica-AEE-Intérprete de Libras no edital n.º 3.118/2016	Apresenta um leque de possibilidades, incluindo tecnologias e certificações adicionais, sugerindo uma abordagem mais técnica e especializada.
Diversidade de Formação exigida no edital n.º 2.680/2014	Mais restritiva, limitando a diversidade de candidatos, favorecendo apenas aqueles com formação específica em educação.	Diversidade de Formação exigida no edital n.º 3.118/2016	Permite uma variedade de caminhos formativos, enriquecendo a diversidade de candidatos e resultando em intérpretes com experiências e habilidades variadas.
Certificações e Avaliações possíveis para contratação	Não menciona certificações, o que pode levar a uma menor garantia sobre a eficácia dos profissionais contratados.		Menciona certificações e avaliações de proficiência, garantindo um padrão mais satisfatório de competência para os intérpretes.

Discrepâncias entre as exigências de formação	Imagem 1 Foco na Educação: mais centrada na formação acadêmica.		Imagem 2 Especialização Técnica: inclui aspectos práticos e técnicos.
Constatações:	Requisitos Mínimos de contratação menos abrangente em comparação com a imagem 3.		Proposta de um conjunto de qualificações mais diversificado para contratação.

Fonte: Elaborado pela autora. (2024)

Percebe-se que, à medida que o tempo passa, não há mais apenas um sujeito com uma formação “qualquer” para exercer a função de TILSP, mas um profissional que se dedicou para isso, não desabonando a formação feita por todos, sejam licenciados ou bacharéis na área.

Resgatando o termo “ocupação” e seu efeito de sentido, no qual cabe “colocar-se ou ocupar-se de um cargo”, como podemos percebê-lo na contratação do TILSP, os quadros e imagens sintetizam como é feita a contratação para entendermos onde e como acontece esse deslocamento entre ocupar um cargo por falta de quem exerça a função de tradutor ou profissionalizar-se para isso.

Para considerar os efeitos de sentido, abordamos as condições de produção na análise de discurso, que dizem respeito aos aspectos que influenciam a produção e o modo como os dizeres são afetados pelos discursos. Voltamos, mais uma vez, os nossos olhos para o contexto histórico e social, observando as relações de poder que vigoram, os regramentos, as expectativas dos falantes que se traduzem na materialidade dos documentos e trazem marcas para compreendermos as ideias e os discursos que atravessam os dizeres sobre ocupação e profissão.

Pensando no contexto histórico e nas conquistas que os TILSP’s obtiveram, no que diz respeito à formação, como já visto acima, observemos o que ocorre discursivamente ao confrontar o currículo de formação e os critérios de contratação deste profissional.

No currículo do Curso de Letras Libras bacharelado e licenciatura, temos uma delimitação clara acerca da área de atuação de cada graduado, como podemos ver nas imagens abaixo, assinaladas em amarelo:

IMAGEM 6 — Matriz curricular UFSC - Bacharelado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **715 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Bacharelado**
Currículo: **20202**

Habilitação: Bacharelado em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Documentação: Resolução nº 09/2015/CGRAD, de 15/07/2015
Portaria nº 790/SERES/MEC, de 22/12/2014 e Publicada no D.O.U em 24/12/2014.

Objetivo: Formar profissional apto para atuar como Tradutor ou Intérprete da língua brasileira de sianis em diferentes contextos.

Titulação: Bacharel em Letras LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Diplomado em: Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Fonte: CAGR- Sistemas UFSC[20]

Na imagem 04, a titulação de Bacharelado em Letras Libras tem o objetivo de formar profissionais para atuar como Tradutores/Intérpretes, ou seja, o indivíduo dedicou-se para, no fim, poder atuar em diversas áreas como tal, tendo todo arcabouço técnico e teórico para ser e ter o reconhecimento legitimado pela academia.

Vejamos a próxima imagem, ainda do currículo do curso Letras Libras, porém, agora, da Licenciatura:

IMAGEM 7 — Matriz curricular UFSC - Licenciatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **705 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Licenciatura**
Currículo: **20202**

Habilitação: Licenciatura em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Documentação: Resolução nº 09/2015/CGRAD, de 15/07/2015
Curso Reconhecido pela Portaria nº499 de 01/07/2015 e Publicada no D.O.U em 02/07/2015.

Objetivo: Formar o professor da Língua Brasileira de Sinais para atuar no ensino de libras como L1 e L2.

Titulação: Licenciado em Letras LIBRAS - Línguas Brasileira de Sinais

Diplomado em: Letras, habilitação Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais

Fonte: Fonte: CAGR- Sistemas UFSC[21]

---

[20] Disponível em: https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=715- Acesso em: 02 de outubro de 2022.

Na imagem 07, a titulação de licenciatura em Letras Libras tem o objetivo de formar professores para atuar no **ENSINO** de libras como L1 e L2.

Dessa forma, indagamos como seria se confrontarmos essas informações do Currículo do Curso que dá a titulação para o Tradutor Intérprete de língua de sinais, com a forma de contratação desse profissional pela SEE/MG? Qual o processo discursivo e quais as condições de produção do discurso do documento? Por fim, qual o efeito de sentido pode ser percebido por essa análise?

Vejamos:

[21] Disponível em: https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=705. Acesso em: 02 out. 2024.

QUADRO 6 — Processos Discursivo

<table>
<tr><th colspan="2">Processo Discursivo (PD)</th></tr>
<tr><th>(PD1)</th><th>(PD2)</th></tr>
<tr><td>RESOLUÇÃO SEE Nº 2.680, de 18 de setembro de 2014</td><td>RESOLUÇÃO SEE Nº 3.118, de 17 de novembro de 2016</td></tr>
<tr><td>2.1 - CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - AEE - Intérprete de Libras</td><td>9. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – para atuar na função de TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS.
O candidato deverá comprovar a formação especializada, seguida da habilitação e escolaridade previstas no QUADRO I deste Anexo.</td></tr>
<tr><td>
<table>
<tr><th colspan="3">CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO</th></tr>
<tr><th colspan="2">Habilitação
Escolaridade e
Formação Especializada</th><th>Comprovante</th></tr>
<tr><td>1º</td><td>Licenciatura Plena em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou
Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescida de Tecnólogo em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou
Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescida de pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</td><td>Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada de histórico escolar
Certificado de pós-graduação</td></tr>
</table>
</td><td>
<table>
<tr><th colspan="3">CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO</th></tr>
<tr><th colspan="2">Formação Especializada</th><th>Comprovante</th></tr>
<tr><td>1º</td><td>➢ Bacharelado em Letras/Libras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais</td><td>➢ Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar</td></tr>
</table>
</td></tr>
<tr><td>Formar o professor da Língua Brasileira de Sinais para atuar no ensino de libras como L1 e L2.- (currículo Letras Libras)</td><td>Formar profissional apto para atuar como Tradutor ou Intérprete da língua brasileira de sinais em diferentes contextos. (currículo Letras Libras)</td></tr>
<tr><td>Condição de Produção 1 (CP1)</td><td>Condições de Produção (CP2)</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Percebe-se que, analisando ambas as resoluções nos enunciados do cargo, há um deslocamento de sentidos com relação à função e à titulação do TILSP, que recebe o nome de PEB - Professor de Educação Básica e CP1; o requisito 1º é Licenciatura Plena. Deixamos claro que a função do TILSP não é a de ensinar/lecionar, pois as atribuições do profissional correspondem a ser mediador da informação; assim, vejamos que há poucos cursos de licenciatura, a grande maioria de tradutores se formam em bacharelado. Nesse ponto, o deslocamento de nome já nos dá pistas de que o propósito visa renomear a função para mudar a designação/ contratação.

Já nas funções das condições de produção-2, a nomenclatura do cargo não muda, porém, o requisito para CONTRATAÇÃO passa a ser Bacharel, ou seja, reconhece-se que para tal função é necessário conhecimento técnico e específico em tradução e interpretação. A memória discursiva que produz as marcas para a profissão faz lógica a ideia de renomear algo requerido para além de traduzir, em outras palavras, passa a ter a função de ensinar. O profissional, então, continua sendo visto como professor.

Alguns dos pré-requisitos básicos para ser um TILSP são: ser fluente no par linguístico Libras/português, nesse caso na modalidade escrita e oral; além de conhecer, dominar técnicas de interpretação e relacionar-se com a comunidade surda, isso é o que se entendia antes do marco legal, após o ocorrido, tais características são necessárias para exercer a função em relação ao que se entende por nível profissional. Acrescenta-se, ainda, o saber trabalhar em equipe, conhecer o mercado de trabalho e ter formação na área.

Para além das nomeações e seus efeitos de sentido, acreditamos que ambas as funções dos processos discursivos (PDs) refletem abordagens diferentes, sendo que a PD2 nos oferece um critério mais robusto e diversificado, que pode resultar em profissionais mais bem preparados e com uma gama de habilidades. Em contraste, a PD1 propõe uma formação mais restrita, que pode limitar o acesso a um número maior de profissionais qualificados.

Como resultado, inicia-se uma “queda de braço” no que diz respeito às condições de funcionamento do discurso sobre a profissão do TILSP. Se, por um lado, ela se dá entre “assistencialismo” e o profissionalismo; por outro, se faz no conflito entre ensinar e não ensinar como função. Então, quando saber separá-los?

A construção da identidade profissional acontecerá a partir da formação profissional, com o conhecimento do código de ética e o conhecimento das relações com seus pares, com intuito de entrega de um “produto” ou serviço, conforme sinalizam as condições de produção para o profissional. Mas, é necessário estabelecer que o profissional precisa entregar mais que um produto de comunicação com/para o surdo, por exemplo, é necessário interagir e construir pontes para uma interação eficiente e tranquila.

Santos (2005) lembra que a identidade se constitui como/em um processo que se baseia em reconhecimento e valorização, por isso entendemos que se dá com a caracterização profissional, em suas práticas e limites. Sendo assim, é necessário compreender que demandas sustentam o discurso sobre a profissão do TILSP, que passam pela profissão de tradução e pelas emergências do “dar aulas”.

Quando voltamos para as imagens trazidas e os requisitos de contratação, ainda que tenha havido distância temporal de 4 anos após reconhecimento da profissão, percebemos os erros nos critérios de contratação.

Significa dizer, portanto, que, considerando que a formação de um Tradutor Intérprete seria o Bacharelado, acreditamos não fazer sentido ter como critério 1° ser licenciado para a contratação, conforme enuncia o documento. Entendemos, por outro lado, que há ressonâncias discursivas que ecoam o ensinar, contemplando a profissão do TILSP.

Retomando a atribuição feita por Quadros (2014), trazemos um questionamento relevante: o sujeito tradutor intérprete de Libras é capacitado para ensinar/lecionar? Já abordamos o fato de que a maioria dos cursos superiores no Brasil se fazem como bacharelados. Outro fator observável é a sigla que designa o cargo PEB - Professor de Educação Básica, ajusta o cargo para o ensino. Isso talvez se justifique com o fato de que, hoje, o maior setor a utilizar o serviço do TILSP é a Educação. De qualquer modo, chama atenção a ressonância discursiva das incertezas e (re)significações que ainda cercam a profissão do TILSP.

A esse respeito, acreditamos que o professor é responsável pela troca de conhecimentos e discussão de conteúdos curriculares. Já o TILSP, deve garantir que essa informação seja acessível e compreensível para os alunos surdos, o que exige um conjunto de habilidades específicas que vão além do simples sinalizar. Estão envolvidas, nesse processo, as melhores escolhas: linguísticas tradutórias, lexicais e de diálogo, num trabalho com a linguagem que será abordado, de acordo

com o público que está sendo atendido. A esse respeito, Nunes (2000) nos apresenta:

> O professor que investiga e reflete sobre sua prática; **planeja, organiza** e avalia o seu processo educativo; **articula experiências pedagógicas; cria e recria formas de intervenções didáticas**, demonstra habilidades e capacidades que estão sendo exigidas pelo mundo contemporâneo, contribuindo para a melhoria de sua competência profissional e da qualidade da educação escolar (Nunes 2000, p. 70, grifo nosso)

Então, temos aqui definido que o professor planeja, organiza, articula experiencias para os alunos, tendo também a função avaliar o discente.

Por outro lado, Quadros (2004, p.30) nos aponta que a função do TILSP é atuar como “mediador entre pessoas que não dominam ser a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo”.

Ademais, a característica multitarefas que o TILSP assume atualmente é um reflexo das demandas contemporâneas e da complexidade das interações em contextos educacionais e sociais. O TILSP não apenas traduz, mas também atua como mediador cultural, facilitador de diálogos e defensor dos direitos da comunidade surda.

Essa multifuncionalidade, no entanto, gera tensões, pois o profissional deve equilibrar diversas responsabilidades, enquanto navega pelas expectativas de diferentes setores, incluindo a educação, em que a figura do professor e do TILSP se entrelaçam, mas também se distinguem. Vale lembrar que, discursivamente, reflete e retrata a dimensão requerida da identidade do profissional multitarefas da pós-modernidade.

Esse conjunto de reflexões nos leva ao lugar atual do TILSP na sociedade, como um espaço de constante negociação e reconfiguração. A profissão, ainda em processo de afirmação, se encontra em estabilização dos discursos que lhes serão característicos nesse processo de consolidação e de reconhecimento profissional na sociedade. Isso implica na necessidade de estruturar-se numa rede de sentidos que valorize suas características intrínsecas. Essa construção identitária deve ser alimentada por uma formação que reconheça as especificidades da comunicação em Libras e que promova a inclusão efetiva.

Já no caminho de encerrar este capítulo de análise, é fundamental refletir sobre as formações discursivas que moldam a profissão de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e as tensões que emergem dessa construção identitária. A

recente institucionalização da profissão revisitou a necessidade de uma formação específica e sistematizada, ainda em processo de consolidação. Historicamente, os TILSP eram frequentemente vistos como “ajudadores de surdos”, uma identidade que enfatizava a função assistencialista, sem o devido reconhecimento de suas competências profissionais. Vimos que, em muito, os documentos e as práticas sociais ainda refletem essa configuração.

Com a formalização da profissão, essa percepção começou a mudar, mas a luta pela valorização e pelo reconhecimento pleno das habilidades do TILSP ainda persiste. A identidade voluntária, que antes predominava, agora convive com a necessidade de uma atuação profissional que exige formação e especialização, refletindo uma transição significativa na forma como esses profissionais são percebidos e como se percebem.

Refletimos que o poder da mudança não pode originar apenas do Estado, mas sim consolidar-se na luta coletiva da categoria de profissionais da área, como Ferreirinha (2010) defende. Para ele, “o poder não é só do Estado ou da soberania. O poder são as ações sobre as ações. O poder provoca ações que ora se encontram no campo do direito, ora no campo da verdade”. (Ferreirinha, 2010, p.382)

Em suas tensões e conflitos, acreditamos que algo da historicidade dos surdos ainda deve evocar no TILSP; não só o posicionamento de intermediário na interação, mas também deve ser considerado (e agir como) um agente de transformação social, capaz de desafiar as divisões políticas e econômicas que permeiam o capitalismo, buscando sempre a equidade e a valorização profissional.

Entende-se que a identidade profissional também se consolida com a luta da categoria que passa pela profissionalização adequada e pelo reconhecimento da sociedade. Compreendemos, também, que as identidades são fluidas, mas no limite de estabelecer que há uma relação de forças que se dá por filiações assumidas pelos sujeitos e a partir das ideologias.

Pêcheux (1997), baseando-se na leitura de Althusser (1980), refere-se ao processo pelo qual os indivíduos são interpelados pelos discursos, tornando-se sujeitos de um determinado sistema ideológico.

Pêcheux (1997), ao dialogar com Althusser (1980), enfatiza que o sujeito não é autônomo em sua produção discursiva, mas é constituído por meio de redes de

sentidos pré-existentes, que o posicionam e o definem dentro de uma formação discursiva específica. Nesse sentido, a máquina discursiva — composta por instituições, leis, normas e práticas sociais — opera como um aparato que recruta indivíduos e molda os sujeitos, atribuindo-lhes lugares e identidades. Althusser (1980), por sua vez, destaca que a interpelação ideológica ocorre quando os indivíduos reconhecem-se nos discursos que lhes são dirigidos, assumindo papéis e funções socialmente determinados.

No caso do TILSP, esse assujeitamento se manifesta na forma como as leis e os discursos oficiais sobre a profissão interpelam esses profissionais, definindo suas competências, atribuições e limites. Assim, o sujeito TILSP é produzido e regulado por essa máquina discursiva, que, ao mesmo tempo em que o reconhece como profissional, também o submete a um conjunto de normas e expectativas que conformam sua identidade e prática. Essa dinâmica revela a complexidade do processo de subjetivação, no qual o sujeito é simultaneamente constituído e limitado pelos discursos que o atravessam.

Os discursos são (re)produzidos, interpretados, formando, assim, um interdiscurso que, no caso do TILSP, promove o cruzamento dos discursos que tomam forças e permeiam a identidade. Entendemos que a gama de dizeres e valores que perpassam a profissão incluem, entre outros, os discursos institucionais, os que perpetuam a visão assistencialista do TILSP como “ajudador de surdos”, e os acadêmicos que enfatizam a necessidade de formação e especialização. Esses discursos se entrelaçam e se influenciam mutuamente, criando um interdiscurso que molda a percepção e a prática da profissão.

Nesse sentido, analisar os documentos nos permitiu identificar como as condições de produção do discurso impactam a identidade profissional dos TILSPs. Além das marcas da historicidade, destacamos que a evolução da profissão se encontra em processo de consolidação. Foi possível entender como, discursivamente, se dá a evolução da profissão, a transição de uma atividade voluntária para uma área reconhecida e profissionalizada. Pelos documentos, destacamos que as legislações vigentes influenciam essa identidade e as tensões que perpassam a profissão. A pesquisa também teve em vista revelar e revisitar as tensões emergentes nos documentos analisados, contribuindo para discussões sobre discursos, identidade e práticas de formação dos TILSP. As principais tensões analisadas foram:

- A tensão entre reconhecimento X não reconhecimento da profissão, em que se assume a relevância do discurso que consolida a importância da formação do TILSP.

- A tensão entre não formação X formação, sendo essa última importante, pois delineia marcas de uma identidade condizente com o TILSP, capaz de atender às demandas constantes dos surdos.

- A tensão entre ser ocupação X ser profissão, adotando a postura profissional como advinda da capacitação exigida para essa identidade profissional do TILSP.

Por fim, e não menos importante, destaca-se:

- A tensão entre ser interpelado pela profissão de professor X não professor, o que significa que as marcas da profissão, que refletem nos documentos, por exemplo, indicando um desdobramento, criando certo hibridismo entre professor X TILSP, não significam preparação dos profissionais do mercado que, em sua maioria, são formados para tornar-se bacharéis.

Podemos entender como resultado obtido que, apesar dos progressos na formalização da profissão, é necessário, através desse processo, fortalecer as marcas profissionais, ainda que o mercado capitalista, por vezes, deixe escapar o desejo do TILS “quebra-galho” ou “ajudador de surdo”. Isso significa insistir na oferta de cursos de formação que valorizem a prática, uma vez que ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas, como a falta de uniformidade nas diretrizes de contratação, o que implica investir melhor nos processos de formação e em questões que demandam atenção urgente por parte das instituições educacionais e dos órgãos governamentais.

Como pesquisadores não neutros que somos, conforme requer a análise discursiva, entendemos que a construção da identidade profissional é contínua, o que significa que as marcas dos TILSPs são mutáveis, dinâmicas, continuamente, moldadas pela formação acadêmica e pelas experiências práticas adquiridas ao longo de sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos analisar e identificar, por meio de documentos, os discursos oficiais vigentes, observando como acontece a (re)significação da Identidade do TILSP, enquanto profissional. Desse modo, trabalhamos com as condições de produção dos discursos sobre a profissão, explorando a historicidade que atravessa os dizeres em documentos.

Alcançamos os nossos objetivos específicos revisitando a historicidade da Língua de sinais no mundo e no Brasil, compreendendo os processos da construção da identidade profissional apresentada por Santos (2005), que discute a identidade como um processo dinâmico, influenciado pelo reconhecimento e valorização dos outros, além de ser uma construção social e interacional. Neste ínterim, compreendemos que o TILSP, como toda profissão no século XXI, não é um profissional estanque como pensávamos e, sim, multifacetado.

Entendemos que o termo TRABALHO VOLUNTÁRIO se encaixou, durante muito tempo, na atividade do TILSP e que os discursos resgatam o fato de que, ao se institucionalizar, a profissão entra em tensão com o que se determinava como “ajudador de surdo”. Nesse ponto, percebemos as complexidades da identidade profissional sistematizada, explorando, inclusive, os termos ocupação e profissão, como marcas das tensões que envolvem os sentidos que atravessam o TILSP: a identidade multitarefas prevalece complexa, entre a contemporaneidade e a fase voluntária, devido às condições de produção que instauram o interdiscurso sobre a profissão. Resgatando algumas passagens dos discursos em historicidade, vimos a atuação do tradutor de sinais advinda da caridade, do desejo de ajudar como missão, deixando uma questão que, por vezes, traz lacunas de quando separar o social e o profissional.

Assumimos a relevância da noção da identidade fluida, conforme apresentada por Bauman (2005), que defende que a identidade não é algo fixo, mas sim um processo em constante transformação, trazendo às profissões as marcas de que há necessidade de se adaptar a novas realidades sociais e profissionais.

Entendemos que as novas demandas podem causar conflitos internos e externos na construção da identidade, mas é necessária a clareza das tensões que perpassam os sujeitos, fazendo-os refletir sobre essa constante mudança e consolidação para tomar caminhos. Como TILSP, entendemos que somos sujeitos

em construção, ainda mais porque a profissão é recente, e precisa se consolidar em um processo ativo e contínuo, em que os indivíduos precisam trabalhar para construir e reconstruir suas identidades e aprimorar suas atividades ao longo do tempo.

Entendemos, a partir Hall (2016), que uma identidade não é fixa ou essencial, mas possui um processo fluido e contingente, influenciado por fatores sociais, históricos e culturais; o que nos permite assinalar tais discursos em tensão como a marca da identidade do TILSP. As imagens desempenham um papel importante nesse processo, pois ajudam a construir representações de identidades individuais e coletivas.

Ademais**,** é apresentado um estudo dos discursos que moldaram as condições de produção dos dizeres sobre a profissão e atravessaram a profissionalização do TILSP, a partir de sua visibilidade histórica: o reconhecimento da Libras e a legislação relacionada ao profissional no Brasil. Percebemos haver uma discrepância entre o que é esperado e o que a legislação impõe, por haver a mistura, ainda, do que se espera do TILSP ora visto como tradutor, ora como professor. Tal discrepância foi apresentada no capítulo de análise, uma vez que nos surpreendemos com uma legislação que reconhece a profissão do intérprete, sendo de ampla atuação, muitas vezes, não condizente com os bacharelados. Ou seja, vimos que o TILSP pode transitar em vários espaços, porém a legislação reduz o profissional a apenas como intérprete educacional. No afã de reconhecer a profissão, os regramentos que a acompanham acabam por se apresentarem de forma imatura, não reconhecendo as especificidades de outros espaços, uma vez que o TILSP pode atuar em instituições e em condições variadas.

Justamente pensando na (re)significação do TILSP, ao longo de percurso sócio histórico, aliado ao cotejamento das legislações vigentes, entendemos que as marcas da profissão nos levam muitas vezes para o campo educacional, residindo nesse processo um ponto de tensão de nossa pesquisa que marca os discursos sobre a profissão, conforme verificamos em documentos na análise.

Manifesta-se constantemente a dualidade entre o papel voluntário do TILSP e a sistematização da profissão, conforme vimos pela historicidade. Essa tensão se manifesta, atualmente, na luta por reconhecimento profissional e na necessidade de formação acadêmica adequada, frente a uma realidade em que muitos TILSPs

podem ter começado suas atividades de forma informal ou voluntária, sem a devida qualificação.

Metodologicamente, escolhemos documentos para responder à nossa pergunta de pesquisa que residia nas tensões de consolidação da profissão do TILSP, em análise de documentos. Um deles, a Lei n.º 12.319/2010, repercutiu discursivamente a realidade sobre a constituição da profissão, as escolhas que se obtiveram ao compor o conjunto de documentos escolhido para análise. Vale lembrar que, em alguns casos, verificamos determinados silenciamentos sobre a profissão, como quando são abordados os surdos e pouco se fala dos tradutores, mesmo em situações que tratam da acessibilidade dos surdos.

Encontramos vetos que, naquele período, poderiam atender a uma demanda emergencial, mas não deveriam ser duradouros e sim “vetos temporais”. Essas pistas nos revelam marcas de interesses do mercado para com os rumos da profissão, ao mesmo tempo em que os regramentos permitem que, por exemplo, se misturem o interesse de contratação do TILSP e do professor. Essa condição dos vetos indica que, por serem duradouros, eles podem ser caracterizados como silenciamento dos TILSPs, em que o próprio regramento- que seria o porto seguro do TILSP- o apaga ou o descredibiliza, não o reconhecendo por sua formação.

As leis, ao regulamentar a profissão do (TILSP), exercem um poder disciplinar que, paradoxalmente, pode silenciar esses profissionais ao mesmo tempo em que os reconhece. Esse processo ocorre porque as leis, enquanto dispositivos discursivos, não apenas garantem direitos, mas também impõem normas e limites que moldam a identidade e a prática do TILSP. Foucault (1975), em sua análise sobre o poder disciplinar, explica que "o poder não apenas proíbe, mas também produz; não apenas reprime, mas também forma"**.** No caso do TILSP, as leis produzem uma identidade profissional específica, ao mesmo tempo em que silenciam outras formas de atuação ou representação que não se encaixam nos moldes estabelecidos.

Por exemplo, ao definir rigidamente as competências e atribuições do TILSP, as leis podem marginalizar práticas que não se alinham com o discurso oficial, como o trabalho voluntário ou comunitário, que historicamente foi fundamental para a emergência dessa profissão. Esse silenciamento ocorre porque, como afirma Pêcheux (1997), "o discurso não é apenas o que diz, mas também o que não diz"**,** ou seja, as omissões e ausências nos textos legais são igualmente significativas. Ao

não reconhecer certas práticas ou saberes, as leis acabam por apagar os sujeitos que ali poderiam se apoiar, reforçando uma visão hegemônica do que significa ser um TILSP.

Essa condição impacta nos documentos, conforme vimos na análise. De modo geral, a base teórico metodológica dos estudos discursivos franceses e alguns aspectos da Semântica da Enunciação possibilitaram o olhar para a identidade do TILSP, que pode ser constituída de forma individual e coletiva (social), ou seja, de uma “relação Eu/Outro, inclusão/exclusão e variavam conforme os tempos e contextos da enunciação” (Tap, 2016). Entendemos que isso se manifesta nas tensões que alinhávamos no processo de escrita dissertativa:

- A tensão entre reconhecimento X não reconhecimento da profissão, em que se assume a importância do discurso que consolida instauração da profissão pelo acesso preconizado aos surdos, em documentos.

- A tensão entre não formação X formação, sendo essa última importante, pois ela delineia marcas de uma identidade condizente com a realidade da dinâmica capitalista que, cada vez mais exclui aqueles que não possuem formação especializada.

- A tensão entre colocar-se como ocupação X profissão, uma vez que o mercado tende a exigir, cada vez mais, a postura de formação assumida e adotada pelo profissional que cada vez mais se capacita para entrar no mercado em profissões que não são esporádicas e possam fazer com que o TILSP sobreviva conforme todo profissional capacitado deveria viver. Por fim, e não menos importante, destaca-se

- A tensão entre ser interpelado pela profissão de professor X não professor, o que significa que as marcas da profissão que refletem nos documentos, por exemplo, indicam que requer ora o tradutor, ora o professor, reafirmando as marcas do hibridismo que, por vezes, a profissão assume frente às emergências do capitalismo.

No presente estudo, pudemos compreender, por fim, os rastros de uma memória discursiva que atravessa as instituições na ordem da lei, pois evocamos aspectos históricos e voltamos o nosso olhar aos resultados, recuperando a memória que atravessa dizeres e afazeres da profissão em sua fase atual. Chama atenção o apelo ao hibridismo traduzir X ensinar, principalmente a partir do século XXI, em que se consolida continuamente a profissão e se recorre a regramentos

para atender às demandas do mercado, ao mesmo tempo em que institucionaliza e fortalece a profissão do TILSP em sua fase atual.

Para a pesquisa, trouxemos reflexões significativas alcançando o tema, analisando dizeres sobre as tensões que envolvem os discursos sobre/da profissão do Tradutor Intérprete de Libras.

Entendemos que o intervalo escolhido dos documentos analisados, entre os anos 2000 – 2015, se consolida porque, esse período, foi dado para certificação/formação dos TILSPs; assim, observamos como foi a dinâmica de contratação. Mas o que fazer com a nova legislação? Usaremos para novas pesquisas pois, dessa forma, poderemos confrontar os dados desta dissertação com as informações e documentos, editais e dinâmicas de contratações futuras. Contudo, é evidente que a realização desta pesquisa e análise não abordou todos os temas envolvidos em sua profundidade, o que nos propicia a possibilidade de continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique; NASCIMENTO, Vinícius (org.). **Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais:** Contextos profissionais, formativos e políticos / Organizadores: Neiva de Aquino Albres, Carlos Henrique Rodrigues e Vinícius Nascimento. – 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2022. 311 p.; il.; tabs.; gráfs.; quadros; mapas; fotografias; E-Book: 4,61 Mb; PDF.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980

BARRETO, Raquel Goulart. ANÁLISE DE DISCURSO: CONVERSA COM ENI ORLANDI. **Revista Teias**, [S.l.], v. 7, n. 13-12, p. 7 pgs., out. 2007. ISSN 1982-0305.Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée. In LANE, H. E PHILIP, F. **The deaf experience: classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).

BIAVATI, Nádia Dolores Fernandes. O lugar do trabalhador e das relações de trabalho em propagandas publicadas em revista brasileira de informação geral: **um estudo de caso em ACD.** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001

BIAVATI, Nádia Dolores Fernandes. **Entre o fato e a regra:** unidade e fragmentação na constituição da identidade e representação de valores e práticas do professor-mosaico. 204 f. 2009. Doutorado (Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=81316 Acesso em: 03 de abril 2023.

CARVALHO, P. V. **A herança do Abade de L'Épée na viragem do século XVIII para o século XIX.**1ªs Jornadas da LGP. Língua. Ensino. Interpretação. ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra-Publicado em 2012- PorSinal- https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307 Acesso em: 10 jun. 2022.

DIAS, L. F. **Enunciação e Relações Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FERREIRINHA, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista De Administração Pública**, 44(2), 367–383. https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez:** concepções e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). **Tenho um aluno surdo e agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003

NUNES, C. S. C. **Os sentidos da formação contínua de professores**: o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil. 2000. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni P **Discurso em Análise:** Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI Eni P **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas — SP: Editora da Unicamp, 2013;

ORLANDI, Eni P. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** / Eni P. Orlandi — 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes;(2020)

TAP P., « **Identité**. 2. Psychologie » dans G. ANNOSCIA (dir.), Encyclopaedia Universalis. Tome 11, Nouvelle éd., Paris, Encyclopaedia Universalis, 2002.

PAGURA, RJ. Tradução & interpretação**.** *In*: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 183-207. ISBN 978-85-68334-61-4. Available from SciELO Books.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento** / Michel Pêcheux. Tradução: Eni P. Orlandi - 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015

PÊCHEUX, Michell. Análise Automática do Discurso (AAD-69) *In*: GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso:** Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, M. C. P. INTERPRETAÇÃO INTERLÍNGÜE: as especificidades da interpretação de língua de sinais. **Cadernos de Tradução** (UFSC), v. 1, p. 135-158, 2008.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Estado de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: SEESP, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf.

QUADROS, R. M. **Letras LIBRAS:** ontem, hoje e amanhã / Ronice Müller de Quadros, organizadora. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

Rocha, S. M. (2016). O intérprete no Livro de Correspondências do INES de 1908. Visitando o Acervo do INES. **Revista Espaço**, 46, 247-250. https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/339

RODRIGUES, C. H. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 287–318, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651578. Acesso em: 17 abr. 2023.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões.** Oeiras: Celta, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de., **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: INEP, 2002.

SANTOS, M. F. S. (1994). Representação social e a relação indivíduo sociedade. **Temas em psicologia**, 2(3), 133- 142;

SANTOS, Wharlley dos. **A história do tradutor/intérprete no par libras-português à luz da legislação brasileira** [livro eletrônico] um recorte de 2000 2022 Wharlley dos Santos. 1. ed. -- São José, SC Ed. do Autor, 2023.

SILVA, C. A. de A. A constituição da língua brasileira de sinais: considerações sobre a missão protestante com surdos. Dossiê Diversidade, plurilinguismo e interculturalidade. **Revista SURES**. n. 3, 2014. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/143 Acesso em 13 fev 2025.

SOUZA, Luiz Cláudio da Silva. **A construção do ethos dos tradutores e intérpretes de língua brasileira de sinais e português:** concepções sobre a profissão. 2014. 163 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia (org.) *et al*. **Formação de intérpretes e tradutores:** desenvolvimento de competências em situações pedagógicas específicas - volume 1 / Organizadores: Maria Lúcia Vasconcellos, Emily Arcego, Mairla Pereira Pires Costa e Wharlley dos Santos; Prefácio de Germana Henriques Pereira e Patrícia Rodrigues Costa. – 1. ed.–Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. il.; tabs.; quadros; fotografias. (Coleção Estudos da Tradução, v.11).

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**.Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2002

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. 2005.

BRASIL. Presidência da República.**Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015.**Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Portaria Normativa MEC 20/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais — Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa — Prolibras.

RESOLUÇÕES

Matriz Curricular do Bacharelado- **Resolução nº 09/2015/CGRAD, de 15/07/2015 Portaria nº 790/SERES/MEC, de 22/12/2014 e Publicada no D.O.U em 24/12/2014.** Disponível em: https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=715 - Acesso: 02 out. 2022.

Matriz Curricular da Licenciatura- **Resolução nº 09/2015/CGRAD, de 15/07/2015 Portaria nº 790/SERES/MEC, de 22/12/2014 e Publicada no D.O.U em 24/12/2014.** Disponível em: https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=705 - Acesso: 02 out. 2022.

SEE/MG-**Resolução Nº 2.680 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014** -Estabelece critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos à designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=13473-resolucao-see-n-2680-2014-republicada&task=download. Acesso em: 05 dez. 2021.

SEE/MG-**Resolução Nº 3.118, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016-** Estabelece critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos à designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Ensino. Disponível em: https://sresjdelrei.educacao.mg.gov.br/images/DIPE/Incricaodesignacao/RESOLUO-SEE-N-3.118.pdf – Acesso em: 15 out. 2022.